

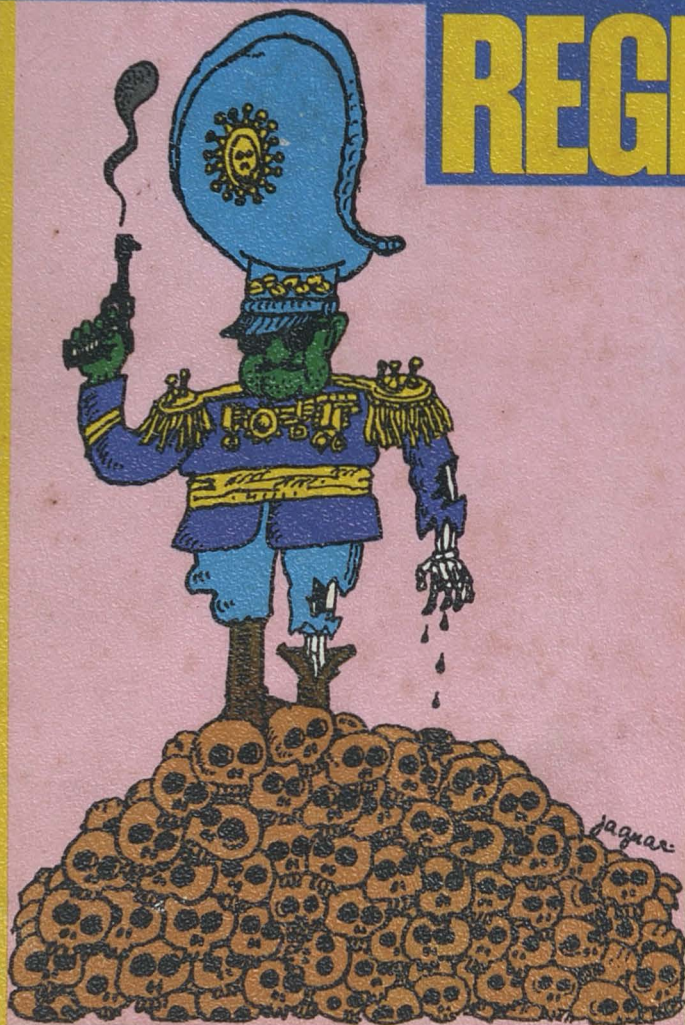
Manaus, Santarém, Rio Branco, Almirante,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$590,00

cadernos do
**terceiro
mundo**

Julho - 1983 - Cr\$450,00 - Ano VI - Nº 56

**Chade:
agrava-se
o enfrentamento**

CHILE: A CONTAGEM REGRESSIVA



Palestina
revelações
exclusivas
do Prefeito
de Nazaré

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows coffee trees with ripe red and yellow cherries.

ANGOLA

Café de Angola

**um
gosto
a
liberdade**

Av. 4 de Fevereiro, nº 107 - Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

ONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 · Luanda
telex 3148 3260

O refluxo das ditaduras

As notícias provenientes do Chile encheram de esperança milhões de pessoas que em diferentes partes do mundo apóiam e se solidarizam — a seu modo e na medida de suas possibilidades — com as forças da resistência chilena. O tão esperado começo da contagem regressiva parece estar em curso. Pinochet enfrenta a pior crise de seus dez anos de ditadura. Na oposição, convergem a esquerda e a direita, desde os caminhoneiros que ajudaram a derrubar Allende até a igreja e os mineiros do setor do cobre. Nunca houve maior unanimidade em favor de uma mudança no Chile e esse consenso está penetrando progressivamente até no próprio coração das forças armadas.

Mas as alternativas que se apresentam não são unânimes. Há setores políticos que limitam seu questionamento em relação a Pinochet aos aspectos mais gritantes das violações aos direitos humanos e à Constituição e no plano econômico, aos desmandos em relação ao capital monopolista. Mas alimentam ilusões de uma possível saída para a crise implementando um modelo reformista ao estilo do que caracterizou a gestão do presidente Frei, por exemplo. Outros grupos, em troca, mantêm como ponto de referência as linhas programáticas do período de Salvador Allende. Por fim, há algumas correntes que incorporam as experiências do passado como referências de todas tarefas futuras, mas sem subordinar-se a elas como receitas atemporais e esquemáticas.

A brecha que hoje aparece na ditadura de Pinochet obriga a se começar a estudar plataformas econômicas e projetos políticos alternativos. Os dez anos que passaram tiveram um custo social muito alto e por isso não seria desejável cair em improvisações. Na presente edição, começamos a abordar alguns dos problemas que se apresentarão aos futuros governos democráticos no Cone Sul, análise à qual daremos continuidade em próximas edições.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Fiacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavía
Henry Pesse Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Revista Mensal nº 56
Julho - 1983
Preço de Capa: Cr\$ 450,00
Nos atrasados: ao preço do
último exemplar

● **Edições em português**

BRASIL

Diretor e Editor
Neiva Moreira

Diretor Administrativo
Antônio Neiva

Secretário de Redação
José C. Gondim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sonia Freitas

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas
Eunice H. Senna,

Composição
Ronaldo Fonseca

Distribuição e Assinaturas
Inácio D. Santos
Maria José S. Santos

Divulgação
Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033

Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th. Street ap. 3E
Nova York - NY 10003
Tels.: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ébano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels.: 250-2505/232-0123

Circulação em 70 países
editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-4957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registrado na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual nº 81.341.400
Registro no SCDP/SR/DPF
nº 2.195 - P. 209/73

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

Editor
Altair L. Campos

Redação
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora ltda.
Calçada do Combro, 10/19
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano
Angola
Eduardo Segui - Luis Henrique
Caixa Postal 3.593 - Luanda
Moçambique
Etevaldo Hipólito - João Escadinha
Rua do Kongwa, 153 - Maputo

● **Edições em espanhol**
**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARIBE**

Editor
Roberto Remo

Gerente Geral
Gerónimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.
calle California, 98A - Coyoacán
México, 21 DF - telefone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÓMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição Andina)
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Telefone: 724-712

● **Edições em inglês**
**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina

Editor Consultivo
Cedric Befrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livraria UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BE-LIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20268, La Paz. **BRASIL:** Ferrando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÓMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306 Santiago. **EQUADOR:** Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito. **ED. Jaramillo Artega, Tel. 517-590, Reg. Sendio Pex 1258. EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GR. BRETAGNA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Paesi Nuovi, Piazza di Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUA:** IMELSA, Manágua, Nicarágua. **PANAMA:** Librería Cultural Parameña, S.A., Ave. España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Dijournal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. **PORTE RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. **REPUBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. **REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wannergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irake), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), PRESSUR (Uruguai), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Barricada Internacional (Nicarágua), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet) e com os jornais Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia) e Guazapa (El Salvador).



4 Cartas

7 Panorama Tricontinental

12 Editorial – Williamsburg, um acordo contra a paz

América Latina

- 15 **Argentina:** Rumo à democracia... por um campo minado, *Horacio Verbitsky*
22 **Chile:** Na hora da mudança
24 A crise do autoritarismo, *Alvaro Quiroga*
30 **Uruguai:** A teimosia dos militares, *Alberto Alonso*
36 O documento das forças armadas
38 **Nicarágua:** Como foi desbaratado o plano da CIA, *Roberto Bardini*
41 **Porto Rico:** "Precisamos do apoio dos latino-americanos",
entrevista com Rubén Berríos, *Cláudia Neiva*

Oriente Médio

- 48 **Palestina:** A luta pela terra
50 Nazaré, dois mil anos depois de Cristo, entrevista com
o prefeito de Nazaré, *Beatriz Bissio*
57 **Irã/Iraque:** Uma leve esperança, *Agustín Castaño*

África

- 60 **Saara Ocidental:** A paz pode estar próxima,
Baptista da Silva
64 Entre a guerra e a mediação
66 **Chade:** A guerra recomeça, *Carlos Castilho*
68 **Nigéria:** A "maratona" eleitoral em tempo de crise
71 **Alto Volta:** Uma mudança de guarda, *Gabriel Omotozo*
73 **Moçambique:** 4º Congresso da Frelimo – Exterminar a fome,
construir o socialismo

Minorias

- 77 **Reagan e os índios:** as boas intenções do "mocinho"

Economia

- 81 **As "miragens" do modelo baseado na exportação,**
André Gunder Frank

Cultura

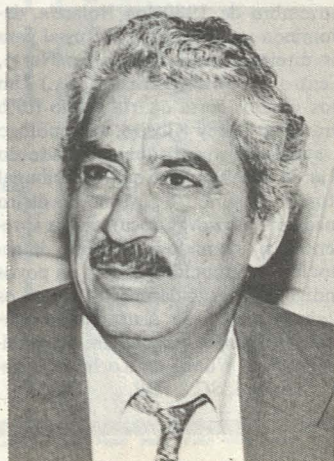
- 85 **Bolívia:** A descolonização da arte, entrevista com o pintor Lorgio
Vaca, *Walter Esteves*
90 **Notas**

Comunicação

- 91 **A imprensa alternativa na África do Sul**
93 **Mulheres, comunicação e desenvolvimento**
95 **Notas**
96 **Humor:** *Mariano*



Saara: no rumo da paz?



O prefeito de Nazaré

CARTAS



Solidariedade com Timor Leste

Desejo enviar minhas sinceras congratulações e apoio ao ministro do Exterior de Timor Leste, Mari Alkatiri pela luta que vem travando contra as forças imperialistas da Indonésia, em favor da liberdade de seu povo. Peço a gentileza, através desta, de enviá-lo, se possível, seu endereço. Ivanilton Tristão Pereira, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Escreva para: "Ministro Mari Alkatiri - Aos cuidados de Etevaldo Hipólito - Rua do Kongwa, 153 - Maputo - Moçambique".

Retificação

Venho trazer uma informação que retifica o que se diz na matéria "Tribunal dos Povos: de Nuremberg até hoje, em busca de justiça e paz" (nº 53). Ali se diz que "depois da primeira sessão em 1966/67, o Tribunal Russel só se reuniria novamente nos anos 70 para julgar os crimes cometidos por vários governos da América Latina". Segundo o "Cuarto Tribunal Russel sobre los derechos de los indígenas de las Américas - Objetivo y Antecedentes" (Amsterdã, Proyecto Indígena, setembro de 1980), a primeira sessão ocorreu em 1967, para tratar dos crimes do Vietnã. A segunda, tratou da repressão na América do Sul, em 1974. A terceira, realizou-se na Alemanha, em 1977. A quarta, em novembro de 1980, na Holanda, denominou-se "4º Tribunal Russel para os direitos dos indígenas no Norte, Centro e Sul da América". (...) Um dos jurados dessa quarta sessão foi o brasileiro Darcy Ribeiro, antropólogo e atual vice-governador do estado do Rio de Janeiro. Esse quarto Tribunal Russel condenou o governo brasileiro mediante as provas documentais apresentadas, acusando-o de crime de genocídio e etnocídio contra os povos indígenas, particularmente contra os *waimiri-atroari*, na Amazônia, e contra os *kaingang* e *guarani*, em Mangueirinha (PR). Wilmar da Rocha D'Angelis, Xanxerê, SC, Brasil.

Cultura

Atendendo à riqueza e diversidade de culturas dos povos do Terceiro Mundo, penso que seria útil e interessante que publicassem em vossa revista maior espaço a essa questão. Tanto mais, que o tratamento que têm dado às páginas de cultura tem sido de grande e relevante interesse. Será possível? Teresa dos Santos, Évora, Portugal.

Menos rancor

(...) fazendo votos de continuidade ao trabalho e pedindo, se possível, um panorama também cultural do Terceiro Mundo, além do político, já que as duas coisas caminham juntas. É preciso tirar um pouco de rancor nas matérias. Opinião, mesmo de oprimido, pode vir comprometida (e deve), mas sem "dar bandeira" de mágoas. Somos explorados, mas temos sutilezas de ataque. Um panfleto é verossímil, se vem acompanhado de informações seguras, a bem da credibilidade. No mais, estamos aí. O trabalho deve continuar. Tetê Catalão, Brasília, DF, Brasil.

Clube de Amigos

Ao folhear a edição de cadernos nº 46, tomei conhecimento da formação do *Clube de Amigos do Terceiro Mundo*. Gostaria de saber se o referido *Clube* já está formado e adquirindo associados. Tenho grande interesse pelos problemas que enfrentam os países do Terceiro Mundo e tenho certeza que o referido clube proporcionará a mim e demais colegas, através da troca de correspondência, um campo ainda maior de informações referentes aos problemas políticos, econômicos e sociais que afligem essas nações. Admilson José da Silva, São Paulo, SP, Brasil.

O Clube de Amigos ainda está numa fase de contatos informais, porém já seria interessante formar aí em São Paulo um grupo de jovens para analisar os problemas do Terceiro Mundo.

República Dominicana

Infelizmente, recebemos na República Dominicana escassas notícias sobre o resto do Caribe, e, no caso do Haiti, nenhuma. Isso é realmente triste. Em vista da carência de notícias, cadernos é efetivamente um meio importante no país. Aqui a revista é conhecida e respeitada. Rosa Ferro, São Domingos, República Dominicana.

Publicações

No Escritório Permanente de cadernos no México participam representantes de organizações de desenvolvimento e de assistência social que se formaram na América Central durante a década de 70. Trata-se de grupos nativos identificados com os processos populares e que acumulam experiências nas áreas de pedagogia, tecnologia, comunicação, direitos humanos e tudo o que se refere ao desenvolvimento de base. No Escritório, são analisadas as exigências populares em termos de instâncias do processo para o estabelecimento de uma nova sociedade.

Uma primeira série de publicações sobre esses assuntos está pronta. Eis alguns títulos: Intervenção armada na Nicarágua; ingerência de Honduras no conflito salvadoreño; interpretação histórico-social de Honduras; Honduras: saúde e miséria; o papa na América Central: fé e esperança de justiça; Haiti: tragédia e mudança inevitável; Reagan na Bacia do Caribe: pseudo-desenvolvimento e militarismo. Escritório Permanente de "cadernos" no México, Apartado Postal 20.572, México, 20, DF.

Barricada no Brasil em Cr\$

A partir desta edição, os leitores interessados sobre a real situação da Nicarágua poderão aprofundar suas informações pois estaremos efetuando assinaturas do semanário "Barricada Internacional" em cruzeiros. Para maiores informações, veja o anúncio da pág. 92.

LEITOR: Você é indispensável na divulgação de nossa revista. Mostre CADERNOS aos amigos e participe desta promoção.

ARRANJE 3 ASSINANTES E GANHE UM BRINDE

Escolha entre: ● uma assinatura grátis para você ou de presente a um amigo(a), ou ● um livro da "Estante do Terceiro Mundo" constante desta edição.

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou va le postal no valor correspondente a 3 assinaturas. Não deixe de escolher seu brinde no cupom próprio.

CUPOM DO BRINDE

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 56

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 56

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Desejo receber uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo** (Cr\$ 4.600,00). Remeto **cheque nominal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., ou **vale postal** no valor acima. 56

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

Por conseguir mais três assinaturas de cadernos, pelas quais remeto Cr\$ 13.800,00 em **cheque nominal** ou **vale postal** à Editora Terceiro Mundo Ltda., tenho direito a receber: () Uma assinatura anual de cadernos ou () dois livros da Estante do Terceiro Mundo: códigos () e () . 56

Nome:

Profissão: Idade:

Endereço: Bairro:

CEP: Estado: Cidade:

estante do **terceiro mundo**

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Estante do Terceiro Mundo

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

Código	Quantidade

- Porte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.
- Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo: estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data / /

Profissão: Idade:

Endereço:

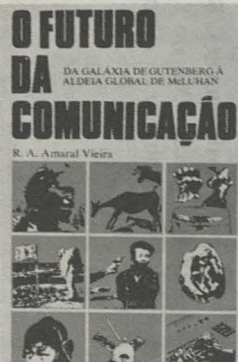
Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" na compra de 2 livros.
- 15% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 20% para "assinantes" na compra de até 2 livros.
- 25% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito a desconto especial de assinante (até 25%) desta seção.



O FUTURO DA COMUNICAÇÃO

de R. A. Amaral Vieira

O livro apresenta uma série de fatos, análises e sondagens visando informar ao público, geralmente fascinado pela "Era da Comunicação", quanto à "ameaça do Estado totalitário engolfar nossa civilização". "Nas mãos desse Estado, os novos instrumentos da sociedade eletrônica poderão sufocar a liberdade, mas ainda há a esperança de que com eles o homem se liberte do Estado". Livro indicado nas principais faculdades de comunicação do país.

Código E-13 Cr\$ 2.300,00



CARAJÁS: O BRASIL HIPOTECA SEU FUTURO

Produção do IBASE

Decisões tão importantes que comprometem o futuro do País têm sido tomadas e levadas a efeito à revelia da sociedade brasileira. O livro analisa todas as implicações do Projeto Carajás sejam econômicas, políticas ou ecológicas, apresentando alternativas, dadas por especialistas, para cada uma das questões levando em conta os reais interesses nacionais. A todos os que lutaram para que o petróleo fosse nosso; a todos os que lutam para que Carajás seja nosso é uma importante leitura.

Código E-14 Cr\$ 1.700,00



O MODELO ECONÔMICO E POLÍTICO BRASILEIRO - CRISE & ALTERNATIVAS

Coord. José Nilo Tavares

Por que o golpe de 1964? Por que o AI-5? O regime militar esteve sempre coeso? Quais as causas da abertura? Qual a natureza da crise econômica em que vivemos? Seria a crise do petróleo a grande responsável pela atual situação do país? Quais as perspectivas do governo Figueiredo? Além de trazer subsídios para essas questões, o livro tem como apêndice o programa dos 5 partidos políticos brasileiros.

Código E-15 Cr\$ 1.500,00

GENERAL SEREGNI DECLARADO "CIDADÃO CARIOCA"

□ Ao se cumprirem dez anos do golpe de estado no Uruguai (em 27 de junho passado), em diversas partes do mundo, os governos e forças democráticas do continente lembraram a data com atos de solidariedade com a luta do povo uruguaio para recuperar o terreno democrático. Da Venezuela ao México, da Suécia à Espanha, passando por quase todas as principais regiões onde se concentram os exilados uruguaio, aconteceram atos e comícios, semanas dedicadas ao Uruguai e declarações de condenação ao regime militar.

No Brasil também houve uma mobilização significativa. Na cidade do Rio de Janeiro a data foi comemorada de uma forma especial: uma sessão solene da Câmara Municipal, durante a qual foi concedido ao general Líber Seregni o título de "Cidadão Carioca".

A iniciativa, da vereadora Benedita da Silva (PT), foi apresentada por Sergio Cabral (PMDB) e acolhida favoravelmente pela bancada majoritária e pelo presidente da Assembléia, Maurício Azedo (PDT). Para receber o título — diante da ausência forçada tanto do general Seregni quanto de algum membro de sua família — foi designada a Associação Brasileira de Apoio à Democracia no Uruguai (Abadu), cujo presidente é o jurista Raimundo Faoro, ex-presidente da OAB. O dr. Faoro, impossibilitado de comparecer pessoalmente, designou como seu representante o jornalista e nosso colaborador, Moacyr Werneck de Castro. Na mesa de honra, presidida por Maurício Azedo, es-

tavam entre outros, o vice-governador do Estado, Darcy Ribeiro, o último presidente da OAB, Bernardo Cabral, o cônsul da Nicarágua no Rio de Janeiro, o brigadeiro (da reserva), Francisco Teixeira, Luis Carlos Prestes e o presidente do PDT do Estado do Rio, Adão Pereira Nunes.

Na parte oratória — que foi muito emotiva, já que vários discursos lembraram a solidariedade do povo uruguaio em relação aos numerosos brasileiros que se refugiaram naquele país depois do golpe de 1964, vários deles presentes ao ato — foram citados diversos aspectos da trajetória militar e política do general Seregni, como seu pedido de passar para a reserva em 1968, quando era comandante da Região Militar de Montevidéu, depois que se negou a obedecer ordens do então presidente Pacheco Areco para reprimir o crescente movimento popular.

Também foi lembrado o surgimento da Frente Ampla, coa-

lizão da esquerda uruguaia com setores que romperam com os partidos tradicionais, presidida por Seregni e pela qual foi candidato à presidência da República em 1971.

Moacyr Werneck de Castro citou algumas das acusações que a justiça militar uruguaia fez contra Seregni e destacou que os dez anos de prisão pedidos pelo promotor foram elevados para 14 pelo juiz militar.

O presidente da Câmara Municipal afirmou em seu discurso perante o plenário que a cerimônia o tinha comovido profundamente já que não só era uma homenagem a um dos mais importantes prisioneiros políticos do continente, como também era expressão dos avanços democráticos no Brasil, onde depois de um longo período repressivo, o povo se reencontra com seus companheiros de luta latino-americanos no esforço de construir uma nova sociedade.



Câmara Municipal

Município do Rio de Janeiro

em exercício das atribuições que a Lei lhe confere e, nos termos do Projeto de Resolução nº 24 de 1983,

de autoria de

Vereadora Benedita Souza da Silva

aprovada na Sessão de 18 de junho de 1983, transferiu ao

General Líber Seregni

o título de **Cidadão Honorário do Município do Rio de Janeiro**

conferido pela Resolução nº 24 de 1983.

Município do Rio de Janeiro, 18 de junho de 1983.

Maurício Azedo
Presidente Municipal

TURQUIA: MILITARES DISSOLVEM PARTIDO

Os herdeiros do Partido da Justiça liderado pelo ex-primeiro-ministro Suleiman Demirel até sua dissolução em 1980, receberam outro severo golpe com a dissolução do Partido da Grande Turquia, anunciada pelo governo militar a 30 de maio passado.

O Conselho Nacional de Segurança, presidido pelo general Kenan Evren, chefe de estado, tem oferecido renovadas provas de que não está disposto a tolerar a reorganização do Partido da Justiça sob uma nova denominação.

Em maio passado, graças ao levantamento da proibição que pesava sobre as atividades políticas e à anunciada autorização para criar novos partidos, três grupos vieram à luz, constituídos por setores liberais e conservadores: os Partidos da Grande Turquia, da Democracia Nacional e da Mãe Pátria.

O primeiro foi constituído sob a presidência do general reformado Ali Fethi Esener, conhecido por suas tendências nacionalistas e sua amizade com

Demirel. A poucos dias de se constituir esse grupo, 130 ex-parlamentares, membros do velho Partido da Justiça, aderiram ao Partido da Grande Turquia.

Entre estes figuravam os nomes de Ihsan Sabri Caglayangil, ex-ministro de Relações Exteriores, e de vários outros ex-ministros, como Saadettin Bilgic, Nahit Mentese e Ali Naili Erden. Enquanto isso, a criação do Partido da Democracia Nacional, favorável ao atual regime e aos meios governamentais, não suscitou maior entusiasmo nos círculos de direita.

Em círculos oficiais se esperava que esse grupo atrairia as alas conservadoras que haviam se mantido durante o período 1945-60 ao lado do Partido Democrata (dos ex-chefes de estado Celal Bayar e Adnan Menderes) e, mais tarde do Partido da Justiça.

A adesão em massa de ex-parlamentares de direita ao Partido da Grande Turquia foi re-

cebada com inquietação nos meios governamentais. Os observadores em geral concordam em apontar que foi este fenômeno inesperado que induziu o Conselho Nacional de Segurança a ordenar a dissolução do partido.

Essa decisão foi acompanhada por outras medidas que influirão na vida política do país nos próximos meses. Em primeiro lugar, o regime condenou à residência forçada em Canakkale 16 ex-dirigentes políticos pertencentes ao agora ilegal Partido da Justiça, como Demirel e Caglayangil, e também ao Partido Republicano do Povo (PRP), (também ilegal), entre os quais figuram os ex-ministros Deniz Baykal, Yuksel Cakmur e Sirri Atalay.

Os ex-dirigentes de ambos os partidos permanecerão em regime de residência forçada até a constituição do novo Parlamento, prevista para novembro próximo.

O Conselho Nacional de Segurança adotou também a decisão de proibir todo tipo de atividade política aos presidentes departamentais e locais dos partidos anteriormente dissolvidos. (*Hifzi Topuz*)

Nelson Mandela premiado

O escritor e combatente sul-africano Nelson Mandela e o rei da Espanha Juan Carlos conquistaram o "Prêmio Internacional Simón Bolívar", instituído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

O prêmio, no valor de 25 mil dólares, está sendo concedido pela primeira vez e foi apreciado por um júri internacional presidido pelo escritor venezuelano Arturo Uslar Pietri e integrado por Henri López, representante do diretor geral da Unesco; por um latino-ame-

ricano, o ex-presidente do México, Luis Echeverría Alvarez; um africano, Joseph Kizerbo; um asiático, Salvador López; um árabe, Bashir Bakri; e um francês, Claude Julien, diretor do *Le Monde Diplomatique*.

Mandela nasceu em 18 de julho de 1918 na África do Sul, filho de um chefe tradicional da etnia *tembu*. Depois de trabalhar nas minas de ouro da região de Joanesburgo, se tornou um dos primeiros advogados de raça negra do país.

Militante do Congresso Nacional Africano (ANC) foi preso várias vezes e posto em li-

berdade, até que em 11 de junho de 1964, juntamente com outros sete rebeldes de seu partido, foi condenado à prisão perpétua. Mandela se encontra atualmente na prisão de Pollsmoor, próxima à Cidade do Cabo.

O prêmio será entregue oficialmente numa cerimônia em Caracas, em 24 de julho — dia do bicentenário do nascimento do libertador —, à qual comparecerão o diretor-geral da Unesco, Amadou Mahtar M'Bow e diversas personalidades do mundo das artes, das letras e da política.

BANGLADESH: PARTIDOS EXIGEM ELEIÇÕES

□ O processo de diálogo nacional, promovido pelo administrador da lei marcial, general Ershad, tem criado muito pouco interesse nos partidos políticos bengaleses que, em troca, tornam mais aguda a sua reivindicação de eleições gerais imediatas e restabelecimento das liberdades democráticas.

Ershad tem dialogado com cinco partidos políticos, embora os mesmos careçam de apoio popular. Enquanto isso, os principais núcleos, como a aliança de 15 partidos encabeçados pela Liga Awami — que o ex-presidente Mujibur Rahman dirigia —, a de 10 partidos liderada pelo ex-presidente Khandker Mousthaque Ahmed e o Partido Nacionalista de Bangladesh, liderado pelo deposto presidente Abdus Sattar, adotaram uma posição de unanimidade sem precedentes para exigir a volta a um governo civil.

Alguns dirigentes políticos acusaram o general Ershad de utilizar táticas para protelar e procurar ganhar tempo mediante o diálogo com partidos insignificantes na vida política bengalesa.

Apesar de algumas divergências secundárias sobre como proceder para o restabelecimento da democracia, os partidos principais estão unidos na rejeição à exigência básica de Ershad a respeito da participação do setor militar em um governo civil.

“Assim como Ershad e alguns de seus ministros criticam publicamente os dirigentes civis, os partidos devem ter o direito de desenvolver atividades políticas para refutar as acusações do governo militar e apontar as deficiências do regime”, manifestou um destaca-



Mujibur Rahman

do dirigente da Liga Awami.

Hasina Rahman, principal dirigente da Liga e filha do assassinado presidente Mujibur Rahman, advertiu que se criará uma crise se Ershad continuar propagando seu próprio ponto de vista e impedindo que os partidos políticos divulguem suas exigências.

Outro membro da direção da Liga manifestou reservas a respeito do diálogo de Ershad como via de solução de problemas constitucionais. Esses contatos foram iniciados em meio a atos de violência provocados pela tensão estudantil derivada da política oficial no campo da educação. Pelo menos quatro estudantes foram mortos pela polícia, que dissolveu a tiros manifestações de rua na capital e em outras cidades do país. Três dias depois — em 19 de fevereiro passado — Ershad convocou os partidos ao diálogo.

Ao dialogar com os políticos que responderam ao chamado, Ershad sublinhou a necessidade de contar com disposições constitucionais que dêem aos militares um papel no futuro governo. E tentou buscar apoio político para evitar o avanço do movimento estudantil.

Comentaristas locais assinalam que os estudantes constituem, tradicionalmente, a vanguarda de todo movimento político nesse país desde que era território oriental paquistanês, isto é, nos últimos 30 anos.

A aliança dos 15 partidos não rejeitou o chamado ao diálogo, porém se nega a reunir-se individualmente com Ershad, exigindo uma discussão conjunta. Uma condição prévia que a aliança coloca é que se realize uma investigação dos ataques policiais de meados de fevereiro, a publicação de listas de mortos e feridos, indenização às vítimas, libertação de dirigentes políticos presos e reformas da política em matéria de educação.

O governo pôs em liberdade dirigentes presos em fevereiro, embora não tenha iniciado nenhuma investigação judicial.

Entre as modificações exigidas no campo da educação está a inclusão do árabe e do inglês como matérias obrigatórias no nível primário além do bengalês.

A Frente Unida, integrada por 10 partidos, insiste em que só um Parlamento eleito tem direito a tomar decisões a respeito de problemas constitucionais.

Por sua vez, Sattar, presidente do Partido Nacionalista de Bangladesh (BNP) exortou à realização de eleições segundo dispõe a Constituição atualmente suspensa. O texto prevê um sistema presidencial de governo, sem nenhuma participação militar.

A maioria dos partidos, incluindo a aliança dos 15, prefere a Constituição de 1972, que transformou o Parlamento no poder supremo. Está sendo considerado um plebiscito para o caso de Ershad não conseguir convencer os partidos políticos de que os militares devem ter voz no governo. (*Tabibul Islam*)

PERU: FRENTE POLÍTICA INCLUINDO A IGREJA

□ A Esquerda Unida (IU), propôs formar uma frente com o Partido Aprista, a Democracia Cristã, a igreja e os sindicatos, "para defender o espaço democrático" no Peru. Na opinião dos dirigentes da IU, é necessário constituir uma frente ampla porque a situação política peruana poderá derivar até "a consolidação do autoritarismo como forma de gover-



Belaúnde: acusado de autoritarismo

no, o que abre as portas a uma ditadura cívico-militar". Outro dos objetivos da frente proposta é obrigar o atual governo constitucional a modificar sua linha econômica neoliberal, porque está criando "uma crise social sem precedentes".

A Esquerda Unida é uma frente de partidos de esquerda da qual participam o Partido Comunista, algumas organizações maoístas (não guerrilheiras) e variantes do "marxismo" (os marxistas nacionais). Só estão excluídos os dos partidos trotsquistas (que se retiraram voluntariamente em 1980) e o "Sendero Luminoso", organização maoísta que pratica uma linha terrorista e guerrilheira. (Ver cadernos nº 56)

O documento sustenta que "sob a crise conjuntural existe uma crise estrutural, que só poderá ser resolvida mediante uma mudança radical do sistema", porém a proposta da IU

inclui a defesa das empresas privadas industriais e agropecuárias, ameaçadas de falência como consequência da política neoliberal imposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

A Esquerda Unida propõe também formar governos provisórios de emergência nas localidades atualmente submetidas a controle militar, "como uma forma de recuperar a iniciativa e a participação do povo na solução dos graves problemas que afligem essas áreas".

Na convocação à formação desta frente a Esquerda Unida chama alguns de seus tradicionais adversários, como o Apra (de linha social-democrata), a Democracia Cristã e a igreja católica. Em novembro deste ano, vão se realizar eleições municipais, a nível nacional. O movimento de aproximação progressiva entre o Apra e os partidos de esquerda avança há três anos, apesar da resistência das bases dos dois grupos políticos, que não parecem dispostos a esquecer facilmente os enfrentamentos físicos ocorridos durante várias décadas de antagonismo.

A crise chega aos hospitais

Um dos aspectos menos conhecidos dos graves problemas originados pela crise econômica e pela dívida externa de numerosos países do Terceiro Mundo consiste na pequena capacidade de importar equipamentos para uso médico. Devido à necessidade de divisas para efetuar os pagamentos do serviço de suas dívidas externas, e também por causa dos déficits comerciais (seja porque se colocam restrições às importações, seja porque as desvalorizações multiplicam o custo dessas aquisições em moeda local) percebe-se que a cada dia há

mais países que não podem comprar equipamentos clínicos vitais para seus sistemas de atendimento hospitalar.

Dados parciais sobre esses problemas foram revelados em um recente seminário sobre enfermidades do aparelho respiratório realizado em Carolina do Norte, Estados Unidos, com a assistência de delegações de 13 países. Especialistas de nações com grandes dívidas externas, como Argentina, Brasil e Nigéria, manifestaram preocupações devido aos obstáculos para obter instrumentos para centrifugação e aparelhos de refrigeração de laboratório. Um médico brasileiro citou como exemplo o caso de um refrige-

rador para conservar as amostras bacteriológicas, que neste país custa doze vezes mais que nos Estados Unidos, e isso quando é possível consegui-lo.

Os médicos africanos assinalaram que até os instrumentos mais elementares são inacessíveis em seus países. Não existem ainda dados globais sobre as repercussões negativas da atual recessão na esfera da assistência médica que já antes da crise constituía um dos maiores males no Terceiro Mundo. O seminário de Carolina do Norte ofereceu portanto uma indicação parcial da evolução de um problema que, segundo todos os sintomas, se agravará a curto prazo.

NEPAL: CINCO MILHÕES DE IMIGRANTES INDIANOS

□ Um número de imigrantes indianos calculado em cerca de cinco milhões (o que equivale a 30% da população do Nepal) se estabeleceu de modo permanente nesse país. Segundo o governo de Katmandu, isso afetou seriamente os planos nacionais de desenvolvimento.

O aumento desse fluxo migratório, procedente sobretudo dos estados indianos de Bihar e Uttar e dirigido para as férteis planícies nepalesas de Terai, levou as autoridades de Katmandu a estabelecer patrulhas especiais de vigilância ao longo dos 1.300 quilômetros de fronteira entre os dois países, e a dar queixas às autoridades de Nova Délí. Além disso, a Comissão de Planejamento formou um grupo de trabalho para analisar o assunto.

A chancelaria da Índia informou que no ano passado 3,8 milhões de cidadãos se transferiram para o Nepal, e que mais de dois-terços desse total adquiriram a cidadania nepalesa. No entanto, uma organização local que ajuda os imigran-

tes a encontrar empregos e obter permissão de trabalho, calculou a cifra em mais de cinco milhões.

A confusão em relação ao número deriva das diversas interpretações a respeito de quem é indiano. Os nepaleses partidários do estabelecimento do controle fronteiriço parecem incluir na lista de imigrantes do país vizinho todos aqueles de origem indiana, enquanto que as autoridades de Nova Délí não incluem em seus cálculos os que adquiriram a ci-

dadania nepalesa. Porém decidir quem é quem, é apenas um dos problemas do grupo de trabalho.

Enquanto isso, em Katmandu, cresce o ressentimento contra um visível aumento no número de indianos. Recentes incidentes nos quais vendedores ambulantes indianos foram apedrejados e hostilizados poderiam constituir anúncio de uma crise futura.

As conclusões do grupo de trabalho possivelmente constituirão as bases para as conversações entre a Índia e o Nepal a respeito do que podem fazer as autoridades de ambos os países em relação ao problema migratório. (*Kunda Dixit*)



Computadores da ONU

O sistema computadorizado de informação das Nações Unidas está sendo utilizado por um número cada vez maior de países do Terceiro Mundo. O sistema, denominado DIS, além de facilitar dados especializados, está a serviço dos usuários na sede da ONU em Nova Iorque, assim como em todas as agências da Organização em todo o mundo.

O Banco de Dados para o Desenvolvimento tem os seguintes objetivos: melhorar o

fluxo de informação dos Estados membros; desenvolver a capacidade de intercâmbio informativo; harmonizar os métodos de coordenação entre os diferentes sistemas existentes de informática.

Mais de mil pesquisas sobre dados recolhidos pelo DIS foram efetuadas no ano passado, o que representa um aumento de 11% em relação ao ano anterior. Setenta por cento dessas pesquisas foram feitas para países do Terceiro Mundo.

A biblioteca da ONU está

efetuando as diligências necessárias para instalar uma linha direta do sistema com outros terminais às vezes situados em países muito distantes.

Desse modo, o sistema contribuirá para facilitar ainda mais o fluxo de informação para o Terceiro Mundo. De setembro de 1981 até a presente data, o número de usuários do sistema aumentou mais de 60%, sendo que o DIS conta agora com mais de mil organizações e pessoas individuais como clientes.

Williamsburg: um acordo contra a paz

A atmosfera de confronto entre os dois grandes blocos militares não cessou de exacerbar-se desde a posse de Ronald Reagan na presidência dos Estados Unidos. Nesse contexto, a recente conferência de cúpula das sete maiores potências capitalistas representou uma contribuição considerável à escalada armamentista.

A reunião, realizada no mês de maio na histórica cidade norte-americana de Williamsburg, foi convocada para debater temas econômicos e, dado que os participantes se achavam na mais profunda recessão desde o pós-guerra, esses assuntos deviam ter preenchido os dois dias de debates.

Porém, o anfitrião Reagan e a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher — dois “falcões” da Aliança Atlântica — quiseram introduzir uma declaração política que nada mais é do que um desafio conjunto à União Soviética e só acrescenta obstáculos às negociações de Genebra sobre o desarmamento.

Nesse tipo de reuniões que se celebram anualmente, as chancelarias e os ministérios econômicos preparam o temário e as resoluções com antecedência. Os chefes de governo só dão a palavra final sobre documentos de base, cuidadosamente elaborados.

Os assuntos militares, em virtude da sua periculosidade para toda a humanidade exigiram tantos ou mais preparativos e um tempo de meditação, mas talvez a pressa do anfitrião em apossar-se de um trunfo político inspirou esse passo repentino, que surpreendeu e criou embaraços a alguns dos presentes — entre eles o presidente francês, François Mitterrand. Entretanto, eles não encontraram a forma de evitar a manobra.

A declaração política assinada pelos chefes de governo dos Estados Unidos, Alemanha Federal, França, Grã-Bretanha, Itália, Canadá e Japão, consta de sete pontos e é uma reiteração sintética da orientação do governo Reagan sobre as relações militares com o Pacto de Varsóvia. O simples fato de que os representantes das sete maiores potências coincidam com essa linha fortalece o governo norte-americano em sua política de não fazer concessões aos soviéticos.

Isto é, em vez de induzi-lo à moderação, os aliados deixam o mandatário norte-americano com as mãos livres para golpear a mesa das negociações, onde eles não estarão representados.

No caso dos europeus, que seriam as primeiras vítimas de um conflito nuclear, essa posição parece inexplicável, mais ainda no caso de Mitterrand, socialista e presidente eleito pela coligação da esquerda francesa.

Deve-se assinalar que quando Reagan chegou à presidência, seu antecessor James Carter havia impulsionado a corrida armamentista, aumentando as despesas militares. Reagan levou a ampliação do orçamento bélico e o confronto com a URSS à sua expressão máxima. Antes dessas iniciativas, o poderio militar norte-americano e soviético caracterizava-se por um relativo nivelamento. A tese de Reagan e dos “falcões”, de que os soviéticos haviam rompido o equilíbrio estratégico, não correspondia aos fatos, mas à vontade política de não aceitar o equilíbrio e substituí-lo por uma nítida superioridade militar dos Estados Unidos, apoiada no maior potencial econômico e tecnológico da Aliança Atlântica em relação ao Pacto de Varsóvia.

A reação previsível da União Soviética consistiu

em não aceitar o rompimento do equilíbrio e ameaçar mobilizar um aparelho de um poder de destruição semelhante ou superior. Essas são, em essência, as declarações de Moscou, incluindo a advertência lançada nas vésperas da reunião de Williamsburg.

Em tais condições, ou se procura atenuar a reação inicial, obtendo concessões e flexibilidade que abram o caminho à negociação, ou se incorre por ação ou omissão no favorecimento de uma escalada armamentista que acentua os riscos de um holocausto nuclear. O governo Reagan e seus aliados estão caminhando nessa inquietante direção. Esta análise crítica do que está acontecendo é compartilhada por forças moderadas e observadores independentes que não simpatizam com a política de Moscou.

O ex-chanceler Helmut Schmidt, líder moderado do partido social-democrata alemão, sustenta que não existe, por parte de Reagan, uma vontade real de negociar com Moscou, e que a Alemanha Federal não deveria aceitar a futura instalação de mísseis em seu território sem comprovar antes uma posição favorável.

Dentro da Aliança Atlântica, os governos da Grécia e da Dinamarca manifestam discordâncias semelhantes, enquanto que na Bélgica e na Holanda o debate é intenso.

Mas na reunião dos "sete grandes", onde se acham as vozes dominantes da Otan, prevaleceram os intransigentes.

Segundo o perito em questões de segurança do partido social-democrata alemão, Egon Bhar, a posição assumida em Williamsburg "não contribui em nada para superar os problemas existentes, e é sintomático que não conste da nota, em nenhum momento, o conceito de distensão".

Se tais apreciações são válidas para o teor geral do documento político da cúpula, é preciso assinalar outros dois aspectos. Um deles é a referência a que a "segurança de nossos países é indivisível e deve ser concebida sobre uma base global". Essa frase criou uma verdadeira confusão, porque significa de fato incluir o Japão na Otan, já que entre os países citados na frase, encontrava-se aquela nação. Se a segurança é indivisível — e lembremos de passagem que este é um conceito clássico da "guerra fria" — então os interesses da Otan se estendem até o Extremo Oriente.

Segundo observam diversos comentaristas europeus, a extensão da aliança militar ou diplomática exige nas democracias liberais a prévia

aprovação do Parlamento, e os presidentes ou primeiros-ministros não podem por conta própria associar seus países a eventuais aventuras bélicas extracontinentais.

Como se fosse pouco, observou-se que em Williamsburg não estavam presentes vários membros da Otan e da comunidade européia, e que sem tê-los consultado, a extensão implícita de uma aliança da qual os ausentes são parte integrante era contra as regras do jogo.

O outro aspecto apresenta matizes grotescos. É sabido que a pretensão norte-americana de não contabilizar os mísseis da Grã-Bretanha e da França constitui um dos maiores obstáculos a um acordo com a União Soviética, que não aceita excluir do conceito de equilíbrio nuclear esses sistemas de mísseis que estão voltados contra seu território.

Pois bem, sobre esse ponto os "sete grandes" afirmam que: "As tentativas de dividir o Ocidente propondo a inclusão das forças de dissuasão de terceiros países, como as da Grã-Bretanha e França, fracassarão. Essas forças autônomas não devem ser incluídas de maneira alguma nas negociações sobre os euromísseis".

Não faz sentido falar ao mesmo tempo em segurança global e indivisível e em forças autônomas, porque os dois conceitos são opostos e excludentes. Talvez o despropósito possa ser explicado em função da pressão em fazer aprovar a declaração política, pois na verdade não seria difícil encontrar uma fórmula menos contraditória para enunciar a tese de não levar em conta os sistemas de mísseis dos dois países europeus. Mas, além da inabilidade formal, esse trecho contribui para colocar obstáculos no caminho da negociação, reforçando uma pretensão que os soviéticos, qualquer que seja a vontade por parte deles, jamais aceitarão.

Em suma, estão muito distantes os tempos em que as duas superpotências dialogavam com base nos princípios da coexistência pacífica e da distensão. A parte os erros que a URSS possa ter cometido, é inegável que ela se manteve sempre fiel a esses princípios, e que cabe ao governo Reagan a culpa exclusiva pelo abandono deles. Sabemos, depois de Williamsburg, que apesar das esperanças da humanidade, o futuro próximo não assinalará o retorno à distensão nem um mínimo acordo sobre o armamento nuclear. Vêm aí tempos de grande tensão e risco para todo o planeta. Sabemos também quem é responsável por isso. ●

Argentina, Chile, Uruguai



Os últimos meses têm sido intensos no Cone Sul: no Uruguai, as forças políticas e sindicais se reorganizam e começam a ter um destaque específico, que vai marcar sem dúvida o "diálogo" promovido pelos militares. Na Argentina, as consequências profundas da derrota nas Malvinas afloram em um mar de contradições internas das forças armadas, enquanto que no campo político se rearticulam as correntes históricas para disputar a anunciada eleição presidencial. Em ambos países as massas populares ganham novamente as ruas. E no Chile — onde o processo parecia mais estático — as últimas semanas marcaram

uma deterioração irreversível do regime, diante de uma ofensiva cada dia mais ousada e melhor organizada dos sindicatos, do movimento estudantil, dos partidos políticos e até das organizações patronais. Essa nova conjuntura política — o refluxo das ditaduras — está originando mudanças que, mais cedo ou mais tarde, iniciarão o processo de retorno a regimes democráticos. Os desafios com que esses governos vão se defrontar, a correlação de forças que poderão ter — e, em consequência, suas limitações —, e o novo papel dos militares em cada um dos três países é o tema principal de nossa seção da América Latina.

Rumo à democracia... por um campo minado

O documento da junta militar sobre os desaparecidos e a crise econômica dificultam o retorno do país a um regime constitucional

Horacio Verbitsky

A guerra interna da década de 70 forma o núcleo significativo da história moderna argentina, juntamente com a aculturação de milhões de imigrantes europeus — que no começo deste século modelaram seu perfil social — e com o surgimento do peronismo que, a partir de 1945, definiu um modelo econômico e um estilo político. Mas só agora veio à tona o assunto tabu da guerra, transformando-se no centro da conjuntura política deste país, no qual 18 milhões de eleitores deverão votar a 30 de outubro, pela primeira vez em uma década, para eleger um presidente civil.

E isso acontece no momento em que as forças armadas vitoriosas resolvem pôr fim ao debate. Sabe-se que a história é infensa a acatar decretos oficiais e a sociedade só os tolera em silêncio quando não tem outro remédio. Tanto quanto lhe é possível, lança-se à procura do tempo perdido, para conhecer o que lhe foi ocultado e pronunciar seu julgamento.

Os militares que tomaram o poder em 1976 e atingiram em três anos seu objetivo de eliminar as guerrilhas montoneras e do Exército Revolucionário do Povo (ERP), propunham-se a instaurar uma nova ordem que só daria vez aos civis no início do século 21. Estes teriam de se or-

Foto: Héctor Carballo/Sipa



O povo argentino está de volta às ruas exigindo democracia

ganizar em partidos políticos diferentes dos que existiam no passado. A economia florescia em poucas e grandes unidades modernas e a “luta contra a subversão” seria cantada como uma epopéia continuadora das campanhas da emancipação e da conquista do deserto, um retorno vital às fontes da nacionalidade, com a cruz e a espada erguidas.

É compreensível que eles sintam o suor frio do pesadelo ante a iminência de eleições gerais nas quais não se apresenta um único partido novo e só os peronistas e os radicais têm possibilidades de

triumfar, como há quatro décadas. Repete-se aqui o mesmo fenômeno de estabilidade eleitoral que causou espécies aos analistas espanhóis (as porcentagens da direita e da esquerda foram idênticas nas últimas eleições antes de Franco e nas primeiras após sua morte, a 41 anos de distância, e só mudaram as denominações partidárias) ou peruanos (na década de 80, como na de 60, os apristas e populistas atraem o grosso do eleitorado).

Ambos os partidos obtiveram uma quantidade de filiações que triplica pelo menos a de uma dé-

cada atrás: três milhões de justicialistas e quase 1,5 milhão de radicais. E este resultado surpreendente foi obtido mediante uma competição nos ataques às forças armadas, que são chamadas a prestar contas pelos seus sete anos de governo, enquanto proliferam as denúncias dos métodos utilizados na guerra interna, os campos clandestinos, os desaparecimentos de crianças e jovens, os saques de residências.

Como foi possível essa prodigiosa transformação de um projeto institucional em uma hecatombe corrosiva?

A chave do futuro reside na resposta a essa pergunta: o governo militar está caindo sozinho, minado por não ter conseguido dirigir a sociedade com um mínimo de racionalidade funcional, e não há forças populares organizadas que possam se atribuir com justiça o mérito da vitória.

Um fosso intransponível

O projeto de redistribuição do poder instaurado em 1976 fracassou porque foi além do possível. A ilusão de fazer retroceder a Argentina ao século 19, com poucos produtores riquíssimos integrados privilegiadamente no mercado mundial e uma massa submissa de artesãos e trabalhadores paupérrimos, contrariou a lógica social de um país que havia atingido um alto grau de integração econômica, com um apreciável desenvolvimento industrial, organização trabalhista e complexidade educacional e cultural.

O Produto Interno Bruto (PIB) caiu cinco pontos nos sete anos de governo militar, os índices produtivos são inferiores aos de uma década atrás e a receita per cápita iguala a da década de 60. Essa contradição entre as metas políticas e sua factibilidade econômica cavou um fosso que acabou devorando o projeto.

Cabe destacar que a destrui-

ção planejada de pelo menos uma terça parte do aparelho produtivo implicou, em termos sociais, a existência de menos burgueses e menos operários, que são os adversários do tradicional poder agropecuário e sua atual metamorfose financeira; que a dissolução por decreto das organizações sindicais de patrões e trabalhadores, a revisão de toda a legislação trabalhista e a eliminação física de dirigentes privou esses setores de suas formas de expressão; que o duplo arrocho orçamentário e ideológico estrangulou a educação; que a censura, a morte e o exílio sufocaram a crítica cultural.

Mas a estabilidade desse projeto precisava do crescimento econômico, que foi negado pela conjuntura internacional adversa e pelos grossos erros de manejo interno. Percebeu-se então, que sobreviviam nesse país devastado uma cultura nacional e uma tradição política e social contra as quais o ideologismo militar tentou navegar em vão. A "fuga para a frente" não é uma novidade na história americana, e não é condenável, nem sequer eticamente. Em seu excelente livro *Bolívar y la guerra social*, o ex-presidente Juan Bosch estudou as campanhas de libertação como exportação das contradições sociais que ameaçavam Caracas com uma explosão semelhante à dos escravos do Haiti. E a mesma visão surge da correspondência de San Martín, enviada de Mendoza, pouco antes de atravessar a Cordilheira, angustiada pelos progressos da anarquia interna que se lhe apresentavam como uma alternativa desastrosa a seu plano emancipador.

Mas por razões já analisadas em edições anteriores de *Cader nos do terceiro mundo*, a recuperação das Malvinas acabou em um desastre que fraturou a frente militar interna e fez que as urnas surgissem como um mal menor que poderia desvincular as forças armadas de uma posição

insustentável.

Gradativamente, as forças políticas, que pouco fizeram para derrubar o poder de fato, e as forças sociais que o suportaram, foram-se animando diante da nova situação inesperada e começaram a ocupar os espaços vazios, inicialmente com timidez e depois com maior segurança, ao comprovar que a retirada era real. Reapareceram, então, todos os assuntos reprimidos, em uma constelação cujo sol são os métodos da "luta contra a subversão", em torno do qual giram os planetas da dívida externa de 40 bilhões de dólares, as causas da queda de Puerto Argentino e a participação de militares em casos ilícitos como a adulteração da gasolina.

O documento da junta

A junta militar emitiu, então, um documento com o qual supôs que daria por encerrada a questão dos desaparecidos. O texto diz que as forças armadas "assumem a responsabilidade histórica que lhes corresponde diante da nação no planejamento e na execução das ações" e lembra que foram os presidentes constitucionais María Estela Martínez de Perón e Italo Argentino Lúder que, em 1975, deram a ordem de aniquilar "a ação dos elementos subversivos".

Mas como justificar então a derrubada daquele governo civil? Com uma frase velada, que deu lugar a um sério equívoco: "A eventual deterioração da dimensão ética do Estado e a necessidade de salvaguardá-la, diante do risco de ser acusado de aceitar teorias totalitárias não compartilhadas sobre a segurança, estiveram também presentes na adoção das decisões que materializam o ataque frontal, definitivo e vitorioso contra a subversão e o terrorismo".

A Comissão Executiva do Episcopado argentino entendeu que esse "blá-blá-blá" cacofôni-



As forças sociais gradativamente foram se animando e começaram a ocupar espaços políticos vazios

co constituía uma rejeição à teoria da segurança nacional. Somente a pressa da comissão em moderar as manifestações muito críticas de diversos bispos, e seu interesse em descobrir ao menos algo elogiável no documento, puderam levá-la a essa conclusão.

As denúncias de um ex-policial perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, poucos dias da divulgação do documento militar, provocaram certa consternação. O oficial-inspetor Rodolfo Peregrino Fernández declarou que já em 1973 e 1974 as forças armadas colaboravam na repressão clandestina com a Aliança Anticomunista Argentina (*Triple A*), fundada pelo ministro peronista José López Rega, à qual forneceram armas através de oficiais de ligação.

Fernández descreveu também como eram organizados os grupos-tarefas da polícia e das três forças armadas depois do golpe de 1976 e forneceu nomes de seus integrantes, juntamente com o *modus operandi* e a identificação de muitas de suas bases. A única resposta direta às manifestações desse colaborador do ex-ministro do Interior, general Albano Harguindeguy, foi um

comunicado policial que nem sequer mencionou suas denúncias, limitando-se a afirmar que Fernández havia sido processado por peculato, abandonando a mulher e a filha.

Entende-se melhor agora que o "risco da acusação de aceitar teorias totalitárias não compartilhadas" é a réplica indireta à alegada convivência *Triple A*/forças armadas, e a "eventual deterioração da dimensão ética do Estado e a necessidade de salvaguardá-la", uma justificação retrospectiva para a derrubada do governo que havia sancionado os instrumentos legais para a intervenção militar na disputa.

A necessidade de tamanha hermenêutica para decifrar essa passagem do documento decorre do espaço político mínimo no qual seus autores se equilibraram: eles deviam desmentir as vinculações com a *Triple A* assinaladas por Fernández, mas se abstendo de dirigir o dedo acusador contra o peronismo, porque precisavam do silêncio deste para legitimar a atuação daqueles anos. É significativo, por exemplo, que pouco antes da divulgação do documento, a junta excluísse de seu Ato de Responsa-

bilidade Institucional a ex-presidente e outras duas dúzias de dirigentes de seu partido, restituindo-lhes, assim, seus direitos políticos.

O julgamento de Deus

Os métodos empregados foram "inéditos", porque a organização celular e a compartimentação do inimigo obrigaram a isso, acrescenta o documento. Como as forças militares agiram conforme "apreciações que tiveram de se realizar em plena luta... nesse marco quase apocalíptico foram cometidos erros que, como acontece em todo conflito bélico, ultrapassaram às vezes os limites do respeito aos direitos fundamentais". Tais erros ficam sujeitos "ao julgamento de Deus" e à "compreensão dos homens". Foram cometidos operando "organicamente e sob seus comandos naturais" e em consequência "todas as atuações se realizaram em cumprimento de ordens inerentes aos serviços".

Um Ato Institucional sancionado no mesmo dia do documento reitera que todas as operações "foram executadas conforme os planos aprovados e su-

pervisionados pelos comandos superiores orgânicos das forças armadas e pela junta militar, a partir do momento de sua formação”.

Essa decisão tem dois objetivos, orientados para a inquieta frente interna. Por um lado, afastar qualquer acusação da justiça civil encaminhando-a aos tribunais militares. Por outro, permitir a qualquer acusado repetir a ladainha que, em outra língua, foi pronunciada diante de outros juízes de outra guerra: “Eu cumpro ordens”.

Há dois anos, o ex-presidente Roberto Viola pensava que a vitória eximia de responsabilidades, e durante sua visita aos Estados Unidos afirmava que se a Alemanha tivesse triunfado na 2ª guerra mundial, o tribunal de Nuremberg teria se reunido em Richmond, Virgínia.

Essa arrogância desapareceu e eles procuram hoje outras respostas. A junta acredita que realmente o Ato Institucional protegerá seus subordinados? É difícil responder a algo tão subjetivo. Não há dúvida de que essa assunção explícita de responsabilidades, que até agora não se havia produzido, busca evitar que os escalões inferiores se sintam abandonados pelos seus chefes e se transformem em acusadores, com o intuito de escapar. Isso foi o que aconteceu, por exemplo, com cinco argentinos presos na Suíça quando iam receber o resgate por um sequestro: eles declararam que trabalhavam para o Batalhão de Informações do Exército e que as operações clandestinas eram pagas com esses fundos.

Os desaparecidos

O tratamento que o documento concede ao problema dos desaparecidos parece também responder a toda essa frente interna.

“Em todo conflito armado é difícil dar dados completos”,

sustenta. “Na guerra clássica, onde os adversários são de diversas nacionalidades, usam uniformes que os diferenciam e estão separados por linhas perfeitamente identificáveis, existem numerosos desaparecidos. Em uma guerra de características tão peculiares como a que nós vivemos, onde o inimigo não usava uniforme e seus documentos de identificação eram falsos, o número de mortos não identificados aumenta significativamente.”

Essa sutil inversão dos termos (os familiares reclamam pelo destino de pessoas identificadas que foram presas com vida, o documento fala de mortos sem identificação) serve como introdução central ao relatório dos militares:

“Não existem no país — informa — lugares secretos de detenção, nem há nos estabelecimentos carcerários pessoas presas clandestinamente. Em consequência, deve ficar definitivamente esclarecido que aqueles que constam nas listas de desaparecidos e que não estão exilados ou na clandestinidade, são considerados mortos para efeitos jurídicos e administrativos, mesmo quando não se possa precisar até o momento, a causa e a oportunidade do eventual acontecimento nem a localização de suas sepulturas.” E acrescenta ainda o desejo de que os inimigos mortos “recebam o perdão de Deus”.

A chave que o documento não revela é, precisamente, o que aconteceu nesse período que vai da detenção de uma pessoa viva, com nome e sobrenome, até sua transformação em um morto anônimo, já que segundo os dados fornecidos pelo prêmio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, e pelas organizações de familiares de desaparecidos, 80% foram “sequestrados em seus lares, em plena via pública ou nos locais de trabalho, diante de testemunhas”.

O documento se encerra com cinco declarações da junta militar: que não tem mais nada a in-

formar; que “só o julgamento histórico poderá determinar com exatidão a quem cabe a responsabilidade de métodos injustos ou mortes de inocentes”; que todas as ações realizadas durante a guerra foram “atos de serviço”; “que eles tornarão a agir sempre que for necessário”, ante uma ordem governamental, “aproveitando toda a experiência colhida”; que submetem todas suas decisões ao povo e à história, “cujo conteúdo assumem com a dor autêntica de cristãos que reconhecem os erros que puderam ser cometidos em cumprimento da missão para a qual foram designados.”

As repercussões

Essa declaração — que dá como mortos milhares de desaparecidos, reconhece que tudo aconteceu no cumprimento de planos e ordens superiores, e adverte que se for necessário “tornarão a agir da mesma forma” — não podia deixar de provocar reações apaixonadas. Algumas eram previsíveis. As Mães da Praça de Maio perguntaram: “Sequestrar é um ato de serviço? Torturar, assassinar e mentir são atos de serviço? Só o impudor e a sem-vergonhice podem qualificar assim esses crimes”. As Avós da Praça de Maio anunciaram: “Não vamos esperar que o julgamento histórico determine as responsabilidades daqueles que cometeram as mais atrozes violações de todos os direitos humanos. O desaparecimento das crianças e dos bebês como todos os demais, são de responsabilidade direta das forças armadas, que devem responder por isso. Apesar de crianças, tirar-lhes a identidade, abandoná-las por aí, são atos de serviço ou demonstrações da mais cruel desumanidade?”

Outras reações desconcertaram o governo. Por exemplo, a proveniente da Igreja que, com seu “serviço de reconciliação”

(uma série de reuniões com funcionários oficiais e líderes da oposição com o fim de promover o diálogo entre eles), concorrera para levar as autoridades oficiais a divulgarem o relatório. Porta-vozes do governo anunciaram aos jornalistas, a quem era entregue o documento, que seu texto já contava com a aprovação do Episcopado.

Dias antes da divulgação do relatório, os bispos haviam sustentado que a reconciliação só podia "assentar-se sobre os pilares da verdade, da justiça e do amor", e solicitaram que o governo reconhecesse seus graves erros, renunciasse a eles, se propusesse a não mais repeti-los, reparasse o mal causado e adotasse um novo comportamento.

Uma vez que o sino militar bateu, diversos bispos repicaram os seus. O da província de Rio Negro, Miguel Hesayne, afirmou que o documento era "falso e imoral" e seus autores, "discípulos da doutrina da segurança nacional e não de Cristo". O de Quilmes, Jorge Novak, assinalou secamente que "este não é o momento nem a junta militar é o organismo que tem de fazer invocações religiosas. A religião tem seus representantes, aos quais compete comentar motivações dessa ordem". O de Morón, Justo Laguna, manifestou que o fim não justifica os meios e "falta um reconhecimento explícito sobre a escolha dos caminhos eticamente errados, qualquer que seja sua eficácia". O de Neuquén, Jaime de Nevares, opinou que o documento "oculta a verdade daquilo que foi um plano previamente elaborado e metodicamente executado, por meio de sequestros, torturas, frequentemente realizados em estabelecimentos militares previamente designados e das quais resultou um grande número de mortos e desaparecidos". O de Santa Fé, Vicente Zaspé, condenou a "insólita qualificação de 'atos de serviço' dada à tortura, ao seques-

tro impune, à morte clandestina, à prisão sem processo, à entrega de crianças a desconhecidos e ao roubo descarado nos lares por parte das forças parapoliciais e paramilitares. Pode-se continuar falando de excessos, quando todo o processo anti-subversivo correspondeu a uma planificação premeditada? A segurança não

rabino Marshall T. Meyer afirmou que "um povo incapaz de indagar com justiça seu passado estará destinado a repeti-lo no futuro. Não existe possibilidade de reconciliação até que os culpados de assassinato de todas as tendências sejam julgados devidamente pela lei, e ninguém com um mínimo de inteligência

Foto: Héctor Caballo/Sipa



A Igreja também se juntou às "Mães da Praça de Maio"

pode sacrificar direitos fundamentais para garantir supostos interesses gerais. Essa 'segurança', incompatível com a permanente insegurança do povo, traduz-se em medidas arbitrárias e represões sem possibilidade de defesa, em confinamentos opressivos, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e interrogatórios humilhantes, em atos de violência praticados por um terrorismo estatal impune".

Dignatários de outros credos somaram-se ao coro católico. O pastor protestante José Miguens Bonino disse que o "Estado democrático constituído terá de levar até as últimas consequências a investigação sobre o que o relatório cala: como desapareceram as pessoas sequestradas em seus lares; o destino dado às crianças raptadas com suas mães grávidas que foram sequestradas". E o

e conhecimento dos últimos dez anos sangrentos pode levar a sério o documento das forças armadas, que está cheio de meias verdades, clichês, mentiras e exageros. O fato de utilizar a palavra humildade é um sarcasmo inadmissível e um insulto total ao nome de Deus. Isso se chama blasfêmia, e é verdade que Deus vai medir a história, mas também é verdade que um Poder Judiciário independente deve julgar independentemente todos os culpados".

O elogio à "coragem" do documento do bispo de Avellaneda e recém-eleito presidente do Celam, Antonio Quarracino, que reiterou sua proposta de passar uma esponja sobre os fatos, soou como uma voz solitária, acompanhada apenas pela do ex-presidente Jorge Videla (que, como comandante-em-chefe do exérci-

to, ordenou as operações). Videla afirmou que o documento era um ato de amor e "uma contribuição desinteressada para que os argentinos possam encerrar esta etapa de sua história".

O Episcopado não pensava em tornar a se pronunciar, já que as discordâncias ostensivas entre seus membros transformam cada reunião plenária em um calvário, mas o Vaticano obrigou a uma mudança de planos, quando o *Osservatore Romano* recusou a tentativa de arquivar o problema dos desaparecidos e o papa se solidarizou com os familiares "cuja esperança foi destruída".

O jornal do Vaticano se pronunciou numa terça-feira, o papa na quarta, e na sexta-feira, a Comissão Executiva do Episcopado (três membros, em vez dos 82 do plenário) rompeu o silêncio com um texto de 12 pontos que aconselha a procurar a reconciliação pensando no bem comum.

A comissão lamentou que a ação militar "nem sempre se ajustasse aos elementares critérios éticos individuais e sociais", apesar de ter considerado que o documento tinha "aspectos positivos", embora lhe parecesse insuficiente por não incluir "o reconhecimento dos erros, sua detecção e a procura de possíveis caminhos de reparação", nem "uma referência à busca de soluções que respeitem os direitos das crianças desaparecidas, as quais queremos acreditar que estão vivas e foram entregues a pais adotivos".

As Mães da Praça de Maio também não concordaram com essa opinião da igreja: "Por que acreditam que as crianças estão vivas e não exigem, como deveriam fazer, a vida de todos?", perguntam, com a tenacidade lógica com que esmiuçam as posições de qualquer setor sobre o assunto que as reúne. "A igreja, acrescentam, não condena os crimes, torturas e violências, e só diz que houve erros, quando na realidade sabe muito bem que tudo foi fei-



A ação militar "nem sempre se ajustou a critérios éticos"

to com a doutrina na mão, como disse o general Riveros em Washington, em 1980".

O lado político

Temos até aqui a questão moral. Mas há também um lado político, a que se referiu Pérez Esquivel ao assinalar que "as forças armadas tornam a utilizar a pobre estratégia do avestruz, e os partidos políticos e nossas igrejas não podem fazer a mesma coisa que os militares, pois a falta de esclarecimento compromete o futuro institucional. Os partidos não podem deixar à margem o assunto dos direitos humanos, mas, ao contrário, devem enfrentá-lo com coragem, pois não podem permitir que as forças armadas renunciem à questão e que ela se transforme em uma prova de força entre a futura justiça e o setor militar". Se esse texto diz o que parece, Pérez Esquivel acha que ainda se pode tentar outra forma de solução durante o governo atual, e que é preciso pressionar para que as forças armadas façam um expurgo em suas fileiras.

Os partidos políticos, que rejeitaram sem exceção o relatório dos militares, gostariam que assim fosse, por que não lhes escapa que essa questão é um terreno minado pelo qual devem passar

no caminho para a democracia. Mas não têm muitas ilusões.

Se os partidos de centro e de esquerda (intransigentes, democrata-cristãos, desenvolvimentistas, comunistas, socialistas e marxistas) foram taxativos ao rejeitarem o relatório e prometerem sanções, não é menos significativo que nem sequer os agrupamentos de direita — que apoiavam as ações militares durante a guerra — estejam dispostos agora a aprovar um ponto final unilateral. É o caso dos partidários de Jorge Manrique, dos federalistas e de outros grupos conservadores que divulgam suas discordâncias.

A opinião que conta é, certamente, a daqueles que serão governo e sua oposição em 1984, e a coincidência dos pronunciamentos indica a possível existência de um acordo explícito. O Justicialismo anunciou que "nesse estado de direito a que aspiramos não aceitaremos nenhum condicionamento, senão os inerentes ao funcionamento equilibrado dos poderes constitucionais". Seu pré-candidato presidencial, Antonio Gaffiero, definiu sua linha em uma palavra-de-ordem. "Nem esquecimento nem vingança. Justiça." O pré-candidato presidencial do radicalismo, Raúl Alfonsín, sustentou que "não pode se passar uma esponja, nenhuma sociedade pode ini-



Foto: ONU

A gravidade da crise econômica nem sempre é percebida pelos políticos

ciar uma etapa como a que vamos começar com base em semelhante claudicação ética. Não pode haver vingança, esta é uma sociedade que foi devastada por enfrentamentos que a levaram à beira da desagregação. Só deve haver justiça". Até as palavras escolhidas são as mesmas.

Diante da reclamação apresentada pelos peronistas e pelos radicais à justiça civil, a pretensão da junta de encaminhar todo processo futuro aos tribunais militares seria reduzida a uma ilusão, tal como aconteceu com a Ata dos Cinco Pontos assinada em 1972 por todos os generais. O governo civil fez depois tudo o que aquele papel lhe vedava. Acaso não é isso o que Pérez Esquivel e a igreja, cada qual à sua maneira, desejariam evitar? A junta, por via das dúvidas, também está para sancionar uma anistia, com o nome de Lei de Pacificação.

Divisor de águas

Esse assunto será o divisor de águas da política dos próximos

anos, assim como o é da história do país, no contexto de uma crise geral cuja gravidade nenhum dos grandes partidos parece perceber, atarefados que estão com suas eleições internas.

O pagamento da dívida externa nos prazos fixados é impossível, mesmo sacrificando a reativação econômica imediata e o investimento a médio e longo prazos. O desemprego chega a cifras desconhecidas na história do país. A mendicância é uma chaga nova no rosto da cidade mais vaidosa da América. Publicam-se fotografias de crianças desnutridas, com membros esqueléticos e ventres inchados, como aqui se pensava que só existiam na África. A tensão social é muito grande, e qualquer pequeno conflito pode degenerar em explosão, quer se trate de um jogo de futebol, da disputa entre duas facções sindicais pelo controle do órgão ou de um choque de grupos de adolescentes com a polícia para entrar num festival de rock.

O que vai acontecer depois de 1984, quando a camisa-de-força que amarrou a sociedade for

substituída por um regime constitucional, com divisão de poderes e imprensa livre, quando todas as expectativas legítimas acumuladas nesses anos de adiamento se apresentarem com urgência perante esse governo, que não vai poder lhes dar uma rápida solução? Pode-se afastar a hipótese de explosões como as que ocorreram no Brasil logo que os governadores da oposição assumiram seus cargos, na Bolívia poucos meses depois da posse de Siles Zuazo, ou na própria Argentina em 1973, quando Cámpora sucedeu a Lanusse? Os militares, que hoje recuam, não se esforçarão para retornar ao centro da cena?

Um assunto pendente como o dos desaparecidos é muita lenha para essa fogueira e coloca sérios problemas, de difícil solução. No mesmo manifesto em que prometeu soluções constitucionais, o peronismo disse que "não transformará as bandeiras do respeito aos direitos humanos, que são patrimônio de todos os argentinos, sem exceção, em retórica corrosiva que crie obstáculos à unidade nacional e à reconciliação dos argentinos, que deverá realizar-se em torno da lei, com verdade e justiça".

Sem dúvida, belas palavras, mas que não chegam a suavizar a epiderme de uma realidade muito áspera. Dois dados podem sintetizá-la. O primeiro, decorrente da denúncia do policial Fernández, indica que um dos integrantes dos esquadrões da morte dos últimos anos foi, em 1962, um dos sequestradores e assassinos do operário metalúrgico Felipe Vallese, caso famoso que iniciou uma era sinistra. O segundo pode ser deduzido conhecendo-se os cronogramas da carreira militar: a não ser que ocorra um fato excepcional, os oficiais mais jovens que participaram da guerra interna passarão à reforma por volta do ano 2010.

Certamente não nos esperam tempos fáceis. ●

Na hora da mudança

As jornadas nacionais de protesto e a intensa repercussão dos levantes populares abrem caminho para diferentes alternativas de substituição do desgastado general Pinochet

Nas últimas semanas, os fatos no Chile se precipitaram. A situação econômica continua sendo muito grave, mas não houve uma deterioração expressiva, da mesma forma que também não se produziram avanços ou melhorias. O mais significativo neste período é que a

lo —, não serão nem de longe alcançados. A substituição da cúpula governante é o centro de todas as preocupações, civis e militares.

Mas da mesma forma que é visível e impossível de esconder a deterioração do governo militar, também foi ficando em evidência nas



Os trabalhadores intensificam a mobilização

Foto: "Lateinamerika Nachrichten"

crise econômica acelerou a crise política, a mais profunda desde que Pinochet assumiu o poder. Toda a discussão atual do país gira em torno da mudança do regime. E ninguém duvida de que os prazos que o general Pinochet tinha dado a si mesmo para ficar no poder — quase até o final do sécu-

combativas jornadas de protesto nacional que os protagonistas dos fatos políticos estavam mudando, que haviam ocorrido transformações profundas nas forças oposicionistas. Em primeiro lugar, agora são os sindicatos que estão na vanguarda da luta, e não só os movimentos de direitos huma-

nos, a igreja ou, eventualmente, grupos ou partidos políticos. E nesse sentido, é importante mencionar que a classe trabalhadora consegue nesse período (pela primeira vez em dez anos) forjar uma organização de caráter nacional.

Em segundo lugar, se pode afirmar que sob a liderança do movimento sindical se integram à luta o movimento estudantil — também com alcance nacional — as associações de profissionais liberais e diferentes organizações de empresários, entre eles, os do setor de transportes que foi importante no golpe contra Salvador Allende, em 1973.

Essas mudanças qualitativas e quantitativas mostram avanços muito significativos na correlação de forças, favorável agora ao campo opositor. E, na prática, atrás das organizações de massas está a unidade de ação dos diferentes partidos — de esquerda, de centro e de direita — cujas táticas e estratégias convergiram para ações de resistência com características inovadoras.

Em terceiro lugar, o movimento se caracteriza pela sua plataforma essencialmente política. As palavras-de-ordem das jornadas de protesto eram "contra a atual situação política, econômica e social" e para exigir "o restabelecimento da democracia" e o livre exercício dos direitos sindicais e civis.

A direção nacional dos empresários do setor de transportes também se levantou contra "a perda de nossa independência como

nação" que a imposição do sistema econômico dos *Chicago Boys* significou.

Isto é, embora continuem as reivindicações econômicas que o movimento sindical vem levantando desde 1980, a ênfase agora está colocada na necessidade de voltar a um regime democrático, entendendo-se que só dessa forma será possível alterar o modelo econômico.

As formas de luta

Já há algum tempo havia, a nível das forças opositoras, duas vertentes em relação às formas de luta: aquela que propunha a resistência pacífica e a que defendia a adoção de diferentes tipos de luta, incluindo formas violentas. As jornadas de protesto das últimas semanas e o próprio desenvolvimento dos fatos mostram que o limite entre uma e outra opção às vezes não é tão definido, nem tão inflexível como possa parecer com uma formulação meramente teórica. E, de fato, a resistência assumiu também características violentas, particularmente quando o regime reagiu com uma ostensiva demonstração de força repressiva.

A novidade nas últimas ações de protesto foi sua distribuição geográfica e populacional, evitando-se sempre as grandes aglomerações que fariam do movimento um objetivo fácil para as forças da repressão. A dispersão das atividades a nível nacional e dentro de uma cidade, em diferentes localidades, não somente levou à



Foto: José Aguirre/UPI

Seguel: símbolo da resistência

dispersão da repressão como também facilitou uma ampla participação popular.

As alternativas

Há dois meses, aproximadamente, se vislumbravam no Chile três alternativas possíveis para a era "pós-Pinochet".

A primeira, uma solução militar, implicava uma mudança de alguns aspectos da política econômica e concessões no terreno político. Em um primeiro momento, pensou-se que essa alternativa poderia ser viável inclusive sem tirar Pinochet. O desgaste posterior da figura do ditador afastou bastante essa possibilidade. Por outro lado, essa opção exigiria enormes recursos econômicos, hoje em dia inexistentes, para poder levar adiante projetos de impacto.

Uma segunda alternativa seria a civil-militar. A característica mais significativa é que, nessa hipótese, a Democracia Cristã e outros setores de centro teriam um

papel fundamental. Essa saída se caracterizaria por um profundo processo de democratização e pelo reformismo econômico, isto é, a busca de um modelo baseado no papel dos capitais nacionais.

A terceira alternativa seria "popular e democrática", tanto no plano político como econômico. Nesse caso, o desenvolvimento do processo democrático iria acompanhado por uma ampla participação popular. A nível econômico, a ênfase possivelmente seria dada ao programa de nacionalização dos grupos financeiros e dos monopólios, com profundas mudanças nas relações sociais de produção (participação operária na gestão das empresas), incluindo transformações no sistema de propriedade.

A primeira alternativa parece ter ficado superada pela forma como se deram os acontecimentos dos últimos dias; e aquilo que, no máximo, poderiam aspirar os defensores dessa saída seria uma substituição de Pinochet por outro militar, que rapidamente trataria de se afastar — no plano político-econômico — da herança recebida.

Segundo observadores atentos, a segunda alternativa aparece como a mais viável, porém tudo dependerá do curso das mobilizações e das negociações com o regime, nas quais forças muito diversas entre si (como o são os norte-americanos, a igreja, os sindicatos e os capitalistas) estão empenhadas.

Quanto mais terreno os terceiro mundo - 23



Pinochet no ocaso

setores populares ganharem, quanto mais se fortaleçam os sindicatos e mais espaços forem conquistando os grupos da esquerda chilena, melhores condições obterão para negociar.

As preocupações do Departamento de Estado

É sintomático que a Igreja, por exemplo, esteja empenhada em evitar "as radicalizações para qualquer dos extremos" e se empenhe em fazer avançar o diálogo. O presidente da Conferência Episcopal do Chile e arcebispo de Concepción, monsenhor José Manuel Santos, fez um "chamado urgente ao diálogo para evitar que as tensões que o país vive atualmente continuem se tornando mais agudas". Monsenhor Santos não descartou a hipótese de a igreja católica "tentar um tipo de mediação para que o governo inicie conversações com setores da oposição", embora tenha especificado que uma mediação "é algo que deve ser solicitado por ambas as partes e não pode

ser iniciativa nossa".

Também os norte-americanos demonstram preocupações pela situação chilena. Andrés Zaldivar, presidente da Democracia Cristã mundial e dirigente da DC chilena, foi recebido no início de junho pelo Departamento de Estado. Nos dias seguintes, ele e outros dirigentes democrata-cristãos e moderados (inclusive alguns representantes da Unidade Popular) obtiveram autorização para voltar ao país.

Por outro lado, o mesmo Departamento de Estado protestou firmemente pela prisão do dirigente dos mineiros, Rodolfo Seguel. John Hughes, porta-voz do organismo, definiu Seguel como "um destacado dirigente sindical, que representa um importante setor da

população do país", e exortou as autoridades a respeitarem seu direito a ter um julgamento justo.

Evidentemente, toda essa situação não foi improvisada. E, como é natural, os alcances do levante popular, sem dúvida inesperados para as forças armadas, estão tendo consequências dentro dos quartéis. De fato, já provocou cisões entre as Armas, deixando o exército isolado da marinha e da força aérea. Esse assunto é analisado pelo nosso companheiro Alvaro Quiroga na matéria seguinte, escrita antes das jornadas de protesto. Apesar disso, o autor já intuía muitas das coisas que depois aconteceram e por isso mesmo sua análise não só não está superada como adquire ainda maior atualidade. ●

CHILE II

A crise do autoritarismo

As contradições que os militares enfrentam, diante da crise econômica e da crescente incidência da sociedade civil, colocam um desafio histórico aos setores progressistas: a unidade

Alvaro Quiroga

O golpe de Estado executado pelas forças armadas chilenas, foi a culminação bem sucedida de uma estratégia global de reconquista da totalidade do poder político e econômico, seriamente "ameaçado" pela gestão governamental da Unidade Popular, UP (1970-1973).

O alto comando se transformou no centro de gravidade do movimento anticonstitucional. A cúpula militar seria capaz de impedir o esfacelamento das insti-

tuições. Os comandos subalternos, médios e superiores comportaram-se de acordo com sua formação prussiana, — disciplina e hierarquia — acatando a palavra-de-ordem: "liquidação das forças vivas do inimigo" — forças estas constituídas pelos militantes de partidos políticos e caracterizadas por uma ideologia própria.

A cruel quartelada da primavera de 1973 seria a base para a recomposição do sistema capita-

lista no Chile. Nesse sentido, estabeleceu-se uma nova tipologia de domínio burguês, cujo cimento estrutural seria um novo modelo de dominação e repressão. Nesse marco, as forças armadas passaram a ser o braço executor que impôs os ditames de um setor da classe dominante. A recomposição do capitalismo seria o ponto central da estratégia de recuperação da totalidade do poder. Para levar adiante esse objetivo recorreu-se à entronização de um novo padrão econômico de cunho neoliberal, manipulado pelos "Chicago boys".

A adaptação do modelo fundomonetarista, de extrema liberalização econômica, exigiu uma unidade estratégica na ação dos militares, isto é, uma absoluta coesão institucional, que foi conseguida por Augusto Pinochet. Contudo, o custo seria alto, comprometendo futuramente a "unidade monolítica" dos militares. Em outras palavras: a imposição do modelo de desenvolvimento econômico exigiu submissão incondicional do total da oficialidade na pessoa do comandante-em-chefe. Este último não vacilou em reprimir, encurralar e eliminar seus potenciais adversários uniformizados.

Os mecanismos de "coesão institucional"

Somente a unidade monolítica das forças armadas permitiu a aplicação do novo padrão de acumulação capitalista. Foi essa a condição *sine qua non* para eliminar toda ação contra o poder. A coesão institucional garantiu a eliminação do protesto pela via da decomposição temporária de toda forma orgânica do movimento popular. Ao mesmo tempo começava a reestruturação capitalista.

Os mecanismos que alcançaram o "monolitismo militar", em forma sumária, são os seguintes:

1) Reestruturação do corpo

1983 - julho - no. 56

Foto: José Agurto/UPI



As forças armadas estiveram a serviço das classes dominantes

de generais

Entre setembro de 1973 e março de 1974, foram reformados 40% dos generais do exército. Um ano depois, mais quatro generais abandonaram a carreira. No fim de 1975, deixaram a substituição outros doze generais. Essas variações permitiram a Pinochet assegurar o controle de 50% dos votos na junta de generais.

Pouco depois, no período 1975-76, dez generais passavam à reserva. Assim, dos 26 membros do corpo de generais da ativa até 11 de setembro de 1973, permaneciam nas fileiras somente seis. Finalmente, entre outubro de 1976 e outubro de 1977, foram reformados cinco dos mais antigos oficiais do exército. Dessa forma, completou-se o círculo de fidelidade que neutralizou qualquer reação possível à direção imposta.

Movimento do quadro de acessos: 1973-1977

Ano	%
1973-74	40%
1974-75	60%
1975-76	38%
1976-77	20%

Os substitutos alçados ao pináculo do quadro de acessos seriam — na maioria — coronéis que tinham sido alunos de Pinochet na Academia de Guerra. Criou-se assim uma dupla dependência, institucional e pessoal ("paternalismo militar").

2) Eliminação das contradições entre as armas

Assim é fácil compreender a depuração da FACH (Força Aérea Chilena), que atingiu o general-do-ar Gustavo Leigh, forçado a abandonar a arma a 24 de julho de 1978. Junto com ele, 80% do corpo de generais abandonaram o serviço ativo. Na marinha de guerra, o círculo de generais foi fechado com a passagem para a reserva do almirante Montero e com o afastamento posterior de Horacio Justiniano, em 1976.

3) Eliminação de potenciais aspirantes ao cargo de comandante-em-chefe

Neste capítulo, deve-se assinalar os nomes dos generais Oscar Bonilla; falecido em um duvidoso acidente, e do ex-comandante-em-chefe Carlos Prats, assassinado em Buenos Aires em 1974.

4) Liquidação física de oficiais

A partir do pronunciamento

militar foram eliminados cerca de 500 oficiais entre constitucionalistas e simpatizantes das forças populares.

5) *Eliminação de toda influência política*

Neste aspecto, constituiu política central da ditadura a eliminação de interlocutores das forças políticas no seio das forças armadas. A eliminação pela raiz de qualquer vínculo com a Democracia Cristã foi objeto de uma atenção especial. Nessa perspectiva, foram atingidos Horacio Justiniano, Víctor Bravo, Javier Palacios, Arellano Stark e o próprio Oscar Bonilla.

6) *Institucionalização da repressão*

Esta começou no momento do golpe de estado. A partir da fundação da Dina (policia política chilena), em junho de 1974, teve início um novo processo. A inteligência política também atingiu os militares. A Dina adquiriu categoria de instrumento de poder do exército sobre as demais instituições das forças armadas. Através dessa medida, Pinochet alcançou um poder absoluto, tanto sobre a sociedade civil como sobre as forças armadas. Uma manobra de tal natureza implicou o afastamento de suas funções do perito em inteligência militar general Odlanier Mena, substituído por um cruel seguidor incondicional do general-chefe: Manuel Contreras.

7) *A articulação de um plano de desenvolvimento econômico*

A burguesia financeira, em luta aberta contra outras frações burguesas, conseguiria impor seu comando através de sua integração no Comitê Econômico Assessor da marinha. A vitória da burguesia financeira condenou à marginalização política as demais forças, com o aval da cúpula militar.

8) *Coesão ideológica*

As forças armadas tiveram suas funções reformuladas. A partir do golpe de estado pode-

se verificar uma atividade ideológica febril que visa à justificação do "estado de guerra interna" e à eliminação do "inimigo infame" (denominação que rebaixa a categoria do opositor). Grandes contingentes foram obrigados a se comprometer em ações que atentavam contra os direitos humanos e contra as tradições legais institucionalizadas no Chile ao longo de mais de 150 anos de vida republicana.

Para centralizar em suas mãos todo o poder do Estado, Pinochet teve de levar a cabo uma estratégia em duas direções: eliminar a oposição militar interna e desarticular o movimento popular.

A campanha de eliminação de todo tipo de oposição alcançou êxito, pois havia na estrutura econômico-social chilena uma série de condições a facilitar a tarefa: a) os partidos políticos estavam em crise, especialmente os de esquerda; b) a inorganicidade da sociedade civil; c) o isolamento sócio-político do proletariado; d) o baixo nível da atividade da oposição; e) o rompimento do vínculo entre os partidos e as classes populares; e f) a existência de um estado de ânimo de estupor e terror paralizante. Deve-se acrescentar a esses elementos o apoio total da burguesia ao golpe de estado

Da coesão à "desagregação institucional"

A situação antes descrita predominou durante nove anos no cenário político chileno. Porém, em 1982, o Chile atravessa o período mais conflitivo de sua evolução política e econômica desde a derrubada do governo constitucional de Salvador Allende. São nítidas as consequências do impacto que provocou o maior descalabro econômico em um século de vida republicana. Pode-se afirmar que chegou ao fim um ciclo de reordenamento capitalista.

Os assaltantes do poder presenciavam atônitos o afundamento do modelo econômico. O caso do "sonho consumista-dependente" propiciou o rompimento do bloco dominante, paralelamente a uma febril atividade oposicionista para a qual convergem pouco a pouco da direita republicana até a esquerda marxista. Devem somar-se a esse panorama os efeitos da crise do autoritarismo no Cone Sul do continente e suas implicações na Argentina, Uruguai, Brasil e Bolívia.

O sinal dos tempos mudou. Hoje em dia, no Chile, produziram-se novas condições históricas: a) dá-se a reconstrução acelerada de um movimento de vanguarda (operária, estudantil e de mulheres); b) os partidos da esquerda histórica (Partido Socialista do Chile, Partido Comunista, Movimento de Esquerda Unificada, Partido Radical), reconstruíram suas estruturas a nível nacional; c) os setores populares ocuparam os espaços legais de luta e continuam trabalhando também na ilegalidade; d) o círculo partidos-classes foi reconstituído no fundamental; e) a sociedade civil adquiriu uma nova organicidade; e f) existe entre as massas um novo estado de ânimo, dado que perderam o medo. Também deve-se assinalar que, ao contrário de alguns anos atrás, a burguesia já não apóia a ditadura. E ainda mais: essa tendência conduz a ditadura ao isolamento e à perda da ofensiva política.

Deve-se constatar, lamentavelmente, que os setores democráticos mais consequentes reagem com lentidão às novas condições criadas.

A atual conjuntura econômica

O modelo econômico imposto pela ditadura entrou em sua pior fase desde o golpe do general Augusto Pinochet.

O Chile, transformado numa espécie de Taiwan (Formosa) la-

tino-americana, viu-se envolvido, desde 1974, num redemoinho de abertura de mercados. Esse fenômeno prejudicou a agricultura e aniquilou, praticamente, a indústria nacional. Houve, simultaneamente, uma transferência crescente de capitais para a esfera de atividades nitidamente especulativas. A experiência liberalizante foi financiada através da dívida externa, que subiu de 3,6 bilhões de dólares em 1973 para 18 bilhões em 1982. Essa cifra constitui a dívida per cápita mais volumosa do mundo em relação à população chilena. Se se calcula que o produto nacional é da ordem de 24 bilhões de dólares, pode se ter uma idéia do ônus da dívida na economia nacional.

A atual tendência da economia chilena desestimulou os investimentos estrangeiros. Nem sequer um empréstimo recente (janeiro de 1983), de emergência, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da ordem de 875 milhões de dólares, conseguiu deter a tendência decrescente observada na obtenção de crédito externo. Deve-se assinalar que o ingresso de créditos externos foi negativo em 1982. Até setembro daquele ano era negativo, da ordem de 2,4 milhões. O governo, dentro dessa perspectiva, também não pode apelar para as reservas, dado que em 1982 a diminuição do total das mesmas atingiu um bilhão e 403 milhões (entre janeiro e novembro).

Por outro lado, a queda das vendas em 30% e as altas taxas de juros, consequências da escassez de dinheiro, tornam impossível a reativação a curto e médio prazos. Muito pelo contrário. A tendência é inversa. O preço do dólar, em pouco tempo, sofreu um aumento de 100%. A quebra de indústrias é crescente. Em dezembro de 1982 — segundo o juízo de falências — haviam falido 803 empresas, contra 433 em 1981 e 427 em 1980. Estatísticas oficiais registram 2,2 falên-

cias diárias de unidades produtivas.

Como se fosse pouco, a queda da produção agrícola e industrial chegou a 20%, e os investimentos decresceram 50%. Paralelamente a esses transtornos, surgiu outro fenômeno: o aumento do exército central de reserva, por causa do desemprego.

lhões de dólares. A crise se desencadeou quando o governo decretou a dissolução de vários bancos e companhias financeiras nacionais.

A crise do sistema de dominação, especialmente no setor econômico, anunciada pelos meios democráticos, é hoje uma realidade. Cinquenta por cento

Foto: José Agurto/UPI



Também os estudantes recuperam seus espaços políticos e gremiais

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, este chega a 30%, uma proporção jamais registrada. Por sua vez, os que conservam seu emprego devem conformar-se com salários reduzidos, ao mesmo tempo que barateia a mão-de-obra. Essa situação implica, a nível nacional, a existência de 2 milhões 880 mil chilenos atingidos pelo flagelo do desemprego, sendo que nessa cifra não estão compreendidos os trabalhadores incluídos no chamado "Plano de Emprego Mínimo", fórmula eufemística para superar parcialmente a falta de trabalho.

Em janeiro de 1983 a recessão aumentou. A bancarrota de um famoso e importante grupo de empresas bancárias e industriais acentuou a crise. As firmas privadas envolvidas no "terremoto econômico" acumulam dívidas que atingem a cifra astronômica (para o Chile) de quatro bi-

do capital nacional foi atingido pela crise. Não há dúvida que esse marco de referência atinge profundamente a estrutura política.

Em suma: a conjuntura atual é marcada por duas tendências: 1) a desestruturação da rearticulação capitalista ensaiada desde 1973, e 2) o início de crescentes lutas no seio da burguesia e entre os militares.

Repercussões do descalabro econômico

A hecatombe no plano da economia é insofismável. O governo está preso entre duas opções: ou continuar pelo caminho traçado, aprofundando a agonia de um projeto inviável ou adotar "correções" que atentariam contra a ortodoxia neoliberal. A primeira via implica acelerar a decomposição do regime, permitin-

do, além do mais, a articulação política e orgânica dos setores oposicionistas. A segunda opção leva a concessões em todas as esferas da vida social.

Observa-se claramente um rompimento crescente no seio do bloco dominante. Politicamente, afloram contradições (estimuladas também por nove anos de resistência). As contradições entre a burguesia tendem a tornar-se mais agudas na mesma medida em que se aprofunda o ciclo recessivo. Nesse contexto, cada fração das classes dominantes está decidida a defender seus interesses.

A burguesia industrial começa a exigir medidas anti-dumping, reivindicando não só barreiras alfandegárias contra a subvenção às importações, como a instauração de um certo protecionismo, para recriar o mercado interno onde possa colocar seus produtos. A burguesia agrária, por sua vez, arruinada pelos efeitos da abertura de mercados e dos altos juros bancários, também investe contra a política econômica. Esse setor, assim como a burguesia industrial, reclama créditos mais suaves, a comercialização estatal de certos produtos e a renegociação das dívidas contraídas.

A brecha entre os círculos monopolistas e esses setores da burguesia não-monopolista se acentua. Essas frações também reivindicam mudanças na condução econômica. Suas reivindicações são a abertura do mercado interno, uma certa intervenção estatal, o aumento da despesa pública, novas taxas de juros e um comportamento diferente com respeito ao dólar.

Coincidentemente com o clamor generalizado, fazem-se sentir as inquietações de importantes grupos monopolistas. Dos 36 grupos monopolistas nacionais, alguns dentre eles (Ross, Sahli, Yarur etc.) atravessam uma situação crítica, especialmente o setor ligado aos bancos privados e às finanças. A perspectiva é

caótica para a grande burguesia. Um dos mais importantes agentes da centralização e da concentração do capital, o grupo BHC, acabou o ano sob intervenção.

Por sua vez, um setor exportador (essencialmente monopolista) reivindica um novo tratamento no que diz respeito às divisas. As contradições se manifestam em torno à cotação do dólar, tratando de compensar a diferença entre o tipo de câmbio e a inflação.

Outro tipo de atrito diante da política aplicada pelos "Chicago boys" vem da pequena burguesia. Setores da pequena burguesia proprietária investem contra o sistema imposto. Grupos de intelectuais de direita, fascitoides, chegam a proclamar a necessidade de uma revolução "anticapitalista", forma oculta de expressar sua aspiração de um Estado corporativista. Outras frações, especialmente a pequena burguesia não-proprietária, somam-se também ao descontentamento geral. Enfim, o que atinge o conjunto da pequena burguesia é o fim do sonho consumista em voga desde 1979. . . e as dívidas contraídas!

O surgimento de diversas concepções para remediar a atual crise gerou um consenso em todos os setores sociais da nação. A crítica se projeta mais além do simples modelo econômico, atingindo a base do poder. Porta-vozes autorizados do setor financeiro — pilar do bloco que sustenta Pinochet — começaram a sugerir a necessidade de uma "mudança" tanto política quanto econômica.

As desavenças militares

Das próprias fileiras dos militares, ante a realidade do fracasso na condução do país, emergem desavenças. Em primeiro lugar, desde os militares da mais alta hierarquia, como Pinochet, Merino, Mattei e Mendoza, surgem vozes que tentam, através

de uma crítica acirrada, diferenciar-se na gestão dos "Chicago boys". A crítica aos principais assessores de outrora significa um esforço em vão para recuperar para si a credibilidade e a confiança da burguesia, especialmente para com o chefe do Estado e comandante-em-chefe. Nesse sentido, implementou-se uma virada para uma espécie de "populismo repressivo", com o fim de aglutinar, em apoio à gestão presidencial, setores não monopolistas.

As divergências nas fileiras militares não acabam aí. Somam-se às brigas internas, os atritos com os ex-companheiros de viagem.

Na imprensa internacional, menciona-se frequentemente a prisão de generais da FACH e do exército. Inclusive correm boatos de golpes palacianos. A própria filha do general Pinochet foi impedida — pelo corpo de generais — de assumir a pasta do ministério do Trabalho. Todos esses eventos, factuais em si mesmos, têm um fundo mais complexo.

Tornaram a aflorar, no seio do generalato do exército, diversas interpretações com relação à Lei de Segurança Nacional. Para um número indeterminado de generais, o modelo de abertura neoliberal aplicado na economia implica um alto grau de dependência externa, situação na qual a nação não estaria em condições de dirigir a indústria nacional. Em consequência, a falta de controle direto do aparelho produtivo estratégico implicaria um perigoso enfraquecimento diante dos potenciais inimigos históricos: Argentina, Peru e Bolívia.

Essa discussão tem uma sólida base ideológica e histórica, porquanto a tradição militar chilena vê na Argentina, no Peru e na Bolívia inimigos potenciais, sendo a base objetiva desses desencontros a existência de problemas não resolvidos histórica-

mente. No caso da Argentina, prevêem-se conflitos decorrentes da guerra das Malvinas e da controvérsia sobre a posse de territórios no extremo austral.

Por seu lado, o Peru é um fator de preocupação para as forças armadas chilenas, visto seu alto potencial bélico, especialmente quanto à posse de excelente material aéreo como os *Mirage*, de fabricação francesa e blindados T53, de procedência soviética. Dessa posição não está excluída a *gafe* diplomática de ter concedido apoio técnico ao Equador durante o conflito peruano-equatoriano de 1981. Quanto à Bolívia, o problema é secular na ideologia militar chilena: tem origem na reivindicação boliviana de pôr fim à sua condição de país mediterrâneo. E as apreensões atingiram novas dimensões com a subida ao poder em La Paz de um governo democrático.

O controle das áreas estraté-

gicas da economia foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governo militar. As áreas de interesse principal para os militares são as de comunicações e transportes, as riquezas básicas e aquelas empresas que, por causa de sua capacidade produtiva e tecnológica, são suscetíveis de integrar-se à indústria bélica. Segundo essas áreas, devia somar-se ao conceito da Divisão de Segurança Nacional (DSN) uma indústria poderosa. Contudo, o neoliberalismo, aplicado sistematicamente, elevou a contradição entre o modelo econômico e seus propulsores (principalmente a burguesia financeira) com algumas das teses centrais sobre as quais repousa a DSN. Generais como Gastón Frez na Corporação do Cobre, Luis Danús na Corporação de Fomento da Produção, Orlando Urbina (Reformado) na Empresa Nacional de Petróleo e Luis Eberhard na Empresa Portuária do Chile sus-

tentavam essa posição. Hoje em dia, inclusive os dois primeiros, foram submetidos à prisão domiciliar por causa de sua oposição ao modelo e à venda daqueles ramos da produção estratégica ao capital monopolista.

Como se pode apreciar, a mentalidade impregnada de "nacionalismo fronteiriço" e o atual roteiro econômico, chocam-se com preceitos básicos da DSN: especialmente em momentos que se processa a nível continental um recuo das ditaduras militares.



DOCUMENTO SOBRE DIVISÃO NAS FORÇAS ARMADAS

Um documento sobre uma suposta divisão no seio das forças armadas e na ordem do Chile foi dado a conhecer pelo vespertino parisiense *Le Monde* em fins de junho passado.

"É melhor alterar nossa sacrossanta institucionalidade do que viver um futuro de ruína e desonra", assinala o documento firmado pelos "oficiais patriotas das forças armadas e da ordem da República do Chile", que foi distribuído às unidades militares.

"Os resultados obtidos em certos aspectos determinantes para a segurança nacional estão longe de serem satisfatórios", assinalam os autores. "Os objetivos nacionais — acrescentam — fixados em setembro de 1973 não foram alcançados. Isso se diz abertamente nas unidades: nem a segurança nem o desenvolvimento estão garantidos. A Pátria e as forças armadas estão novamente ameaçadas."

Os "Jovens oficiais" analisam a situação econômica do Chile afirmando que "assistimos a destruição de um patrimônio decisivo para o

país. A indústria está falida. A agricultura não está em condições de satisfazer nossas necessidades. O Estado está em vias de entregar novas empresas aos interesses estrangeiros, inclusive os portos. Os oficiais patriotas consideram que a Unidade Nacional está em perigo".

"Nossa instituição e cada um de nós — prossegue o documento — somos objeto de críticas cada vez mais vivas. As afirmações contraditórias de certos oficiais gerais e do presidente (Augusto Pinochet), assim como as atividades de elementos tais como os membros do Centro Nacional de Informações (CNI, polícia secreta), com os quais somos identificados, não fazem mais que agravar nossa situação."

"O que fazer?", concluem os oficiais. "Tem-se que mudar este estado de coisas. Torna-se indispensável que aqueles que conduzem o governo e o comando das forças armadas sejam substituídos."

"Esses jovens oficiais — assinala *Le Monde* — não se pronunciam pelo pós-Pinochet. Desejam o restabelecimento da democracia ou um retorno às fontes?", pergunta.

"As convicções nacionalistas dos autores do documento são evidentes", assinala o jornal, sublinhando que "existe no seio das forças armadas chilenas um mal-estar generalizado".

A teimosia dos militares

As negociações previstas pelo cronograma das forças armadas enfrentam dificuldades, pois os militares aspiram a impor na nova Constituição inovações já rechaçadas pelos cidadãos

Alberto Alonso

Depois de procurar com empenho o adjetivo exato, Julio Daverede o encontrou. Disse então, respondendo a um jornalista: "O documento dos militares nos deixou 'perplexos'." Daverede é um dirigente da União Cívica, uma pequena agrupação política de origem cristã que juntamente com os partidos tradicionais do Uruguai, o Nacional (ou Blanco) e o Colorado, foi autorizada pelos militares uruguaios a funcionar legalmente — dentro de limites bastante restritos — depois de quase dez anos de inatividade política. Os dirigentes desses partidos "tolerados" puderam ocupar, assim um lugar nas negociações com os delegados do governo uruguio, iniciadas a 13 de maio passado. Mas o tom desiludido com que Daverede se referia à primeira impressão que produziu nos civis a proposta política das forças armadas (ver matéria seguinte) mostra que essas negociações serão árduas. Como é notório, o objetivo do diálogo entre políticos e militares é procurar um consenso sobre os alcances e as formas que terá a reforma constitucional, que será seguida, conforme o cronograma do "processo" (é assim que os militares uruguaios denominam o seu regime), por uma eleição presidencial. No fundo, trata-se de negociar sobre a extensão da participação militar nos assuntos polí-

ticos uma vez se tenha realizado a transferência do governo aos civis, em 1985.

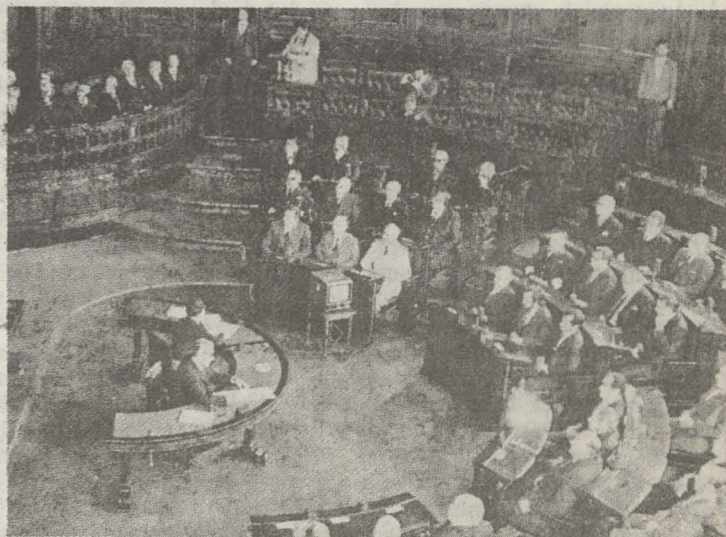
Declaração de guerra

Como se tratava de iniciar uma negociação, ninguém esperava uma quase declaração de guerra como a que partiu do contra-almirante Laborde em nome do governo e da junta de oficiais gerais, a 10 de maio, três dias antes de começar o diálogo. Por uma rede nacional de rádio e televisão, o militar afirmou que desde as eleições internas de 28 de novembro passado, os dirigentes dos partidos "agiram sem a

prudência e o equilíbrio necessários" para atingir os acordos desejados.

De acordo com o ponto de vista dos militares, alguns desses comportamentos imprudentes teriam sido: a) a divulgação de "promessas fáceis no campo trabalhista e salarial, incompatíveis com os recursos do país"; com "clara intenção desestabilizadora" e com o propósito de "exacerbar as expectativas dos setores mais carentes"; b) a "reiterada apologia" de cidadãos que têm seus direitos políticos suspensos (e, pelo visto, os elogios também), ou que estão com ordem de prisão ou processados por delitos de "lesa-pátria"; c) o ataque permanente à política econômica, o que cria um clima de incerteza e inquietação entre os agentes econômicos, além de deteriorar a credibilidade pública e comprometer a recuperação do país; d) a "conivência acentuada com instituições internacionais comprometidas em campanhas permanentes de desprestígio do país".

Até o secretário-geral do Partido Colorado, Julio María Sanguinetti, de notória flexibilidade política, considerou que o documento lido pelo porta-voz mili-



Para os políticos não está sendo fácil negociar com os militares

tar era "uma nota desafinada".

A situação se deteriorou ainda com as declarações do general Boscán Hontou, atual comandante-em-chefe do exército (que se tornou conhecido por ter sido o único representante estrangeiro às comemorações da "independência" do bantustão Transkei, na África do Sul). Hontou afirmou que os generais estavam examinando a possibilidade de suspender o "diálogo político". As forças armadas — recordou — tiveram muita paciência, muito



Hontou: "suspender o diálogo"

equilíbrio. Mas, assinalou, havia-se chegado a extremos intoleráveis: "Muitos ataques foram feitos nas convenções estaduais (dos partidos autorizados) contra os prefeitos municipais, que ocupam seu cargo em representação do exército e que o fazem em nome do *processo*".

Por que surpreender-se?

Na realidade, os militares uruguaios não deviam sentir-se tão incomodados por causa das críticas reiteradas desses dirigentes políticos "tolerados". Elas só refletem — e muitas vezes apenas timidamente — um sentimento generalizado entre a população, que, chamada à consulta duas vezes pelas forças armadas, não deixou lugar a dúvidas: exige o retorno à vigência plena das ga-

ranias democráticas e não deseja que as forças armadas permaneçam dentro do cenário político-administrativo nem por trás deles, logo que um governo constitucional assumir o poder.¹ A derrota da proposta das forças armadas no plebiscito de 1980 e a vitória por ampla maioria dos setores oposicionistas mais consequentes nas eleições internas dos partidos tradicionais, em novembro de 1982, foram, no fim das contas, os dois fatos políticos mais relevantes desses dez



Rapela: "existem divergências"

anos de ditadura. A partir daí começaram as negociações que estão em curso, para definir os próximos passos do caminho de retorno à democracia.

Por sua vez, os políticos não deviam ter-se sentido tão "perplexos". Talvez um cidadão comum possa não compreender as atitudes das forças armadas, mas nunca um dirigente que se preze de conhecer seu adversário. O homem comum procura adivinhar as intenções secretas dos militares, sem perceber que os

¹A vitória do NÃO no plebiscito de novembro de 1980 mostrou à opinião pública interna e internacional a rejeição inequívoca ao projeto de reforma da Constituição apresentado pelas forças armadas, no qual ficava consagrada sua participação na gestão do Estado. (ver "cadernos do terceiro mundo" nºs 28 e 30)

rodeios do regime representam uma conduta perfeitamente linear e que sua sagacidade decorre de sua total falta de astúcia.

O "cronograma" dos ocupantes do poder indica que o ano de 1983 está destinado à redação do projeto de reforma da Constituição, tarefa da qual se ocupariam a Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (Comaspo) e os representantes dos três partidos "tolerados". De forma que, cumprindo como bons soldados o programa estabelecido, os militares pediram para seus assessores apontarem os "Fatos Ocorridos na República que Justificam um Novo Texto Constitucional", (é esse o título do documento), junto com as respectivas reformas. As forças armadas acham que a nova Carta terá de ser uma salvaguarda contra o "caos subversivo". E sob as modificações propostas existe a firme convicção (presente no plebiscito rejeitado em 1980) de que as forças armadas são o centro imaculado da sociedade uruguia e, como tal, devem continuar sendo seu tutor principal.

Por isso, os políticos não deviam ter-se mostrado surpresos: os militares uruguaios não inovaram. Ou melhor, demonstraram que não pretendem mudar as inovações jurídicas que tentaram introduzir 30 meses atrás, apesar de as mesmas terem sido rejeitadas na consulta popular. Eles se consideram seriamente o último baluarte do *sistema de vida ocidental* e outras besteiras semelhantes, que constituem valores incorporados à sua forma esquemática de raciocinar em termos políticos. Isso tornará mais grave e imaginativo o esforço dos partidos para encontrar pontos de consenso e mais áduas as negociações desse grupo de trabalho civil-militar.

No fim da reunião do dia 17 de junho passado, o presidente da Comaspo, general Julio Ra-

pela, afirmou que entre os representantes dos militares e dos três partidos políticos (Blanco, Colorado e União Cívica) havia muitas coincidências, “embora continuemos divergindo em alguns pontos”. Já as declarações de Julio María Sanguinetti, eram num tom menos otimista. Referindo-se às divergências em torno do conceito de “subversão”, o dirigente do Partido Colorado afirmou que parecia que os militares queriam “legalizar a ditadura em vez de instaurar a democracia”.

É difícil, pois, prever em que medida e em que direção se poderá avançar de agora em diante. Lembremos que o diálogo com as forças armadas esteve ameaçado e chegou a ser suspenso porque o Partido Nacional reagiu veementemente contra o fechamento por seis meses de seu semanário *La Democracia*, no dia 20 de maio passado, medida adotada porque apareceu na primeira página do último número uma fotografia do rei Juan Carlos da Espanha junto com o líder Wilson Ferreira Aldunate, que está exilado. Isto é, apesar de o Partido Nacional estar autorizado a funcionar, seu dirigente máximo é considerado um subversivo pelo regime e a simples publicação de sua fotografia provoca uma represália desmedida e deixa essa coletividade política sem seu meio de expressão. E caso esse partido reaja — como o fez —, as forças armadas interpretam essa atitude como tão grave que merece ser punida com a suspensão do único canal de comunicação entre os militares e a sociedade civil, que é esse diálogo ou negociação através da Comaspó.

Depois desse episódio, muitos observadores tendem a pensar que as forças armadas, através dessas negociações, estão buscando apenas a melhor fórmula possível para transferir o governo em 1985 a civis confiáveis, reservando-se o direito e os mecanismos constitucionais que lhes per-

mitam retirar-se somente até o quintal dos fundos. Poderiam assim ouvir as exclamações de surpresa que o inventário daquilo que eles deixaram provocará ou poderiam tornar a intervir caso achem necessário.

Nem derrotismo nem ufanismo

Para poder achar a justa medida dos avanços democráticos que se podem esperar do encerramento do processo de negociação entre os políticos e as forças armadas, é necessário compreender como se chegou a essa situação.

O Uruguai não é o Vietnã, nem o exército enfrenta — como aconteceu lá — uma milícia bem treinada e endurecida por décadas de luta. Também não é El Salvador, onde a resistência popular se transformou em uma insurreição aberta. No Uruguai, depois de uma década em que as organizações sindicais, os partidos de esquerda e o movimento armado (MLN, “Tupamaro”) foram desmantelados — por diferentes procedimentos e com distintos graus de eficácia — por uma ditadura que atingiu níveis repressivos sem precedentes em toda a história republicana, o povo começa a ocupar as brechas que vão surgindo do desgaste de um regime que só se mantém pela força das armas. A resistência diária é árdua e nem sempre visível, mas existe.

E não só existe como chega a níveis de eficiência imprevisíveis até alguns meses atrás. Isso foi demonstrado, por exemplo, pelo Plenário Intersindical — uma agrupação surgida recentemente que teve a seu encargo a organização das comemorações do Dia dos Trabalhadores e mobilizou para o 1º de Maio cerca de 100 mil pessoas em Montevideú — conseguindo que não houvesse nenhum incidente (como bem gostaria o regime, para depois jogar a culpa nos sindicatos).

Mas hoje a maioria da popula-

ção está representada nas negociações por políticos tradicionais, que não são necessariamente os que teriam sido escolhidos se fosse dada ao povo a oportunidade de votar livremente. Lembremos que os líderes mais expressivos da resistência política uruguaia estão no exílio (como o dirigente blanco Wilson Ferreira Aldunate), ou na prisão (como o general Líber Seregni, presidente da Frente Ampla) e Raúl Sendic (dirigente máximo do MLN), ou foram assassinados pela ditadura (como os parlamentares Zelmar Michelini e Héctor Gutiérrez Ruíz, sequestrados em Buenos Aires em maio de 1975 e encontrados mortos alguns dias depois).

Isto é, aqueles que negociam os termos da retirada dos militares são liberais e conservadores que foram coniventes com o regime em seus primeiros anos e que só adotaram uma posição oposicionista ativa quando as coisas passaram dos limites.

Sobre eles recai a responsabilidade histórica de abrir ao máximo a brecha que os militares estão atualmente dispostos a negociar. Caberá ao povo uruguaio e a seus dirigentes naturais continuarem depois o processo de reconquista da democracia.

O desafio econômico

Se o cronograma programado pelas forças armadas se concretizar — e isso depende das negociações em curso — um governo nascido de eleições diretas admirará o poder em 1985. Será necessariamente o governo de um dos dois partidos tradicionais, já que a disputa será limitada (salvo algum imprevisto) às três forças políticas “toleradas”. (E o escasso contingente eleitoral da União Cívica a transforma em uma força marginalizada.) As condições políticas decorrentes da posse do novo presidente não serão certamente mais favoráveis ao movimento popular que as existentes em 1970, quando a esquerda se

aglutinou em torno da Frente Ampla para disputar as eleições e enfrentar melhor preparada a tradicional bipolaridade da política uruguaia.

E se no plano político os partidos tradicionais já estavam há uma década sem condições de dar respostas, acontecia a mesma coisa no plano econômico. A situação não é diferente dez anos depois, com o substancial agravamento da crise, e quando a base produtiva do país está estagnada e a dívida externa consome uma parte relevante das magras divisas do país.

Por outro lado, uma análise do economista uruguaio Luis Faroppa ("El comprometido futuro", semanário *Opinar*, 19/5/83) demonstra com absoluta clareza que as negociações do FMI, que se estendem há mais de um ano, permitiram ao governo não renegociar a dívida externa pública, obter um prazo de carência e contar com amplas disponibilidades financeiras em 1983 e 1984. Os bancos credores adiaram a cobrança de 90% de seus créditos e ampliaram em 240 milhões de dólares seus empréstimos ao atual governo. O FMI, encarregado de controlar o cumprimento das condições acertadas, contribui por sua vez com 400 milhões.

Isso significa que o regime conta de imediato com esses 640 milhões de dólares, e com mais outros 528 milhões cujo pagamento em 1983/84 foi adiado. Isto é, 1.168 milhões de dólares que deveriam permitir-lhe atender às necessidades produtivas do país e estimular as expectativas dos agentes econômicos.

Embora as dificuldades dessa negociação não sejam ocultadas, já que os produtores estão endividados em dólares caros, os preços dos bens de exportação estão em baixa e existe uma firme restrição dos créditos, paralela ao aumento das taxas de juros reais (inclusive o setor financeiro está começando a se queixar), são



O Plenário Intersindical reuniu mais de 100 mil pessoas no 1º de Maio

ainda mais evidentes as graves dificuldades que os governantes deverão enfrentar a partir de 1985.

Faroppa calcula que só para pagar as amortizações e juros da dívida pública e reduzindo drasticamente as importações do triênio 1985/1987, o novo governo precisará de 1.700 milhões a 1.800 milhões de dólares. Esses recursos dificilmente serão provenientes do superávit da balança comercial; para que isso acontecesse, as exportações deviam crescer daqui por diante 20% ao ano, quando em 1982 diminuíram 19,7% em relação a 1981. Outras alternativas consistiriam em novos refinanciamentos, que criariam dificuldades crescentes em termos de emprego e níveis de receitas fixos; ou confiar em novos investimentos, o que seria ilusório dado que o Uruguai não é um mercado atrativo e está situado numa área geográfica considerada de grande risco; ou, finalmente, em reduzir mais ainda as importações, o que acarretaria menor atividade interna, menor geração de emprego e menores níveis de receitas e consumo. A única coisa que aumentaria seria a instabilidade social.

E é esse o país que vai passar a ser governado por um presidente surgido do Partido Nacional ou do Colorado, cujos programas de governo já deixavam em 1971 de definir a crise em termos estruturais. Dificilmente poderá surgir em 1985 uma proposta econômica que não conduza a um desgaste político a curto prazo. Porque tal como o diálogo está traçado, não emergirá das urnas um governo de unidade nacional que, sobrepondo-se a rivalidades históricas, encare o futuro da nação como um compromisso coletivo.

À guisa de resumo

O que significa tudo o que ficou dito? Que perspectivas reais de democratização pode ter o Uruguai? Qual a possibilidade de reativar sua economia?

Com relação às forças armadas, seria necessário completar a análise assinalando que por não ter passado por uma experiência traumática como a da Argentina na guerra das Malvinas, elas não parecem estar ameaçadas a curto prazo pelo vírus da divisão interna. Contudo, embora compareçam às negociações com os parti-

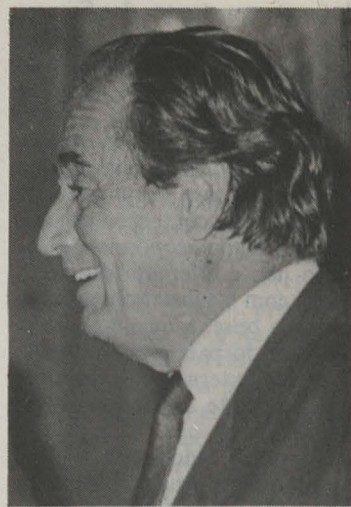
dos políticos a partir de uma posição cômoda (que lhes dá a força) estão cada vez mais isoladas e é evidente a nível internacional que seu único poder emana justamente do uso dessa força.

Quanto aos partidos tradicionais, Blanco e Colorado, passam por um momento de rearticulação e de desafio. Suas atitudes concentram a atenção do país, que os observa e julga.

Os "colorados" exibem um grau bastante elevado de coesão interna e as cassações políticas não parecem atingi-los demasiadamente. O principal político cassado do Partido Colorado é Jorge Batlle Ibáñez (filho do presidente Luis Batlle Berres, que governou o país entre 1947 e 1951), mas no ostracismo político depois de uma série de denúncias que o envolviam em negócios excusos. Os delegados às negociações com os militares são o conhecido dirigente Julio María Sanguinetti — que na campanha anterior às eleições irradiou uma imagem de homem dinâmico, claro expositor e bom negociador — e Enrique Tarigo, líder emergente no seio do partido — hábil polemista que está colhendo os frutos de sua participação destacada na campanha a favor do NÃO no plebiscito de 1980, implementada através do semanário *Opinar*, do qual é diretor. O ex-presidente Jorge Pacheco Areco deixou de ser o trunfo dos militares. Ao retornar ao país depois de quase uma década de auto-exílio, ficou claro nas eleições internas de novembro do ano passado que suas capacidades de liderança e de organização eram nulas. O setor mais progressista do partido está encabeçado por Manuel Flores Silva, um jovem de 30 anos de idade que foi eleito para a direção do Partido Colorado de Montevidéu. Flores Silva propôs uma homenagem a Zelmira Michelini na primeira sessão da convenção do seu partido (um ato de coragem, já que Michelini saiu das fileiras do Parti-



Julio María Sanguinetti



Wilson Ferreira Aldunate

do Colorado para fundar a Frente Ampla, e foi assassinado em condições não esclarecidas mas nas quais a mão da ditadura uruguaia aparece implicada). Propôs também uma declaração a favor da anistia que Enrique Tarigo se apressou em bombardear de seu jornal antes que chegasse a ser examinada pela convenção.

O Partido Nacional manteve durante todos os anos de ditadura uma posição mais combativa que o Partido Colorado e se recusou sistematicamente a permitir que seus quadros integrassem a equipe de governo, coisa que os "colorados" fizeram.

Entretanto, nota-se nos últimos meses um avanço na atuação das forças conservadoras, enquanto surgem algumas desavenças na coligação entre os dois grupos "blancos" mais consequentes, "Por la Patria" e "Movimiento de Rocha". A figura máxima do partido é o ex-senador e candidato à presidência da República em 1971, Wilson Ferreira Aldunate, exilado em Londres e que teve seus direitos políticos suspensos. Ao serem iniciadas as negociações com os militares, foi ficando em evidência que os setores mais progressistas do partido, aqueles que permanecem fiéis à liderança de Ferrei-

ra e condicionam a resistência dos direitos de seu dirigente a qualquer tipo de negociação, foram sendo afastados do diálogo por dirigentes mais favoráveis a aceitar as exigências dos militares. Os observadores políticos consideram que Wilson Ferreira Aldunate, a nível das bases partidárias, conserva toda sua liderança, o que torna mais complexo ainda o processo da negociação.²

Nas fileiras da esquerda é que os embates de uma década de repressão deixaram mais marcas. Quase todos os grupos que integram a Frente Ampla continuam na ilegalidade, embora tenha-se começado a mencionar a possibilidade de que a Democracia Cristã — que era um deles — seja autorizada a se reorganizar e a atuar politicamente. Alega-se que a DC "não é marxista" e que seu único "pecado" teria sido unir-se ao marxismo para dar ori-

²A 15 de junho passado, foi anunciada em Montevidéu a criação da Corrente Popular Nacionalista, que congrega os setores do Partido Nacional mais radicalmente opostos ao regime. De Washington, onde reside, Juan Raúl Ferreira, filho de Ferreira Aldunate e presidente da Convergência Democrática, anunciou sua adesão a essa corrente.

gem à Frente Ampla. Na realidade, pode-se tratar de uma manobra: sob a aparência de aprofundar a redemocratização, estar-se-ia favorecendo a divisão das forças oposicionistas.

O líder Líber Seregni, presidente da Frente Ampla, é atualmente um dos prisioneiros de consciência mais importantes do mundo, e sua imagem conquistou — após uma década de exemplar intransigência na prisão, a partir da qual manteve seu contato com as bases frentistas — uma dimensão latino-americana e internacional. Pode depender de Seregni a rearticulação da esquerda, fato que não passa despercebido para o regime, que além dos maus tratos e do confinamento impôs a Seregni a perda de sua patente de general.

Mas nenhuma abertura democrática terá credibilidade internacional e mesmo interna sem a libertação de Seregni e a restituição dos direitos políticos a Ferreira Aldunate, numa primeira etapa, e sem uma anistia ampla, depois. De forma que a libertação ou não desse “general do povo” — como é chamado carinhosamente Seregni hoje em dia — poderá ser um termômetro das verdadeiras intenções das forças armadas.

As perseguições permanentes e o regime de terror atingiram a intensidade da militância de esquerda (que nas últimas eleições em 1971, obteve 20% da votação do país). Contudo, o trabalho de articulação política continua e as informações disponíveis permitem assegurar que existe uma geração jovem que está trabalhando na resistência — principalmente no âmbito cultural. Marcados pela tragédia dos últimos anos, esses jovens, apesar de serem os “filhos da ditadura”, não passarão de forma alguma a engrossar as bases de apoio ao regime.

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar o fato de a esquerda vir a ser uma espécie de



Juan Pedro Ciganda (acima, esq.), Richard Read (acima) e Héctor Seco (ao lado), dirigentes do Plenário Intersindical: um movimento operário que dá continuidade às lutas do passado

fiel da balança numa eventual contenda eleitoral, já que a diferença de votação entre os grandes partidos tradicionais (como ficou demonstrado na eleição interna de novembro passado) é pequena. Isso lhe confere um importante poder de negociação. A esquerda poderia assim ter (mesmo se vendo forçada a não participar diretamente do pleito e se estiver unida e negociar bem), um significativo papel nas eleições de 1984.

Mas o aspecto mais importante a destacar para se ter uma idéia concreta das forças que se movimentam no Uruguai atual é o trabalho formidável realizado pelas 47 “associações profissionais de base” (isto é, os sindicatos por empresas) que juntaram seus esforços e consolidaram um movimento operário em gestação que está dando continuidade às lutas da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), dissolvida depois do golpe de estado, em junho de 1973. A partir do 1º

de maio, o setor sindical passou a ser um novo protagonista na atual conjuntura uruguaia, na qual se faz presente não só com uma plataforma reivindicativa de seus direitos como classe mas erguendo a bandeira da anistia ampla, política e trabalhista. O Plenário Intersindical de Trabalhadores é hoje um movimento reconhecido internamente, que designou representantes à Conferência Internacional da OIT (Organização Internacional do Trabalho), enquanto o governo tornava a indicar um nome qualquer da complacente Confederação Geral dos Trabalhadores do Uruguai (CGTU), a central “amarela”.

Deixemos de olhar para as árvores para poder enxergar o bosque: seria prematuro dizer que a ditadura uruguaia “está derrotada” e que se aproximam tempos de reencontro e concórdia. O caminho a percorrer ainda é longo, mas já começam a aparecer as luzes. O povo uruguaio está de pé. ●

O documento das forças armadas

O que se segue é uma versão, breve e objetiva, do documento apresentado pelas forças armadas uruguaias aos delegados dos partidos, em 13 de maio de 1982, data do começo das negociações político-militares.

A *Introdução* assinala que o governo e as forças armadas entendem necessária a reinstituição

de um vazio de poder existente, para desestabilizar o governo e provocar a falência institucional.

A reinstitucionalização deve partir de um novo texto constitucional que enfrente adequadamente a problemática moderna e crie as leis necessárias para impedir a repetição das situa-



ção democrática do Estado, com a finalidade de evitar a repetição dos fatos ocorridos na década de 60 e princípios da de 70, que determinaram uma profunda crise nacional. Esta se manifestou assim: estagnação geral da economia; falta de abastecimento dos artigos de primeira necessidade; inflação; intervenção e paternalismo excessivo do Estado; burocracia desmedida e desestímulo à iniciativa privada; agitação sindical e estudantil; desordens de rua, greves e paralisações constantes dos serviços públicos; desorientação ideológica; atomização dos partidos políticos e perda de confiança em seus dirigentes; febre especulativa e delitos sócio-econômicos. Todos, ingredientes de uma situação fomentada e aproveitada pelo marxismo internacional, infiltrado em todos os setores sociais, apro-

ções vividas e para preservar a atual paz social. Decidiu-se, então, com a participação dos partidos políticos, redigir um projeto que supra as deficiências da Carta de 1967 (a última vigente antes do golpe de estado de 1973).

O documento propõe, a seguir, com a correspondente justificativa dos fatos que ali se enumeram, 24 iniciativas de reforma, as quais não pretendem esgotar toda a problemática que deve ser solucionada. Reproduzimos a essência de cada iniciativa, deixando de lado, por motivo de espaço, as referidas fundamentações dos fatos.

1. É necessário eliminar o decreto que proíbe as invasões de domicílio noturnas.

2. Ampliar os prazos atuais para obter declarações e iniciar o processo.

3. A Constituição não deve proibir as investigações secretas.

4. Sem afetar a essência da liberdade de expressão, deveria ser evitado que esta servisse para desprestigiar as instituições democráticas, as autoridades constituídas e o princípio de autoridade, exaltando a violência, a luta de classes e as ideologias estrangeiras.

5. É preciso ampliar as causas pelas quais se pode suspender a segurança individual.

6. Os direitos de greve e de agremiação foram deformados por marxistas e subversivos. Devem-se criar tribunais de conciliação e arbitragem previstos pela Constituição.

7. O princípio de estabilidade dos funcionários públicos foi desvirtuado pelo sistema de autorização prévia do Senado para a demissão.

8. O novo texto deve incluir os Atos Institucionais 9 e 13, que corrigem as deficiências do sistema de segurança social que existia antes de 1973.

9. A suspensão do exercício da cidadania não deverá ser aplicada somente aos cidadãos *naturalizados*, que integram organizações criadas para destruir o sistema republicano-democrático.

10. A nova Constituição deve incluir as diretrizes da Lei dos Partidos.

11. Não deve caber ao presidente da República "o comando superior das forças armadas", mas "a condução ou direção política superior". Deve-se harmonizar a esse nível, a atuação das forças armadas, alheia às tendências partidárias.

12. Criação de um órgão interdisciplinar de assessoramento sobre segurança nacional, com participação das hierarquias máximas das forças armadas.

13. As "*Medidas Prontas de Seguridad*" (estado de emergência) e o estado de guerra são recursos não aptos para enfrentar a subversão. Há necessidade de um poder de emergência inter-



mediário capaz de suspender garantias, limitar direitos individuais e exercer prerrogativas extraordinárias para atuar nessa eventualidade.

14. Evitar abusos em tomadas de depoimentos, convocações à Sala de Audiência, interações e criação de comissões investigadoras.

15. Diferenciar leis comuns de leis especiais ou fundamentais (quase constitucionais), que exi-

giam quórum e tratamentos especiais.

16. Devem ser incorporadas as bases do decreto constitucional que reorganizou o Poder Judiciário, modernizou-o tornando-o realmente independente.

17. Instaurar um órgão superior de intervenção supletiva no caso de omissão do Parlamento ou do Tribunal Eleitoral, para um maior controle dos partidos e dos legisladores.

18. Dar hierarquia constitucional à Lei de Segurança do Estado, para que a justiça militar atinja os civis incursores em delitos de lesa-pátria.

19. Excluir os atos de governo de ordem política ou que se refiram à segurança nacional, das possibilidades de anulação por parte do Tribunal do Contencioso Administrativo.

20. Menor autonomia para as autarquias; reduzir seu número de diretores.

21. A fim de impedir uma nova infiltração marxista e subversiva na educação, dar ao Executivo maiores possibilidades de intervenção.

22. Para efeitos de coordenação, controlar as administrações estaduais autônomas.

23. Ampliar os encargos do Tribunal Eleitoral conforme a lei dos Partidos.

24. Tornar mais rígidos os mecanismos de reforma constitucional, para assegurar maior fidelidade ao texto que surgir do grande acordo. ●

Como foi desbaratado o plano da CIA

Uma jovem, agente dupla a serviço do governo sandinista, frustra a tentativa de assassinato do chanceler Miguel D'Escoto

Roberto Bardini

Manáguá, sábado, 4 de junho, às sete horas da manhã: uma mulher jovem pára em um prédio desabitado e pega um pacote que estava dentro de uma lata vazia. Em um poste de madeira situado junto ao recipiente, desenha uma linha com giz à altura de sua cintura. O volume não continha — como parecia à primeira vista — lixo, e sim uma garrafa intacta de licor francês *Benedictine* e uma nota escrita à máquina:

“Proteja a garrafa em lugar seguro, repito, lugar seguro. Espere uma ocasião oportuna. Não desespere, embora não deva demorar muito para entregar. Não tenha medo. Tenha confiança, isto não deixará pista alguma. Lembre-se do que lhe foi explicado na última viagem. Não apresentará efeito imediato e não é mortal. Garanto que você não corre risco. Deve avisar imediatamente quando a entregar. Saudações. (assinado) Linda”.

Linda era o pseudônimo de Ermilda Loretta Rodríguez, de 43 anos, originária da Califórnia, que trabalhava como segunda secretária da embaixada dos Estados Unidos na Nicarágua, embora sua verdadeira função fosse a de agente da Agência Central de Inteligência (CIA).

A jovem que recolheu o volume era Marlene Moncada, codinome *Mireya*, funcionária do Ministério das Relações Exteriores da Nicarágua, recrutada pela CIA

Foto: "Barricada"



Marlene: missão cumprida

quando trabalhava como secretária do consulado nicaraguense em Tegucigalpa, Honduras, em fevereiro de 1982. A garrafa de licor francês continha *tálio*. Essa substância química produz seu efeito dez dias depois de ingerida: câimbras nas extremidades, dor abdominal, febre, queda do cabelo e, se se continua a ingerir, provoca a morte por insuficiência respiratória. O *Benedictine* estava destinado — como um presente — ao chanceler Miguel D'Escoto.

Nesse mesmo dia, Marlene Moncada — que já há 16 meses trabalhava para a CIA — entregou a garrafa envenenada a agentes da Diretoria Geral de Segurança do Estado nicaraguense.

Na realidade, durante todo esse tempo — enquanto a CIA pensava que tinha se infiltrado no Ministério das Relações Exteriores — a jovem tinha realizado uma perigosa missão de contra-espionagem a serviço do governo sandinista que terminou, precisamente, esse sábado, 4 de junho, às sete horas da manhã.

A conexão hondurenha

“Aceite e continue o jogo”: essa foi a ordem que Marlene recebeu de seus superiores na embaixada da Nicarágua em Tegucigalpa, quando lhes informou que Samuel Benavidez — um nicaraguense vinculado à ex-Guarda Nacional somozista, radicado na capital hondurenha — tinha lhe apresentado a alguém identificado como “Luis Rodríguez”, que lhe propôs trabalhar para a CIA. Marlene tinha conhecido Samuel Benavidez ao chegar a Honduras, em outubro de 1979. A jovem começou, então, a ser “assessorada” por três agentes: “Martita”, Roberto Sacasa e David Johnson, todos funcionários da embaixada norte-americana em Tegucigalpa. Marlene se comunicava com eles através dos telefones 32-2120 ao 9, nos ramais 231 e 264, que correspondem à representação diplomática norte-americana. Os contatos se iniciaram no hotel *Honduras Maya* e continuaram numa casa da colônia residencial *Los Almendros*. Daí em diante — disseram-lhe — seu codinome seria *Mireya*.

Segundo a moça relatou posteriormente, “eles queriam conhecer o número de nossas forças armadas, dos cubanos assessores do Exército Popular Sandinista, a vida privada de nossos funcionários, sua origem social, seus hábitos... inclusive o número de xícaras de café que tomavam por dia e a marca de cigarros que fumavam”.

Em setembro de 1982, a Chancelaria nicaraguense decidiu



transferir Marlene Moncada para Manágua. Seus responsáveis da CIA, então, deram-lhe instruções para se ligar aos seus futuros contatos na capital nicaraguense: "Billy", "Jimmy" e "Linda", que afinal era Ermilda Loretta Rodríguez.

A jovem começou a receber treinamento e materiais para suas tarefas de espionagem: um rádio de ondas curtas marca *Sony*, que recebia mensagens cifradas às 11 da noite às terças-feiras e quintas-feiras, nas frequências 9.074 e 14.421; dois seguradores-de-livros de madeira com figuras maias (um deles guardava secretamente em seu interior, o código para decifrar as mensagens radiofônicas); uma pequena caderneta de notas, cujas folhas se transformavam em goma de mascar ao serem introduzidas na boca e entrarem em contato com a saliva; pastilhas que ao serem esfregadas sobre papel revelavam escrita invisível.

Seus responsáveis se interessaram particularmente pela vida privada do ministro das Relações Exteriores Miguel D'Escoto: hábitos, nomes de pessoas próximas e seus endereços, percurso



diário do chanceler da casa para o escritório e horas de trabalho. Ao mesmo tempo, recomendaram a Marlene que se tornasse "imprescindível no trabalho, participar de todas as atividades políticas e se relacionar com o ministro".

"Somos especialistas, não falhamos"

A 30 de março de 1983, Marlene viajou para Tegucigalpa e nesse mesmo dia se comunicou com seu antigo "responsável", David Johnson, que lhe disse que em breve seria dado "um passo importante para a libertação da Nicarágua" e que ela teria um

Um oficial nicaraguense assinala Ermilda Rodríguez, agente da CIA na Nicarágua (também ela na foto acima), e mostra o *Benedictine* envenenado

"papel preponderante". Depois, viram-se na casa da colônia *Los Almendros* e Johnson apresentou-a ao doutor Stevenson, que lhe fez uma prova com o detetor de mentiras. A jovem saiu-se muito bem.

A 2 de abril, a jovem tornou a se reunir com os dois homens. Johnson falou-lhe do "fortalecimento do comunismo na Nicarágua" e do "desrespeito aos direitos humanos", indicando que

a prova tinha sido “o ataque ao papa João Paulo 2º”. Um dos principais culpados — afirmou Johnson — era o ministro das Relações Exteriores Miguel D’Escoto, que “usa a batina para introduzir o comunismo”. Portanto — concluiu o agente da CIA —, o chanceler tinha que ser eliminado.

Johnson e Stevenson explicaram-lhe que não se tratava de matar D’Escoto, mas apenas dar-lhe de beber “algo” para diminuir sua capacidade mental. Perguntaram que possibilidades ela teria de dar uma garrafa de licor para o chanceler e lhe garantiram: “Nós somos especialistas nisso, não falhamos”. Para compensar a sua participação, ofereceram-lhe abrir uma conta de cinco mil dólares em seu nome num banco no exterior.

Fracasso e estupidez

Na terça-feira 31 de maio, Marlene Moncada recebeu por meio de uma mensagem radiofônica a incumbência de apanhar a garrafa de *Benedictine* — colocada numa lata velha — junto a um poste no prédio indicado. A 4 de junho, a jovem executou a ordem. Dois dias depois, a operação criminoso da CIA foi desbaratada e levada a público numa conferência de imprensa, onde o comandante Lenín Cerna, chefe da Diretoria Geral de Segurança do Estado, mostrou filmes de fotógrafos do Ministério do Interior, com todos os passos dados pelos espíões.

Um jornalista lembrou ao comandante Cerna as declarações de um funcionário diplomático norte-americano, que tinha dito

que as acusações eram “absurdas”. O chefe de inteligência respondeu: “Convidamos esse senhor a demonstrar que isso não é certo, bebendo o conteúdo da garrafa de *Benedictine*”.

Por sua vez, o jornal *Barricada* — órgão oficial da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) — assinalou em um editorial: “A idéia de que o desaparecimento físico dos dirigentes conduz a uma vitória contra uma Revolução é parte da concepção reacionária burguesa sobre as causas das lutas de libertação e sobre o papel que nelas têm as massas e os indivíduos. Mas, na prática, na hora de valorar e escolher os métodos para a ação política que pretende chegar à comprovação das idéias, é aí que os imperialistas colhem fracassos e revelam a sua estupidez”.

PERSONA NON GRATA

□ A 6 de junho deste ano, a editora alemã Lamur apresentou em Bonn o livro “A CIA na América Central”, dos jornalistas Guenter Neuberger e Michael Opperskalski. A obra é o último volume de uma trilogia (“A CIA no Irã” e “A CIA na Europa Ocidental”) e contém uma lista de 400 agentes que na última década e meia estiveram adjuntos em embaixadas dos Estados Unidos em 13 países centro-americanos e do Caribe.

Os autores afirmam que pelo menos 100 dos espíões mencionados em seu livro continuam suas ações e mencionam como chefes de estação da CIA, entre outros, Michael Dubbs em Honduras, David McDonnell na Costa Rica e David Noble Greig na Nicarágua, que conta com uma equipe de 17 agentes.

Nesse mesmo dia — antes que se divulgasse a notícia sobre a apresentação do livro de Neuberger e Opperskalski — o senhor David Noble Greig, que aparentemente exercia o cargo de primeiro-secretário da embaixada norte-americana em Manágua, era declarado “persona non grata” pelo governo sandinista e expulso do país juntamente com Linda Pfeifel, chefe da Seção Política, e Ermilda Loretta Rodríguez, segunda-secretária da representação diplomática.

Foto: “Barricada”



David Noble Greig:
chefe da CIA na Nicarágua

Dois dias mais tarde, o comandante Tomás Borge, ministro do Interior da Nicarágua, promoveu Marlene Moncada à patente de tenente, “por heroísmo em sua tarefa nas fileiras do inimigo”.

Rubén Berríos

“Precisamos do apoio dos latino-americanos”

O presidente do Partido Independentista de Porto Rico analisa a situação política dessa ilha caribenha — colônia do império norte-americano — que luta para se tornar independente

Cláudia Neiva

Com menos de 10 mil quilômetros quadrados, Porto Rico — a mais oriental das Grandes Antilhas —, foi historicamente motivo de disputas entre as potências coloniais do século 16, que cobiçavam a sua estratégica posição no Caribe. Ainda que a luta anticolonial tenha começado com o próprio colonialismo (houve uma proclamação de independência em 1868) comple-

xas circunstâncias históricas frustraram os anseios de autodeterminação da ilha, que é um caso de anacronismo colonial na América Latina.

A resistência à presença colonial norte-americana continua viva e hoje está mais forte do que nunca. O caso de Porto Rico está passando a ser centro das discussões em diversos foros internacionais, nos quais é crescen-

te o apoio que ganha a causa independentista.

Rubén Berríos, presidente do Partido Independentista Porto-Riquenho (PIP), criado em 1946 — um dos vários partidos políticos que lutam pela independência da ilha — manteve uma longa conversa com cadernos do terceiro mundo. Nela, ele descreve a atual situação política do país e lança um apelo aos irmãos latino-americanos para que se unam na luta pela autodeterminação e independência de Porto Rico. Para Berríos, sem a independência da sua pátria, não estará nunca completa a independência da América Latina, entre outras razões porque ali estão instaladas dez bases militares norte-americanas (ocupando 13% das terras cultiváveis) incluindo instalações nucleares, a partir das quais os Estados Unidos deflagram operações que lesam a soberania das nações do continente. Um caso claro foi a intervenção militar em São Domingos (República Dominicana, 1965) que partiu de Porto Rico. E para citar um caso atual, as instalações militares que, pelo Tratado Torrijos-Carter, têm que sair da Zona do Canal do Panamá, possivelmente serão localizadas em Porto Rico.

Eis aqui as principais declarações de Berríos:

Qual é a proposta do Partido Independentista de Porto Rico?

— Nós estamos organizados, basicamente, como um partido de libertação nacional. Porto Rico é o único país da América em que ainda aparece o colonialismo clássico. A nossa prioridade é a independência. No entanto, o Partido também vai assentando as bases de um projeto socialista-democrático. Isso implica um duplo tipo de estratégia: primeiro, a reivindicação da solidariedade de todos os países do mundo, independentemente de seu ordenamento sócio-econômico. Mas por outro lado, procuramos uma integração mais profunda



Em Porto Rico, a bandeira norte-americana tremula junto à nacional

às correntes progressistas do mundo: na América estamos particularmente próximos aos partidos da Copppal, e a nível internacional, nossa relação mais direta é com a Internacional Socialista.

Em que âmbito, o Movimento Independentista de Porto Rico tem encontrado apoio? De que países ou grupos políticos?

— Classicamente, até o princípio da década de 60, o apoio internacional se limitava praticamente às gestões que Cuba tinha feito através dos Não-Alinhados. Neste momento, o apoio se expandiu muito. Por exemplo: a Copppal tem como parte de seu programa básico, fundamental, o apoio à independência de Porto Rico. Também o birô da Internacional Socialista aprovou resoluções neste sentido, em Basileia (Suíça), no ano passado.

Na última Assembléia-Geral da ONU, em outubro do ano passado, da América Latina votaram a favor da inclusão na agenda do caso de Porto Rico, a Venezuela — que é democrata-cristã —, Argentina — que é um regime militar —, Nicarágua, Cuba e Granada. Como vê, há muita diversidade ideológica nesse grupo.

A política norte-americana muda com as diferentes administrações?

— Desgraçadamente, a política dos Estados Unidos em relação a Porto Rico é basicamente constante, sem muita alteração com as diferentes administrações. Isso quer dizer que nem um republicano conservador e reacionário, nem um democrata supostamente liberal, aceita sua responsabilidade colonial em relação a Porto Rico.

Por isso, quando Ramsey Clark admite publicamente que Porto Rico é uma colônia e que tem que se pressionar os Estados Unidos para que concedam a independência, é a primeira vez

que um alto funcionário norte-americano disse algo parecido.¹ Isso não tinha acontecido nunca antes na história.

Portanto, a política de Reagan de se manter em Porto Rico, de não dar nenhum passo no sentido de encontrar saída para o problema colonial, tem sido constante. Eu tenho uma cópia da carta que Reagan enviou ao ex-chanceler austríaco Bruno Kreisky, onde ele agradecia pela posição da Áustria, votando favoravelmente com os Estados Unidos contra a discussão do caso de Porto Rico na ONU. Outros não fazem assim. Reagan escreveu uma carta, outros telefonam. Esta é a diferença. Porém, todos fazem a mesma pressão. E nesse sentido, a mudança da administração não teve efeitos diferentes em relação ao colonialismo em si mesmo. Porém há outras questões que realmente mudaram. Por exemplo, quando Reagan obrigou a juventude norte-americana a se alistar no exército para fazer o serviço militar, isso passou a se aplicar também a Porto Rico. Agora, os porto-riquenhos também têm que se alistar no exército.

Nós já tínhamos conseguido mudar essa lei. Na 2ª guerra mundial, os porto-riquenhos que se recusaram a ir para o *front*, foram presos por cinco anos. Mas na guerra da Coreia, nós procuramos defender esses rapazes no Tribunal Federal. Eu mesmo fui um dos advogados de defesa, argumentando que era uma medida ilegal. E o julgamento se arrastou por semanas, até

¹Ramsey Clark (ex-procurador-geral de Justiça dos Estados Unidos) encontrou-se pessoalmente com Rubén Berríos no Rio de Janeiro durante a posse do governador Leonel Briozola, à qual ambos tinham sido convidados. Nessa ocasião, durante uma conferência de improviso, Clark declarou-se à favor da independência de Porto Rico. Ele afirmou que declarações no mesmo sentido já tinham sido feitas por ele nos próprios Estados Unidos.

que veio a decisão.

O juiz disse mais ou menos isto: "... eu os respeito muito por seus ideais patrióticos (...) Estão dispostos a ficar cinco anos na prisão para não seguir o exército (...) No entanto, as leis não podem ser violadas porque isso traria a anarquia (...) e compreendendo essa estranha situação, onde, por um lado, a justiça e a honra se chocam com a lei, eu lhes condeno a uma hora de prisão, que já está cumprida, porque vocês estão presos há mais de uma hora...".

Quer dizer, foi o fim do serviço militar obrigatório para Porto Rico! Nenhum porto-riquenho foi lutar no final da guerra do Vietnã.

Agora o serviço militar voltou a ser obrigatório.

E quais outras leis norte-americanas se aplicam em Porto Rico?

— Todas. E isso é uma coisa bem interessante. Explico: todas as leis que os norte-americanos digam que *não* se aplicam, na verdade são aplicadas, a menos no caso de uma exceção específica. São aplicadas as leis de emigração e imigração, sistema bancário, falências, tarifas, serviço militar, legislação salarial, legislação trabalhista etc. Somos uma colônia bem clássica.

E que autonomia tem Porto Rico?

— Autonomia municipal, para coisas secundárias. Temos formalmente uma legislação, mas que não legisla. Uma legislação para coisas secundárias, questões de direito, no âmbito do código civil: propriedade, contrato entre pessoas, família.

A questão colonial na ONU

Como está sendo colocada a questão nas Nações Unidas?

— Há quase dez anos nós estamos participando do Comitê de Descolonização da ONU. Esse

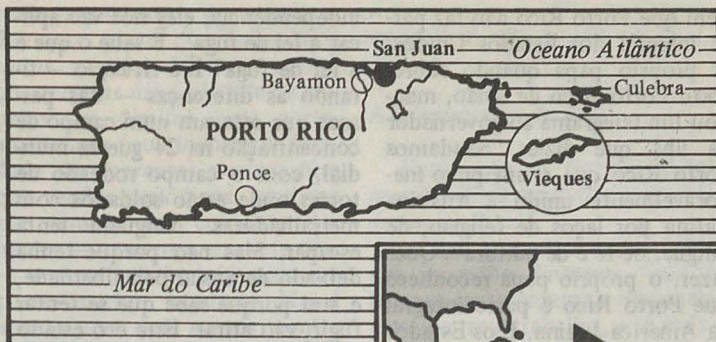


Comitê foi criado em virtude da Resolução 1514, de 1960, que se chama "Declaração de Independência dos Povos Coloniais". Para implementar essa declaração, a ONU criou o Comitê de Descolonização, que tem ajudado muitos países no processo de independência. Por muitos anos (dez, quinze anos), os Estados Unidos conseguiram excluir a discussão do caso de Porto Rico do Comitê de Descolonização. Mas na década de 70, se conseguiu incluí-lo. Há um ano, o Comitê de Descolonização decidiu, a nosso pedido, recomendar que a Assembléia Geral incluísse em sua agenda o caso de Porto Rico para aplicação da Resolução 1514. Fomos em outubro passado à ONU porém não conseguimos ganhar a votação: 70 votos contra, 30 a favor e 43 abstenções.

Este ano, vamos tentar incluí-lo outra vez. Com esse objetivo eu estive visitando diversos países. Fui à Colômbia e me entrevistei com o presidente Belisario Betancur; viajei ao México, para me reunir também com o presidente Castro, de Cuba. Vou agora à Venezuela, Panamá, Nicarágua e irei a todos os países latino-americanos aos que possa ir. Vamos tentar conseguir votos favoráveis na ONU este ano.

De quem partiu o apoio à independência de Porto Rico, no âmbito das Nações Unidas?

— No Comitê de Descoloniza-



Com 8.897km², Porto Rico tem mais de 3.500.000 habitantes, mestiços descendentes de negros e espanhóis, dos quais cerca de um milhão emigraram para os Estados Unidos, fugindo à miséria e ao desemprego. A ilha de Vieques (43km²) é uma base militar dos Estados Unidos (80% estão ocupados pela marinha norte-americana). A esquerda, Rubén Berríos

ção, dos países do Terceiro Mundo e dos países socialistas. Na Assembléia-Geral da ONU, de diversos países. Em 1982 recebemos apoio de cinco países latino-americanos. Porém, desejamos um apoio muito maior. Nosso propósito é que os países que se abstiveram na Assembléia-Geral passada, votem favoravelmente na próxima. É o caso do México, Panamá e Equador.

Nós devemos ir ganhando apoio consecutivamente, ano após ano, até que consigamos a inclusão do caso de Porto Rico, como aconteceu com a China, por exemplo. Essa é a nossa estratégia a nível da ONU.

Em que medida um processo de redemocratização em países da América Latina poderá afetar a questão de Porto Rico?

— Isso vai ajudar muito. Se o processo de redemocratização se consolida na Argentina, nós garantimos o voto favorável do governo na ONU, embora ele já tenha votado positivamente na última reunião. Também no Brasil, agora se pode fazer algo, assentando as bases para uma mudança de posição do governo brasi-



leiro. Na Bolívia, já há um anúncio oficial de que o próximo voto será favorável a nós. O mesmo poderá acontecer com o Uruguai.

Nós pensamos em deixar Pinochet e Ríos Montt sozinhos com os Estados Unidos. Conseguindo isso, será mais fácil conseguir o apoio dos países do resto do Terceiro Mundo, da Europa etc. Esperamos que a Espanha, que se absteve — e foi uma posição boa para a vez passada — vote positivamente agora. Essa é a nossa estratégia internacional, para fazer o que Ramsey Clark dizia: pressionar os Estados Unidos para que o governo se veja forçado a tomar uma decisão.

Como os norte-americanos vêem a questão de Porto Rico? Consideram-no realmente parte dos Estados Unidos?

— Porto Rico é, legalmente, um território dos Estados Unidos, uma possessão, que se chama *Commonwealth*, isto é, "Estado Livre Associado". Mas na realidade não é nem Estado nem é livre nem associado — é uma colônia.

Mas os norte-americanos sa-

bem que Porto Rico não faz parte integral dos Estados Unidos. O próprio papa quando sobrevoou Porto Rico de avião, mandou um telegrama ao governador da ilha que dizia: "Saudamos Porto Rico que é um povo inexoravelmente unido à América Latina por laços de religião, de sangue, de fé e de cultura". Quer dizer, o próprio papa reconhece que Porto Rico é parte integral da América Latina. E os Estados Unidos também reconhecem isto. O que eles não querem é tomar uma decisão sobre o assunto. Temos que forçá-los a decidir sobre a questão.

O anseio de independência

Em que nível está a mobilização popular dentro de Porto Rico?

— Isto é muito importante entender: todas as leis norte-americanas se estendem a Porto Rico, incluindo as leis de direito civil, tribunais federais etc. A repressão não é como na América Latina. É muito mais sofisticada. Em certos momentos, em 1936 e 50, se perseguiu muito, prenderam muitos independentistas. Mas isso já não é bem assim hoje. A norma agora é outro tipo de repressão: o controle educacional, controle dos meios de comunicação, e mais importante que isso, a extensão dos pagamentos do Programa de Bem-Estar (*Welfare*) dos Estados Unidos aos desempregados. Isto é, a utilização, por exemplo, de *food coupons* ou *food stamps*. Em outras palavras, os Estados Unidos subsidiam o desemprego em Porto Rico. Não apenas através do programa de desemprego, como também dando às pessoas, diretamente, dinheiro para comprar comida que vem dos Estados Unidos. Dessa forma, se dilui a possibilidade do povo marginalizado protestar.

Muitos porto-riquenhos nos dizem que desejariam a independência porém pensam: "Mas se os norte-americanos nos dão a

independência, eles nos vão aplicar a lei de fuga". E sabe o que é a lei de fuga? É a situação — tirando as diferenças — das pessoas que estavam num campo de concentração na 2ª guerra mundial, com o campo rodeado de torres onde estão soldados com metralhadoras. Ninguém tenta escapar. Mas não porque tenha deixado de ansiar pela liberdade, e sim porque sabe que se tentar fugir, vão atirar. Este é o estado psicológico de muitos porto-riquenhos e explica porque o anseio de independência ainda não se concretiza num movimento popular majoritário.

A América Central vive atualmente uma situação explosiva. Porto Rico está muito próximo a esses países. Que efeito está tendo essa situação, internamente?

— Efeitos muito grandes. Porto Rico é o ponto geopolítico de controle da América Latina. Isso é algo que muitos latino-americanos ainda não perceberam: enquanto Porto Rico não for livre, ninguém será livre na América Latina. É tudo parte de um mesmo problema.

É Reagan deve estar pensando: "Bem, não vamos nem falar de Porto Rico. Vejam o que está acontecendo na América Central... E em Porto Rico, não vai ocorrer o mesmo? Precisamos de uma presença militar também para podermos mandar os nossos *marines*, como fizemos em São Domingos, em 65, e no Panamá, em 64".

Porto Rico sempre foi a base, a espinha dorsal da América Latina. Por isso, a luta de Porto Rico não é somente a luta de três milhões de latino-americanos porto-riquenhos, e sim de 250 milhões de latino-americanos. Porém não tem havido plena consciência disso.

E a que você atribui isso?

— À falta de noção geopolítica, a uma visão do mundo mui-

to provinciana. Mas, também, basicamente, ao fato de que os Estados Unidos não gostam que mexam com Porto Rico; então, para agradá-los, muitos não tocaram na questão de Porto Rico.

E os países da Europa?

— Há vários desses países que estão na Internacional Socialista. Esperamos que agora que somos membros da Internacional Socialista (o partido foi admitido na reunião de Portugal), alguns desses partidos fraternos possam mudar a posição histórica de seus governos. Menos a Espanha, que se absteve no ano passado, todos os outros países europeus — todos — votaram a favor dos Estados Unidos. Nós temos muita esperança que possamos este ano conseguir o voto da Suécia, Espanha, Austria, como um início... Também temos esperança de conseguir os votos da França e da Grécia.

Mas, na medida que nós, latino-americanos, levemos uma posição unificada então ficará mais fácil conseguir o apoio dos europeus.

E na África, qual tem sido o apoio ao movimento?

— Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e mais alguns países votaram a favor o ano passado, mas a maioria se absteve.

A luta no campo da cultura

Uma das formas mais eficientes de dominação é a dominação cultural. Há algum movimento em Porto Rico para manter as tradições culturais autóctones?

— Esta tem sido uma luta bastante gloriosa e em muitas áreas, bastante efetiva. Porque aí, aglutinamos a maioria do povo, que quer manter a tradição, quer o seu idioma, quer a sua cultura. Se a isso se soma que 98%, quase 100% de todos os artistas e intelectuais são membros do movimento independentista, tem-se uma idéia da nossa potencialida-

de. E todos os partidos em Porto Rico, até o Partido Assimilacionista — que quer tornar Porto Rico parte dos Estados Unidos —, têm em seu programa uma parte que diz: "... aceitamos a condição de estado dos Estados Unidos, desde que se mantenham o idioma, as tradições e costumes".

Nós temos uma riquíssima produção artística: literatura, pintura, dança, folclore, música popular — a *salsa*, que todo mundo dança na América Latina.

Nas condições mais adversas, nós continuamos sendo latino-americanos. Mas a América Latina não tem sabido defender o seu irmão. E nós falamos espanhol, temos poetas, pintores, produzimos *salsa* para que se dance em toda a América Latina; ao som das canções de nossos "boleros", os mexicanos, os panamenhos, colombianos namoram. Nossa poesia negróide está entre as melhores da América. Temos poetisas de qualidade internacional.

Ou seja, é muito rica a nossa produção artística porque é uma forma de resistência consciente.

E os latino-americanos deveriam estar muito orgulhosos. Porque o maior império da humanidade — 225 milhões de pessoas — não conseguiu, nem mesmo controlando a televisão, a rádio, a imprensa, a economia, tudo, fazer morrer o *latino-americanismo* em Porto Rico. Pelo contrário, Porto Rico é cada vez mais latino-americano... Isso tem que dar esperanças à América Latina.

Você falou dos meios de comunicação. Que espaço existe, qual a liberdade que se tem para falar em Porto Rico?

— Para falar, liberdade total... como os periquitos e os papagaios, que também falam. Não há problema em falar: falamos tudo o que queremos. Podemos ir para as ruas e fazer comícios políticos. Agora... nos meios de comunicação, não: os três jornais

mais importantes são controlados por gente que defende o *status* colonial. Mas, como têm que mostrar um ambiente de respeito aos direitos civis norte-americanos (que incluem a liberdade de imprensa) e como têm que vender periódicos, uma vez por semana um colunista dos nossos — uma vez, em sete dias — escreve nos jornais mais importantes. Isto acontece. Mas é apenas *um* dos nossos contra centenas deles. Aí está a inteligência deles.

O mesmo acontece na televisão. Em Porto Rico há 700 mil televisores para uma população de três milhões de pessoas. Todo mundo tem televisão. Então, teoricamente podemos, sim, ir para a televisão, mas comprando o espaço e meio minuto custa mil dólares... Nós não dispomos desses meios. No entanto, há "liberdade". Se podes pagar... a liberdade custa mil dólares.

No entanto, somos muito respeitados mesmo por gente que não é independentista. Assim, se damos uma conferência de imprensa, ela sai nos jornais. Nosso partido é respeitado, porém dentro do parâmetro de que "não balance o barco".

Como é ensinada nas escolas a história do país?

— Se ensina quem foram George Washington e Thomas Jefferson, mas não se ensina quem foram Simón Bolívar ou San Martín... O nosso currículo escolar dedica, em 12 anos, apenas *seis meses* ao estudo da história de Porto Rico... O Quatro de Julho é o Dia da Independência dos Estados Unidos e há uma parada do governo em Porto Rico, comemorando-a. Porém não há um "Dia da Independência" de Porto Rico. Outro exemplo: 25 de julho de 1898 é o dia da invasão dos Estados Unidos a Porto Rico. Em 1952, se redigiu uma constituição colonial... também em 25 de julho. E desde então o 25 de julho se comemora

sempre como o "Dia da Constituição"! E não o Dia da Invasão...

A interferência do FBI

Então não há formas de repressão direta ao trabalho dos independentistas?

— Sim, há muitas formas, mas não ao estilo Pinochet. Como? Se você tenta organizar um sindicato no seu trabalho, e é independentista, te põem para fora do trabalho. Existe a repressão enquanto organização interna. Se averiguam que você é militante independentista antes de te contratar, também não te empregam. Recentemente nos Estados Unidos foi aprovada uma lei que estabelece que se um estudante não se alista no exército, não pode receber ajuda econômica para estudar. Essa lei se aplica a Porto Rico. E os que não se alistam, são os independentistas.

Se um estudante está politicamente ativo na universidade, ainda que seus pais não sejam independentistas, um dia o FBI bate na sua porta para conversar com eles. "Bem — dizem — a senhora é uma boa pessoa, seu esposo, gente séria... por favor falem com seu filho, encaminhem ele bem...".

Quer dizer, há mil formas de repressão, mais ou menos sofisticadas, dependendo do nível.

E até que nível chega essa repressão?

— Vai até o ponto de que há grupos clandestinos de direita em Porto Rico, particularmente de exilados cubanos, que têm as mãos livres para agir. E eles já atentaram centenas de vezes contra organizações e líderes independentistas. Tenho comigo um documento dos Estados Unidos que diz: "O Procurador-Geral admitiu que o FBI interferiu, impropriamente, em muitas ocasiões, em grupos independentistas em Porto Rico. A Comissão de Direitos Civis de Porto Rico

chegou à mesma conclusão. Só nos últimos anos, políticos do movimento independentista foram alvo de mais de cem atentados com armas e bombas e ninguém foi levado a julgamento por esses atos”.

O FBI admitiu que infiltrou agentes entre nós. Nos dividem, desunem. O FBI age, por um lado, porque diz respeito a cidadãos norte-americanos, e, por outro, age a CIA, porque o assunto também é considerado estrangeiro. Eles têm escritórios em Porto Rico: interceptam telefonemas e coisas do tipo...

Em 1950, um grupo de nacionalistas atacou o Congresso dos Estados Unidos, entre eles uma mulher, Lolita Lebrón.² Ficaram 25 anos presos... Foram na sua época os presos políticos mais antigos do continente! Aí está um bom exemplo de até onde pode chegar a repressão. Porque 25 anos? Quem mata a mãe nos Estados Unidos só pega oito anos de prisão...

Neste momento, há muita perseguição pelo órgão que se chama “Grande Júri Norte-Americano” ou o Tribunal Superior dos Estados Unidos. Há um jovem porto-riquenho que está há 18 meses preso porque não quer falar. Eles acham que se fazem perguntas e você não responde, é porque você está ligado às ações da Fran (Frente Armada de Libertação Nacional) ou a outros grupos clandestinos.

Outro exemplo: há dois anos, um agente da polícia, infiltrado pelo FBI, foi com dois jovens independentistas explodir uma torre de controle. A polícia os estava esperando e matou os dois jovens independentistas. O agente saiu são e salvo.

E em relação a você?

— Em relação a mim, eles têm muito cuidado. Eu fui senador,

²Ver “cadernos do terceiro mundo nº 17”, “Porto Rico a crise do colonialismo”



Flagrante da prisão de Lolita Lebrón e Andrés Figueroa nos EUA, em 1950

eleito pelo povo, sou amigo de Felipe González, de Peña Gómez, sou vice-presidente da Coppal. Eles tem que falar com elegância comigo... porque não lhes convém que seja de outro modo. Fui a Cuba, há um ano, para os jogos centro-americanos. Os porto-riquenhos estão proibidos de viajar a Cuba. Eu disse que era uma injustiça, que se quisessem, poderiam me pôr na prisão por dez anos... E fui a Cuba, publicamente, com toda a cobertura dos meios de comunicação e não me aconteceu nada. Isso foi agora. No entanto, em 1970, quando eu fui também publicamente, à base que os norte-americanos têm em Porto Rico, a *Roosevelt Road's* — a maior base da América, utilizada para treinamento de artilharia da marinha — me prenderam por três meses. Mas eu ainda não tinha sido eleito senador. Depois disso eles aprenderam: foi justamente depois desse ato repressivo contra mim que o povo me elegeu senador. Agora, eu vou a Cuba e nada me acontece... porque não convém a eles, repito.

Como levar adiante a luta nes-

se contexto tão difícil?

— Obviamente a luta em Porto Rico tem que ser levada adiante em três níveis: primeiro, no plano interno, ou seja, a organização do povo, o desenvolvimento de um movimento de massas forte etc. Segundo, a nível internacional. Terceiro, conseguindo apoio interno nos Estados Unidos, não apenas dos grupos de esquerda mas também do amplo setor de democratas e liberais.

Quanto aos grupos armados, que influência eles têm realmente em Porto Rico?

— Deles não posso dizer muito. Na verdade ninguém sabe muita coisa. Existem os *Macheteros* (que fizeram voar pelos ares seis aviões norte-americanos, coisa que nunca aconteceu antes: ninguém nunca tinha destruído na América Latina tanta propriedade norte-americana), a Fran — Frente Armada de Libertação Nacional, e outros grupos, que acreditam que esse é o caminho para levar adiante a luta, acreditam na forma de George Washington. Nós pensamos que o método de George Washington não se

aplica a Porto Rico dos anos 80. Não é a nossa forma de luta, mas ela é um fato.

E qual é a posição do Partido Independentista em relação à luta armada?

— O nosso partido não fomenta, nem aplaude essas ações. Mas não nos cabe julgar.

Baseado nos direitos e nas leis dos Estados Unidos, não se pode tentar mudar a situação de Porto Rico? As leis norte-americanas prevêm ou permitem a manutenção de uma colônia? Não se pode usar as leis dos Estados Unidos contra eles próprios?

— Nos Estados Unidos, há uma cláusula na Constituição, chamada *Cláusula Territorial* que diz o seguinte para os territórios norte-americanos: "... O Congresso dos Estados Unidos determinará todas as leis e regulamentações necessárias nos territórios". Porque? Porque os Estados Unidos não foram criados constitucionalmente para ter colônia. Pelo contrário, o país se formou contra a existência de colônias. Então os territórios eram considerados como passos intermediários até obterem a condição de estado. O que era um território? Alguns norte-americanos que moravam em Illinois iam para Iowa e se instalavam lá. Isso era um território. Só quando tivesse alcançado um certo nível, governo próprio etc., se tornava um estado. Isto é, o território era um passo transitório. Essa concepção de território não era a tradição colonial clássica. Era intermediária, para norte-americanos. Porém, os Estados Unidos, em 1898,³ ganham Cuba como botim de guerra, de uma forma muito particular, além de Porto Rico e Filipinas e se convertem em um império colonial. Cuba se torna independente em 1902; as Filipinas de-

pois da 2ª guerra mundial; e fica Porto Rico, como um remanescente. É uma coisa anormal.

E como se colocam diante dessa situação colonial, não reconhecida totalmente?

— Eles não querem admitir o fato... Psicologicamente é impossível para eles admitir que têm uma colônia. "Nós não podemos ter colônias", pensam. Então mudam o nome da colônia e põem "*Commonwealth of Puerto Rico*", em 1952. Alguém pode perguntar: e estado, porque não dar a Porto Rico esse status? Ah, porque aí, cria-se um outro problema muito grande para eles. Jamais poderiam colocar Porto Rico como estado, porque isso lhes causaria problemas internacionais e internos enormes. Porto Rico teria mais votação que 27 estados no Congresso norte-americano, pela sua população. Seria um estado latino dentro dos Estados Unidos. Portanto, não podem, neste caso, usar a saída clássica. Porém, não querem reconhecer que há uma situação colonial, porque se você reconhece que tem uma colônia, o que você faz? Descoloniza! A França o fez, a Inglaterra e Portugal também. Todos, de uma

maneira ou de outra, se viram forçados a descolonizar. Mas os Estados Unidos dizem: "Não, não, nós não temos colônia".

E a Suprema Corte dos Estados Unidos, não poderia julgar a situação inconstitucional?

— Isso foi tentado em 36, por Pedro Albizu Campos, o fundador do Partido Independentista, quando o acusaram de promover uma revolução contra os Estados Unidos. E ele se defendeu dizendo que os Estados Unidos estavam ilegalmente em Porto Rico. A partir daí, passou o resto de sua vida na prisão...

Temos obtido algumas vitórias. Temos usado todos os métodos: desde invadir o Congresso dos Estados Unidos até fazer voar pelos ares seis aviões norte-americanos, passando pela luta legal, mais civilizada. Todas as formas têm sido usadas por distintos porto-riquenhos, por distintos caminhos e organizações. Quer dizer, nós temos cumprido nossa cota. Agora é a vez da América Latina nos apoiar no âmbito diplomático e político. Até a pouco tempo, praticamente toda a América Latina tinha se esquecido de Porto Rico. Agora esta situação está mudando. ●



³Data da guerra hispano-americana

A luta pela terra

As divergências no seio da Al Fatah e entre Arafat e Assad preocupam o mundo árabe, enquanto avançam os confiscos de terras pelos israelenses

Uma denúncia feita no começo de junho passado por um funcionário do governo jordaniano passou despercebida no noticiário sobre o Oriente Médio, concentrado em supervalorizar as divergências no seio da *Al Fatah*, e prognosticando apocaliticamente o declínio da OLP. A denúncia era, porém, muito significativa e exemplificava as consequências que a política de assentamentos de Begin está tendo nos territórios ocupados: "Desde a ocupação de Jerusalém em 1967 as autoridades israelenses confiscaram 84% das terras árabes e das propriedades da cidade", dizia o dirigente jordaniano. E acrescentava: "Se a tendência de confisco continuar, Jerusalém vai se transformar em breve em uma cidade totalmente judia. Em 1948, não mais de 4% das terras estavam em mãos judias, enquanto outros estrangeiros possuíam 2% e os muçulmanos 94%. A política de assentamentos de colônias mudou o equilíbrio demográfico de Jerusalém e atualmente a cidade tem 300 mil judeus e apenas 100 mil árabes".

Idêntica preocupação foi demonstrada pelos prefeitos palestinos de Hebron, Fathed Qawasny e Malhoul, Mohammed Mulhelm, que foram expulsos da sua terra pelas autoridades israelenses. "Eles estão desnacionalizando o nosso povo na mesma medida em que Israel se expande para concretizar o sonho do primeiro-ministro Begin do *Eretz Israel* (Grande Israel), a terra bíblica que compreende o sul libanês, a margem ocidental do Jordão e Jerusalém".

O jornalista Claude Robinson, colaborador da agência IPS, fez recentemente uma longa reportagem sobre a situação nos territórios ocupados, com dados muito eloquentes. "Segundo fontes israelenses — escreveu ele — há 87 assentamentos na margem ocidental e 16 em construção, que totalizam 103. Porém, fontes árabes indicam mais de 140. Não obstante, um ponto essencial que não está em disputa é o fato de que a maioria dos assentamentos — 70 segundo cifras israelenses — foi estabelecida desde 1977, quando o Parti-

do *Likud*, de Begin, chegou ao poder".

Função estratégica

"Isso significa — acrescenta Robinson — que Israel controla atualmente mais de 40% dos 5.700 quilômetros quadrados que compõem o território, construindo unidades habitacionais a uma média de quatro mil por ano. Empreiteiros e compradores de imóveis são atraídos tanto pelo enfoque bíblico como pelos sedutores incentivos monetários. Considerando créditos subsidiados, doações e outros atrativos, uma casa de três quartos custa menos de 15 mil dólares para um comprador, em vez de mais de 70 mil dólares que é o que custará em Telavive".

A matéria continua fornecendo dados da função estratégica dos assentamentos: "Eles estão ligados às principais cidades israelitas e Jerusalém por uma rede de estradas, num círculo protetor que divide e rodeia as cidades árabes. O efeito disso é 'reduzir o sentido de coesão territorial e nacional entre árabes e palestinos',

segundo denunciou o ministro jordaniano para os territórios ocupados, Hassan Ibrahim”.

Por sua vez, Ali Kandil, responsável pelas relações do Banco Central da Jordânia com os territórios ocupados, fornece alguns números significativos, citados pelo jornalista: “A margem ocidental representa 25% das exportações israelenses e já superou os Estados Unidos como principal comprador das exportações de Israel. Em 1970, os trabalhadores da margem ocidental e da faixa de Gaza constituíam apenas 2% da força de trabalho israelense, em comparação com os 6% que se registrava em 1980”.

Falta de consciência

O problema da judaização dos territórios ocupados e das terras árabes dentro do território do atual Estado de Israel é um dos mais dramáticos desafios que hoje enfrenta o mundo árabe. A luta pela terra tem assim para os palestinos, uma conotação muito abrangente, pois é a luta por uma Pátria perdida, mas também, por preservar as terras ancestrais que hoje estão sendo confiscadas num processo cotidiano a respeito do qual existe pouca informação e consciência a nível internacional.

Lamentavelmente essa falta de consciência parece atingir os próprios árabes, cujo destino como nação também está sendo ameaçado nesse expansionismo israelense. Só tendo perdido a noção global da luta do povo árabe é que se pode

Foto: Keystone



Arafat: vítima das ambições

explicar a atitude adotada pelo presidente da Síria ao expulsar Yasser Arafat, declarando-o “persona non grata”. Chegando a Túnis, depois de expulso, Arafat afirmou: “Saiba o mundo que todas as nossas bases (no vale de Bekaa e na Síria) estão rodeadas por blindados sírios e unidades especiais sírias e não sabemos ainda quando poderá ter início a explosão” (referia-se ao enfrentamento entre as tropas fiéis à sua liderança e as forças rebeldes e sírias).

Um jogo de ambições e de projetos hegemônicos interárabes — ao qual lamentavelmente o governo sírio não tem sido estranho — vêm estimulando divisões entre os palestinos, criando dificuldades ainda maiores à luta desse povo pela sua sobrevivência e afirmação nacional. Comentários da imprensa árabe — mesmo dos jornais mais conservadores — demonstram as apreensões que essas divergências sírio-palestinas estão causando nos meios políticos

árabes, pois é evidente a essa altura que os rebeldes palestinos chefiados pelo comandante Abu Moussa não poderiam nunca ter chegado tão longe em termos militares e mesmo políticos sem o apoio logístico e de planejamento dos militares sírios.

Enquanto isso, é muito sintomático que mesmo velhos adversários de Arafat — como o dirigente da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), George Habash, e o dirigente da Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP), Nayef Hawatme, ambos marxistas e próximos dos soviéticos — estejam do lado de Arafat, e procurando com todo o seu prestígio e influência, contornar a situação sem que as divergências atinjam a OLP. Inclusive apelando à mediação do rei Fahd, da Arábia Saudita, para reunir novamente Arafat e Assad, passo considerado por eles como indispensável para superar as divisões dentro da *Al Fatah* e salvar a OLP. E para eles, salvar a OLP implica manter Arafat na sua presidência, uma vez que a essa altura ele já é um símbolo a nível interno e internacional da luta palestina.

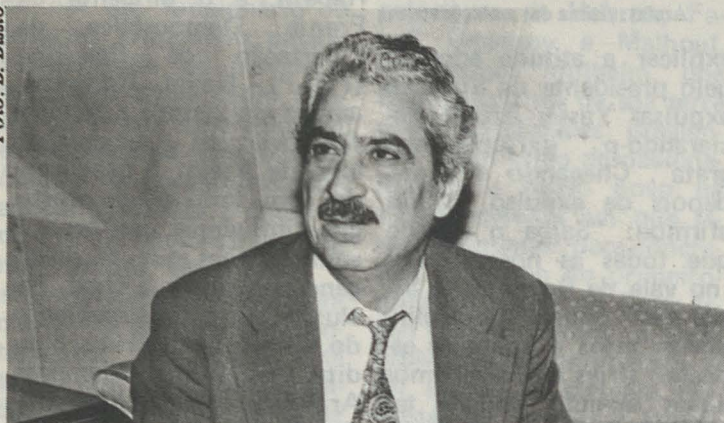
No nosso próximo número avaliaremos as repercussões e consequências dessa crise. Enquanto isso, nesta edição, publicaremos a seguir um revelador depoimento do prefeito de Nazaré — a lendária terra da Virgem Maria — a respeito da luta dos palestinos em Israel pelas suas terras e pela preservação da sua cultura. ●

Nazaré: dois mil anos depois de Cristo

O prefeito da antiga vila onde nasceu a Virgem Maria relata sua experiência à frente da Municipalidade, resistindo à tentativa de "judaizar" a cultura palestina

Beatriz Bissio

Foto: B. Bissio



Taufic Zayyad: uma gestão administrativa renovadora e criativa

Àqueles que se formaram nos padrões da cultura cristã, Nazaré evoca o Velho e o Novo Testamento, a herança bíblica: cidade da Virgem Maria e cenário dos primeiros anos da vida de Jesus.

Mas Nazaré não é apenas uma referência chave para os religiosos nem uma reminiscência do passado. Nazaré tem hoje 50 mil habitantes, todos eles árabes, e vive o drama dessa comunidade tratada como estrangeira em sua própria terra, no atual Estado de Israel.

Os palestinos de Nazaré escolheram como seu prefeito em 1975 um militante de sua causa, patriota e poeta, escritor consagrado, deputado no *Knesset* (o Parlamento de Israel) desde

1973: Taufic Zayyad. Candidato da oposição ao regime — unida à Frente Democrática de Nazaré e integrada à Frente Democrática pela Paz e pela Igualdade, a nível nacional — Zayyad obteve uma vitória arrasadora — 2/3 dos votos — conquistando a Frente 11 das 17 cadeiras no Poder Legislativo local.

Zayyad realizou uma gestão criativa e renovadora, em íntima colaboração com as bases, às quais deu um papel crescente na vida política e administrativa. Ele disputou a reeleição em 1978, pela própria Frente, quando de novo conseguiu 2/3 dos votos que tornaram a se traduzir em 11 lugares na Câmara. No próximo mês de outubro, serão as próximas eleições municipais

em Israel. Possivelmente Zayyad dispute sua segunda reeleição, apesar de confessar que preferia ceder seu lugar a um candidato das novas gerações, para tornar a se dedicar à poesia e à literatura, relegadas a um segundo plano por suas responsabilidades administrativas.

Zayyad participou de um encontro promovido pela Unesco para analisar formas concretas de preservar a cultura palestina, ameaçada tanto dentro como fora das fronteiras de Israel. Nessa oportunidade, conversamos com ele demoradamente. Seu testemunho foi vibrante e profundo. Deixava transparecer uma personalidade sensível, de poeta, mas ao mesmo tempo determinada e combativa.

“Em Israel, o Estado é racista e nos discrimina como árabes. Os 80% das terras que pertenciam aos árabes foram confiscados. Pertencem agora ao Estado, em sua maior parte, e a proprietários privados judeus”. Taufic se refere ao problema da terra como um elemento central da luta palestina dentro de Israel e nos territórios ocupados depois de 1967.

“O confisco é um processo cotidiano. O pouco que restava nas mãos dos árabes está sendo confiscado agora”. Todos os anos, no mundo árabe, se comemora o “Dia da Terra”. Ele lembra e rende homenagem à greve geral e aos mártires de 30 de março de 1967, quando todos os povoados árabes de Israel paralisaram suas atividades em protesto contra os confiscos. “A greve teve 100% de êxito apesar do governo ter procurado acabar com ela por meio da força militar, com um saldo de seis mortos, centenas de feridos à bala, numerosas detenções e milhares de trabalhadores demitidos”, lembra Zayyad. Este ano, em março de 1983, houve uma manifestação de mais de 30 mil pessoas nos lugares onde caíram as vítimas, para recordar a data;

houve passeatas até os túmulos e em Sakhnin foi levantado um monumento em memória dos mártires.

Também na educação

Outro ponto nevrálgico da luta da população palestina dentro de Israel é no terreno da educação e da cultura.

Os árabes constituem atualmente de 15 a 16% da população do país, com algo mais de 600 mil habitantes. No entanto, há somente 10% de estudantes árabes no ensino secundário e a cifra cai a 3% nas estatísticas do ensino universitário.

“Os programas não têm nenhum conteúdo social”, comenta o prefeito de Nazaré. “Baseados no ‘cosmopolitismo’, minimizam a importância da expressão cultural autóctone. E a língua árabe é estudada através de aulas em hebraico. Obrigam-nos, a nós, árabes, a estudar hebraico e inglês, além do árabe. Enquanto que dos estudantes judeus só exigem uma língua além do hebraico”.

“Das 572 vilas palestinas que existiam no país quando o Estado de Israel foi constituído, 470 foram arrasadas, ficou só o chão, inclusive nos lugares históricos. Nem uma estátua, nem um só monumento ficou de pé. Todos os livros foram roubados. Estão em bibliotecas de Israel e os palestinos não estão autorizados a consultá-las.”

Para Zayyad, o maior desafio é a “política de judaização espiritual e cultural do povo palestino”, levada adiante pelo regime sionista utilizando medidas como a proibição de dar aulas em árabe e a destruição de todo vestígio cultural da antiga Palestina.

“Os currículos omitem as referências a todo e qualquer contexto árabe e as disciplinas científicas — como arqueologia ou ciências modernas — estão fora do alcance dos estudantes pales-

tinis.

“As autoridades israelenses argumentam que são muito poucos os estudantes palestinos que chegam ao segundo grau, daí a sua percentagem menor. Isso é mentira — afirma o prefeito de Nazaré. Temos milhares de alunos sem lugar para estudar. Só em Nazaré faltam-nos mais de 500 salas de aula. Estamos usando apartamentos particulares como escolas, com absoluta falta de tudo.

“Pior ainda: nossas crianças recusam a educação tal como está sendo dada. Vou citar um exemplo. Numa aula de matemática, é comum encontrar um exercício aplicado à criança nesses termos: ‘Israel tem 50 tanques e a Síria 65; se Israel perde um tanque e a Síria 64, quantos tanques restam para cada país? Que percentagem de perdas teve cada um?’ Para uma criança árabe é uma violência ter de aprender matemática por meio de colocações desse tipo. Ela se recusa e acaba sem aprender nada.”

Para Taufic Zayyad, é muito importante o apoio internacional que a causa da defesa da cultura palestina possa obter. “Vamos insistir no projeto da Universidade árabe dentro de Israel. Atualmente há em Israel mais de 78 universidades, inclusive uma para os judeus religiosos, mas quando solicitamos autorização para criar uma árabe, nos respondem que ‘não há espaço’ para outra universidade”. Zayyad pretende conscientizar todos os árabes sobre esse projeto que ele considera vital. “É necessário introduzir uma dimensão cultural árabe desde a escola primária, para as crianças e adolescentes palestinos”, acentua.

A recente criação de um Instituto de Artes Populares, através do qual se vai incentivar a criação cultural palestina dentro de Israel, é mencionada por Zayyad como uma vitória da população árabe.

No entanto, em geral, tam-



bém se põem entraves no funcionamento dos centros culturais árabes. “Eles dizem que estão contribuindo para o nosso progresso cultural porque traduziram cinco livros israelenses para o árabe... mas nos reprimem as iniciativas que incentivam a criação cultural palestina”.

Sem cor

“O mais terrível desse colonialismo cultural é que pretendem nos convencer de que nosso país estava vazio quando os judeus chegaram. Segundo versão oficial, divulgada na escola, ‘um povo sem terra veio para uma terra sem gente’, e assim nasceu o Estado de Israel. E se nesta terra não havia gente, não há herança cultural a ser resgatada e nem existe a cultura palestina. Por isso, nós insistimos na necessidade de divulgar a produção cultural palestina, inclusive entre nossa própria gente. Temos que fazer com que os palestinos em Israel se sintam orgulhosos de sua cultura e a defendam com tenacidade. Temos que editar livros,

divulgar nossa poesia, incentivar os grupos teatrais.

"Hoje em dia, a culinária palestina é servida ao turista como cozinha israelense. E os bordados e artesanatos típicos palestinos estão desaparecendo por falta de incentivos. Temos atores. Muitos grupos de teatro amador. Mas nos faltam teatros para representar. Temos gente para dar conferências, mas não temos um local para reunir as pessoas a fim de ouvirem a conferência.

"Na versão oficial, não somos nem palestinos nem árabes. Somos não-judeus. Não temos cor. Descrevem-nos como 'alguns grupos minoritários cujo denominador comum é a língua árabe'. Mas nunca aparece uma explicação do porquê dessa situação.

"Também nos descrevem como 'carregadores de água e lavadores' usando a imagem bíblica. Então, perguntam: para quê queremos estudar ciências?

"Um consultor para assuntos árabes do gabinete do primeiro-ministro Menahem Begin reconheceu que o regime sionista não quer que os árabes estudem e cheguem à universidade porque 'depois seria muito difícil controlá-los'."

A discriminação chega a

todos os níveis e, naturalmente, ao econômico. Como prefeito durante oito anos, Zayyad conhece muito bem esse problema. Destaca que o governo de Telavive não está investindo nem um centavo na industrialização das cidades árabes ("e em Israel não se pode montar uma indústria nem estabelecer uma fábrica, sem apoio estatal: o investimento, os créditos, tudo depende do Estado, principalmente pelos elevados índices inflacionários e também porque é impossível montar uma fábrica sem terra onde instalá-la").

O problema do emprego

"Como consequência dessa política, a maior parte dos trabalhadores palestinos são assalariados em indústrias judias, dispersas por todo o país. Há três áreas onde a mão-de-obra é basicamente árabe: construção civil, agricultura e serviços. E são três ramos de trabalhos físicos e baixos salários, além de serem empregos temporários.

"Um trabalhador árabe, contratado na mesma fábrica que um judeu, recebe — em média — duas terças-partes do salário deste último. E esse problema está li-

gado à organização administrativa do Estado. O exemplo de Nazaré é bastante expressivo: na Galiléia, região de Nazaré, originariamente uma área totalmente árabe, o regime israelense confiscou uma elevada proporção de terras árabes e criou uma nova cidade, 'Nazaré Alta' (*Upper Nazareth*), com população judia. Ali instalaram mais de 50 empresas, inclusive algumas das mais importantes do país no setor de montagem de automóveis, indústria têxtil e de alimentos."

Em consequência da política discriminatória, Nazaré Alta passou a ser outra região administrativa, independente da antiga Nazaré.

"Atualmente, alugar um apartamento na Nazaré árabe é um problema terrível, porque a região administrativa não tem mais terras e o ministério não constrói mais casas. Em compensação, em Nazaré Alta há centenas de apartamentos vazios. Mas aí é proibido para os árabes comprar propriedades. Só podemos alugar. Por sua vez, isso é muito difícil por causa da atitude racista dos judeus que não aceitam facilmente que um árabe viva em seu prédio."

Uma das dificuldades que

O CONTROLE ISRAELENSE

Dentro de Israel, mais de 50% dos prefeitos árabes são representantes da Frente Democrática e a maioria dos demais, calcula Zayyad, são seus simpatizantes. Como consequência do trabalho desenvolvido, conseguiu-se estabelecer um Comitê de Prefeitos Árabes, no qual se discutem os problemas políticos e administrativos comuns.

Nos territórios ocupados em 1967 (Cisjordânia e Gaza), as municipalidades democráticas foram dissolvidas e membros das forças armadas israelenses assumiram as prefeituras sob intervenção. O principal objetivo da medida é continuar instalando colônias judias nesses territórios. Todos os prefeitos depostos estão sob prisão domiciliar.

O Tribunal de Justiça emitiu um comunicado

no qual ordena que toda casa árabe (nos territórios ocupados), suspeita de abrigar palestinos militantes que possam levar a cabo operações contra as autoridades de ocupação israelenses, seja fechada. Numerosas casas já foram enquadradas nessa medida.

Na Cisjordânia, há aproximadamente 275 mil palestinos com status de refugiados, dos quais 75 mil vivem em 19 campos estabelecidos em 1950, quando a área estava sob controle da Jordânia. Os restantes vivem em aldeias e cidades da Cisjordânia. Desde o início de 1983, as autoridades israelenses estudam um plano de erradicação dos campos de refugiados. O brigadeiro-general Sholomo Ilya, nomeado administrador civil da Cisjordânia depois que os prefeitos palestinos foram destituídos, afirmou que "tirar os palestinos dos campos ajudará a controlar a resistência anti-israelense."



Foto: "Afrique/Asie"

Prefeitos palestinos: os orçamentos precários dificultam a administração. Ao lado, um operário de construção árabe

mais obrigou Taufic Zayyad a buscar soluções criativas, é a discriminação orçamentária, que favorece as municipalidades judias em detrimento das árabes. A média do orçamento de uma municipalidade árabe — explica o prefeito de Nazaré — é de 30 a 35% do orçamento anual regular de uma judia do mesmo porte. "Porém eles têm, além disso, um orçamento adicional para 'desenvolvimento' que é fixado de forma arbitrária. Todo o orçamento de Nazaré é de 150 mil dólares (cerca de 90 milhões de cruzeiros), com o qual não se pode fazer nenhuma obra de infra-estrutura essencial."

Para compensar a discriminação orçamentária e responder às expectativas populares, desde o primeiro ano do seu mandato (em 1975) Zayyad promove as "Jornadas de Trabalho Voluntário". Para isso, estabeleceu um "Comitê de Trabalho Voluntário", onde se arrecada o dinheiro doado pela população, para construir escolas, asfaltar ruas etc. As jornadas se desenvolvem durante cinco dias do mês de agosto. Reúnem centenas de voluntários que se juntam para realizar trabalhos coletivos em favor da comunidade: reparar casas e

prédios públicos, construir redes sanitárias etc. No ano passado, participaram 600 pessoas, inclusive delegações simbólicas de 11 países, entre eles a Alemanha Federal, França, Suíça, Holanda e Grécia.

"Estamos agora começando a organizar as 8^{as} Jornadas. Para dar uma idéia de como elas se refletem na vida do município, posso dizer que no ano passado as obras realizadas com trabalho voluntário chegaram a 700 mil dólares, ou seja, quase seis vezes o orçamento que eu recebo do governo."

Com orgulho, Zayyad destaca que os impostos cobrados em Nazaré chegam a 97%, o que é considerado uma cifra recorde.

"Nossa cidade é um centro turístico. Só existe uma Nazaré no mundo. Porém, apesar disso, o governo israelense não investe nem um só vintém em infra-estrutura porque é uma municipalidade árabe. Enquanto isso, nas municipalidades judias, o regime faz investimentos de milhões de dólares."

A estátua queimada

Aquilo que Zayyad chama de tentativa de "judaização" da cul-



Foto: Reininger/Contact

tura palestina tem um bom exemplo em Nazaré. Lá, a principal atração turística da comunidade é a fonte usada pela Virgem Maria para lavar roupas, que é mantida até hoje. A fonte passou a ser símbolo da cidade e do povo de Nazaré, principalmente uma pequena formação natural de rochas dos tempos bíblicos, sobre a qual há mais de 600 anos foi levantado um monumento. Há alguns anos, o governo israelense colocou por cima desse monumento uma estrutura pré-fabricada.

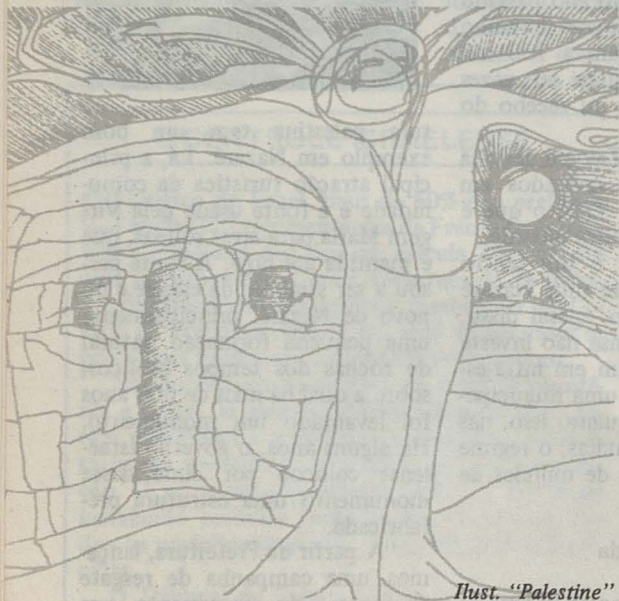
"A partir da Prefeitura, lançamos uma campanha de resgate da fonte e do monumento, que nós nos comprometemos a re-

TAUFIC ZAYYAD: UMA VIDA DEDICADA AO SEU POVO

□ Taufic Zayyad publicou numerosos livros de poesia e prosa, principalmente sobre folclore palestino. Esteve muitas vezes detido, até ser eleito membro do Knesset e receber as imunidades parlamentares. Reconhece a OLP como única representante legítima do povo palestino e defende como solução para o problema de seu povo a criação de um Estado palestino nos limites dos territórios ocupados em 1967, que coexistiria com o Estado de Israel partindo do reconhecimento mútuo das fronteiras.

Zayyad nasceu em Nazaré e diz que sua família vive aí "desde antes do nascimento de Jesus". Antes de entrar na vida política, teve uma importante atuação no Congresso de Trabalhadores Árabes, uma central sindical árabe.

Pai de três filhos, Zayyad deu à sua filha mais nova o nome de um dos poemas que a repressão sionista proibiu divulgar, e que significa "Luz". Quando a menina (atualmente com seis anos) nasceu, a esposa de Zayyad – também poetisa – escreveu uma carta ao ministro do Interior. (Naquele momento, o regime israelense defendia uma campanha maciça de controle da natalidade entre a população árabe, porque segundo os índices demográficos, antes do fim do século os árabes igualariam a população judia de Israel.) Na



Ilust. "Palestine"

carta, a sra. Zayyad afirmava que a pequena era a "sua melhor contribuição à campanha do ministro, confiante em que Luz saberá levantar bem alto a bandeira palestina".

"A carta, afirma Zayyad, teve ampla repercussão nos meios de comunicação e nos valeu sérias represálias. Mas produziu um efeito psicológico muito importante entre a população árabe, empenhada em fazer fracassar a campanha do regime."

NÃO IREMOS EMBORA

Taufic Zayyad

Aqui
sobre vossos peitos
persistimos como uma muralha
em vossas goelas como cacos de vidro/
imperturbáveis
e em vossos olhos como uma tempestade de fogo

Aqui
sobre vossos peitos
persistimos como uma muralha
em lavar os pratos em vossos tugúrios
em encher os copos dos senhores
em esfregar as lajotas das cozinhas negras
para poder tirar a comida de nossos filhos
de vossos caninos azuis

Aqui
sobre vossos peitos
persistimos como uma muralha
famintos nus provocadores declamando poemas

Somos os guardiães da sombra
das laranjeiras e das oliveiras
semeamos as idéias como o fermento na massa
nossos nervos são de gelo
mas nossos corações vomitam fogo
quando tivermos sede espremeremos as pedras
e comeremos terra quando tivermos fome
mas não iremos embora
e não seremos avaros com nosso sangue

Aqui
temos um passado e um presente

Aqui
está nosso futuro

(De *Aperto suas mãos*)



“Temos que fazer com que os palestinos em Israel se sintam orgulhosos de sua cultura”

construir na sua forma original”, comenta Zayyad. A Prefeitura e a comunidade decidiram homenagear o lugar, levantando em uma praça situada junto à fonte uma estátua de Hagar, a mãe do povo árabe. A decisão tinha um profundo significado cultural e religioso. Como se sabe, a Bíblia relata que Abraão — o pai dos árabes e judeus — tinha duas esposas, Hagar e Sara. Hagar é considerada a mãe do povo árabe e Sara, a do povo judeu. Hagar foi expulsa de sua casa por Abraão. “Para nós, Hagar também é o símbolo da expulsão do povo palestino de sua terra. Como ela, nós os palestinos perdemos nossa casa, fomos expulsos e não podemos voltar. Hagar é um símbolo do problema dos refugiados palestinos, criado a partir de 1948¹”.

¹Data da criação do Estado de Israel

“Decidimos levantar, então, a estátua de Hagar na praça da fonte de Maria. A estátua, de cinco metros de altura, estava sendo construída no *hall* do centro cultural da Prefeitura de Nazaré, que já foi incendiada várias vezes. Os artistas plásticos tinham terminado o primeiro molde de material sintético, que depois seria revestido de um segundo material para finalmente completar a estátua em bronze. Como era meia-noite, foram trocar de roupa para irem embora e descansar para continuar o trabalho no dia seguinte. Cinco minutos depois, a estátua estava em chamas. Foi queimada com um combustível especial. Um cigarro, por exemplo, teria feito com que ela desaparecesse mas nunca que ardesse em chamas. Alguém que estava por ali infiltrado, aproveitou a primeira oportunidade para acabar com o trabalho.

“Se pensaram em amedrontar-nos, se enganaram. No dia seguinte, fiz um comunicado à imprensa informando que a municipalidade tinha decidido reiniciar imediatamente o trabalho. E assim fizemos. A estátua já está quase pronta de novo.”

As mesquitas destruídas

Com a mesma força que Zayyad relata a luta para levantar a estátua de Hagar, refere-se também às destruições de obras de arte e monumentos religiosos palestinos dentro de Israel. “Antes de 1948, 1/16 do território da Palestina pertencia ao *Wakf* (Islã), aos muçulmanos religiosos, aí estando compreendidos todos os monumentos, mesquitas, centros religiosos etc. Depois de 1948, todas essas terras foram confiscadas pelo Estado judeu e nunca mais se realizou

A discriminação contra a população árabe é um fato cotidiano. Abaixo, radares portáteis na vigilância israelense



Foto: Gamma/Sigla

uma obra de restauração. Atualmente existem em Israel centenas de monumentos religiosos palestinos destruídos; as bibliotecas religiosas foram saqueadas e arrasadas junto com os povoados; as obras de arte foram roubadas. Velhas mesquitas de diversos estilos estão em ruínas. Há poucos meses, em Jaafa (Haifa), a *madrassa* (minarete) da mesquita foi bombardeada, apesar de seu grande valor artístico. Era a Grã-Mesquita de Hassan, que estava muito deteriorada por falta de restauração. A população árabe de Jaafa se reuniu num comitê para tentar reconstruir o minarete.

“Porém, as afrontas à nossa religião não ficam aí. Em Jerusa-



Foto: Reisinger/Contact

lém e outras cidades há antigos locais de oração transformados em *night clubs*. Inclusive o hotel Hilton foi levantado sobre os alicerces de uma antiga construção árabe, onde estavam sepultados alguns mártires da história palestina, cujos túmulos foram removidos para se fazerem as escavações necessárias para as fundações do hotel.”

Pescoço quebrado

Perguntamos a Zayyad se não tinham aliados entre a população judia de Israel, que pudessem juntar-se à luta dos árabes para a reconquista de seus direitos.

“A população judia consciente é muito minoritária. Ultimamente, depois da invasão do Líbano, surgiram movimentos como o ‘Paz Agora’. Mas até onde se pode dizer que o ‘Paz Agora’ é pacifista? A maioria de seus militantes apoiou a invasão, mas só até 45 quilômetros para dentro do território libanês, e não até Beirute. Mas isso é uma sutileza ingênua. Quando uma invasão começa, não se pode ditar limites, muito menos com a

lógica do governo Begin. O ‘Paz Agora’ grita contra os novos assentamentos de colônias judias em terras árabes ocupadas, mas não diz nada sobre os assentamentos anteriores nem condena o confisco de terras árabes dentro do território de Israel.

“Por outro lado, o Partido Trabalhista está sendo corroído por dentro, com a rivalidade entre Shimon Peres e Yitzhak Rabin. E há militantes do trabalhismo que são mais radicais que o próprio Begin em relação ao problema palestino. Não aceitam a retirada israelense do Líbano, não reconhecem a OLP, não querem nem ouvir falar em um Estado palestino.

“Essa é a tragédia de Israel: com Begin, não tem saída. A alternativa do Partido Trabalhista não apresenta nenhuma viabilidade para enfrentar os graves problemas que herdaria, tanto em política interna como externa. E os setores ideologicamente mais lúcidos são minoritários. Se não houver uma mudança de direção significativa, Israel vai acabar quebrando o pescoço. Caminha para a autodestruição.” ●

Uma leve esperança

O enviado especial de cadernos chega à linha de frente desta interminável guerra entre os dois países do golfo Árabe

Agustín Castaño



Na fronteira entre os dois países, a tensão continua

O Irã e o Iraque se defrontam desde setembro de 1980 numa guerra sangrenta que a imprensa começa a esquecer. Enquanto se aguardava uma nova ofensiva iraniana, o presidente do Iraque Saddam Hussein afirmava que as forças armadas de seu país repelirão todos os ataques do inimigo, segundo declarações recolhidas por cadernos em Bagdá.

A razão da pouca ressonância reside provavelmente em que o conflito adotou há vários meses as características de uma guerra de posições. Em junho de 1982, as tropas do Iraque que ocupavam parte do território inimigo se retiraram para dentro de suas fronteiras. Naquele tempo, a sor-

te das armas parecia inclinar-se a favor do Irã. Porém os iraquianos rechaçaram as sucessivas investidas do seu inimigo — com grandes perdas humanas e segundo os observadores com maior número de perdas iranianas — e nos últimos meses não houve modificações nas posições dos adversários. Há quem pense que existe um equilíbrio entre as forças, no sentido de que nenhum dos exércitos está em condições de ocupar o território do adversário e infligir-lhe uma derrota e que esta guerra poderia prosseguir por muito tempo se não intervierem fatores políticos que a façam parar.

Em 13 de junho passado um grupo de jornalistas estrangeiros,

entre os quais se encontrava um enviado de cadernos, foi recebido na frente iraquiana, nas imediações de *Shatt el Arab*, o disputado acesso fluvial que é o epicentro bélico.

No “front”:
tensa quietude

Os militares acompanharam os jornalistas até a linha de frente, compostas por uma dupla fileira de artilharias defendidas por inumeráveis baterias.

Desde as trincheiras, se pôde avistar a linha inimiga tão imóvel como a iraquiana, em tensa quietude.

Porém, na sede do comando, o general Sadi Tumoh, comandante do Terceiro Corpo de Exército com sede em Basora, disse aos jornalistas que se percebiam preparativos semelhantes aos de outros ataques e que parecia “iminentemente uma ofensiva”.

Na manhã seguinte o presidente Hussein recebeu o grupo de enviados especiais e confirmou: “nossas informações assinalam que eles (os iranianos) tiveram ultimamente uma série de reuniões, a uma escala mais ou menos ampla, e que estudaram a possibilidade de repetir sua ofensiva, em lugares escolhidos, contra objetivos menos importantes que os anteriores. Estudam igualmente a possibilidade de atacar diversos setores com o fim de dissipar as manobras do Iraque e de esgotar suas forças”.

“Estamos observando atentamente esses preparativos. Nossas informações a respeito são seguras e infalíveis. Nossa força fundamental se baseia em que nossa causa é justa. No entanto, a superioridade está do nosso lado”.

“Entre esses fatores contam a precisão de nossas informações e nossa margem de manobra de um setor a outro no campo de operações militares e no interior desses setores. Deve-se também mencionar a presença de reservas auto-suficientes em cada setor, e



Equipamento bélico para a "Guerra do Golfo": quando há dinheiro, as armas aparecem

além disso reservas na aviação militar e que incluem helicópteros armados". "Portanto, toda ofensiva iraniana só provocará decepção e amargura". Nas alusões do presidente Hussein à exatidão das informações, alguns jornalistas interpretaram que se trata de dados facilitados pelos aliados árabes.

Presságios de uma nova ofensiva

Depois de obtidas essas declarações, tratava-se de compará-las com outras informações disponíveis e com a opinião de observadores neutros. Nosso enviado teve acesso às avaliações de fontes diplomáticas da Europa Ocidental. Os pontos principais dessa análise indicam que:

1) As forças armadas iranianas não dispõem virtualmente de aviação e sofreram por isso muitas perdas humanas para um objetivo que não parecem em condições de alcançar. Os iranianos têm superioridade numérica, porém isso não parece suficiente para inclinar o fiel da balança.

2) Tudo sugere que, efetivamente, os iraquianos contam com uma informação rápida e correta sobre os movimentos do adversário, com as vantagens que isso supõe.

3) No plano material, comprovou-se mais uma vez que quando há capacidade de pagar, as armas aparecem. Apesar de seu relativo isolamento, pois, os iranianos conseguem substituir seu armamento assim como também o Iraque. No aspecto econômico, conta a favor do Iraque a solidariedade de vários países árabes e em particular o potencial econômico da Árabia Saudita.

4) Mais difícil de verificar por sua natureza é a afirmação de Hussein de que por causa do prolongamento do conflito e da resistência iraquiana, o descontentamento se alastra nas forças armadas do Irã. O presidente iraquiano, que recebeu os jornalistas no palácio presidencial em uniforme de campanha com as insígnias de comandante-em-chefe, afirmou o seguinte: "Há qua-

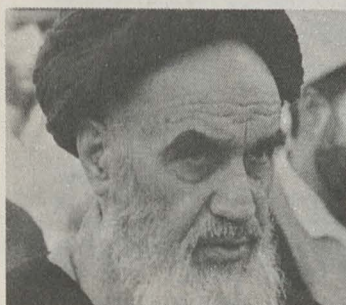
tro dias (o aiatolá) Komeini pronunciou um discurso convidando os iranianos a prosseguirem a guerra. Disse-lhes: 'Não devem parar a guerra, pois nesse caso os iraquianos entrarão em seu país e violarão sua honra'. E acrescentou Komeini: 'Por que alguns (iranianos) exortam a que se pare a guerra? Nós nos defendemos'."

"Nós podemos imaginar — continuou Hussein — em que abismo terá caído (o aiatolá) Komeini quando comparamos essas palavras com seu discurso de fevereiro no qual pediu abertamente que se penetre no interior do território do Iraque e que seu regime seja derrubado, ou com seu discurso de junho no qual se dirigiu aos iranianos e lhes disse que é obrigado a continuar a guerra porque está numa posição de defesa.

"Deduzimos então que a decepção se acumula nos corações dos dirigentes de Teerã, já que não podem ter visões expansionistas à custa do Iraque. Quando comprovarem que não podem



Hussein: "queremos a paz"



Komeini: "nós nos defendemos"

realizar seus objetivos agressivos, pedirão a paz.

"Estamos convencidos de que Komeini optará, apesar de si mesmo, pela paz, pois do contrário, o povo e o exército iraniano se sublevarão contra Komeini e seus seguidores."

Em outro momento da conferência de imprensa, o presidente iraquiano afirmou: "A continuidade da guerra está criando uma corrente muito forte que deseja que cessem as hostilidades tanto a nível dos dirigentes como a nível popular".

"O exército iraniano, em geral, não quer que a guerra continue, por causa das últimas batalhas. Também há políticos e religiosos que compreenderam que a guerra não serve a ninguém e não desejam continuá-la."

Segundo as fontes diplomáticas, é visível no Irã o cansaço da guerra e persistem as dificuldades entre o comando político-religioso e o comando militar. Quanto à presença de partidários de que se detenha o curso

Foto: Sigma



Na evidência da esterilidade dessa longa guerra, que tanto sofrimento custa aos dois povos, é possível que se comece a discutir a paz

bélico e se empreendam negociações, essas fontes calculam que existam, embora não seja possível precisar a sua importância.

A soma desses sintomas e o fato aparente de que nenhuma das partes estaria em condições de infligir à outra uma derrota decisiva, traz uma leve esperança. Diante da evidência da esterilidade dessa longa guerra que

tanto estrago e sofrimento custa aos dois povos, é possível que o fragor bélico cesse e se comece a discutir a paz.

"Nenhuma guerra, na história, durou infinitamente", declarou Hussein. No entanto, em *Shatt el Arab* os exércitos adversários se encontraram a um quilômetro de distância e rondava o presságio de uma nova ofensiva. ●

A paz pode estar próxima

Enfrentando sérios problemas econômicos e sociais em consequência dos altos custos da guerra, o Marrocos se vê na iminência de negociar a paz com a Frente Polisario

Baptista da Silva



As negociações diretas entre o povo saarauí e o Marrocos são um passo positivo para a decretação do cessar-fogo

Muito embora o barulho das armas continue a se fazer ouvir no "teatro de guerra" do Saara Ocidental, a luta de libertação que já há mais de dez anos se trava nessa antiga colônia espanhola poderá, a muito curto prazo, seguir por outra via. O confronto entre os adversários poderá, com efeito, vir a dar lugar a conversações que conduzam ao cessar-fogo e ao final do conflito que, desde 1975, opõe o povo saarauí — sob o comando da Frente Polisario — às forças de ocupação marroquinas.

Tal hipótese pode, eventualmente, pecar por excesso de otimismo já que são bastante conhecidas as demonstrações de intransigência do regime de Hassan 2º do Marrocos em negociar diretamente com o movimento de libertação saarauí. Em todo caso, a série de acontecimentos que, desde o início do ano e de forma totalmente imprevisível, estão acontecendo em toda a região do Mahgreb¹ parecem confirmar que as coisas estão mudando e que essa hipótese é possível de se realizar.

A morte de Dlimi

A notícia surgiu curta, quase telegráfica, em todos os diários de grande circulação no dia 25 de janeiro passado. Nela se relatava um fatídico acidente de aviação ocorrido na véspera, próximo à cidade marroquina de Marrakesh, e no qual morreram um oficial de alta patente das Forças Armadas Reais (FAR), o general Ahmed Dlimi, comandante das forças marroquinas de ocupação no teatro de operações do Saara Ocidental e internacionalmente apontado como o braço direito (militar) de Hassan 2º.

Tanto agências noticiosas como os correspondentes estrangeiros acreditados no Marrocos forneciam, no momento, escassos pormenores sobre as circunstâncias em que teria se dado o acidente, limitados praticamente à divulgação da "versão oficial", tal o "cordão sanitário" que envolveu o acidente. Inevitavelmente, surgiram algumas especulações sobre a possível eliminação do até então homem forte das FAR, dada a lista de "acidentes",

¹ Mahgreb — região sócio-cultural do Saara norte-ocidental, desértica, compreendendo os territórios da Tunísia, Líbia, Argélia, Marrocos e Saara Ocidental.



Cresce a desmoralização e o descontentamento no seio do exército de ocupação marroquino. Acima, oficiais marroquinos capturados

“suicídios” ou “desaparecimentos” que ao longo de todo o reinado de Hassan 2º têm atingido parte importante da oficialidade marroquina.

E se, por um lado, se afirmava ser pouco confiável essa versão, dada a posição de destaque que Dlimi há muito vinha exercendo junto ao rei, por outro, argumentava-se que o general Oufkir ganhara o mesmo prestígio e tinha conspirado contra Hassan, na tentativa de rebelião militar frustrada a 16 de agosto de 1972, quando então pagou com a vida, “suicidando-se” (explicação oficial na época).

O tempo viria a confirmar a segunda dessas hipóteses. Algumas das pontas do véu que envolveu o misterioso “acidente” e a morte prematura daquele oficial-general viriam, efetivamente, a ser pouco a pouco levantadas tanto pelos meios militares ligados ao movimento dos “Oficiais Livres”, na clandestinidade, como na sequência do difícil trabalho de investigação empreendido por alguns jornalistas estran-

geiros — com particular destaque para Roland Delcour, correspondente do jornal francês *Le Monde*, cuja denúncia do assassinato lhe valeu a expulsão do país. Segundo essas fontes, a eliminação de Dlimi, o fuzilamento, a detenção ou desaparecimento de cerca de dezena e meia de outros oficiais marroquinos de alta patente, bem como a imposição do estado de alerta decretado nas forças armadas a partir do dia 26 de janeiro, não constituíam mais do que expedientes utilizados pelo palácio real para pôr fim a mais uma tentativa de golpe militar que, como tudo indica, estaria preparado para eclodir em julho próximo.²

Estratégias contraditórias

Ahmed Dlimi tinha se tornado, na verdade, uma das peças-chaves da história recente do Marrocos. Com uma ascensão

²Todos os oficiais detidos ou fuzilados haviam desempenhado funções de comando no Saara Ocidental.

fulgurante no interior da hierarquia das FAR na sequência do abortado golpe de estado de Oufkir, Dlimi passa a partir do final dos anos 70 a comandar o poderoso exército envolvido na ocupação do território que os meios oficiais marroquinos costumam designar por “províncias do sul”, aí introduzindo táticas que vieram efetivamente a revolucionar a guerra, sobretudo por seu caráter totalmente contraditório. Uma, ofensiva, através da criação de grandes unidades móveis que “varreriam o deserto” de guerrilheiros — das quais as mais importantes, Uhud e Zella-ga, apontadas como invencíveis, viriam a ser, de fato e por ironia, destruídas ou desbaratadas no sul do Marrocos, em 1980, quando das grandes batalhas nos contrafortes de Uarkiz. Uma outra, defensiva e de muito melhores resultados a partir de 1981: a edificação do “muro” protegendo aquilo que foi chamado de “Triângulo Útil” do território e que cerca apenas menos de um quarto da superfície da antiga

colônia espanhola, onde se situam a capital, El Aiun, e a segunda maior cidade do território, Smara, além das riquíssimas jazidas de fosfatos de Bu Craa. Tática que, se no início não poderia trazer a vitória militar sobre o terreno, poderia pelo menos dar tempo ao monarca marroquino, constituindo um argumento de peso em qualquer outra solução que não a das armas e, sobretudo, que procurou evitar aquilo que poderia vir a constituir uma humilhante derrota para qualquer exército — como as FAR —, formado e instruído sob o signo do império.

Moral baixa, enorme crise

De fato, a figura de Dlimi, a sua trajetória política e militar, bem como evidentemente o seu desaparecimento sumário constituem peças importantes para a

compreensão do descontentamento que grassa nas fileiras do exército de ocupação no Saara e daquilo que são hoje as FAR, desde sempre a principal ameaça direta à perenidade do trono marroquino.

Contando com mais de 150 mil homens (200 mil, afirmam alguns observadores), metade dos quais deslocados para o interior do "Triângulo Útil", as forças militares marroquinas têm sofrido sucessivos e pesados reveses infligidos pelos combatentes saaraus.

Os militares marroquinos, enviados a uma mera posição defensiva, assediados constantemente pelos ataques dos patriotas saaraus ou pela sua artilharia pesada, mergulhados nas trincheiras e na angústia da expectativa (que nem o muro nem os campos minados, o arame farpado ou a sofisticada aparelha-

gem de radar e detecção eletrônica — montada por norte-americanos e financiada por sauditas — conseguem dissipar), dão crescentes indícios de desmoralização, numa guerra em que não vêem fim nem solução.

Por outro lado, é cada vez maior o número de oficiais que não se mostra insensível — apesar do gueto militar em relação à sociedade civil — à profundíssima crise econômica e social que atinge o país.

Com um custo por dia que se eleva a 4 milhões de dólares (segundo afirma a Polisario; ver entrevista com o líder Ahmed Bujari nesta edição), o que representa algo assim como 50% do orçamento geral do Estado anual (40% do PNB, segundo fontes da oposição militar ligadas aos "Oficiais Livres"), a guerra "no sul" apresenta-se como um importante fator de instabilidade para a

A OUA ROMPE O IMPASSE NO SAARA

□ Uma concessão do Marrocos e outra da Frente Polisario permitiram que a Organização da Unidade Africana (OUA) conseguisse finalmente realizar a sua 19ª reunião de cúpula, e ao mesmo tempo rompesse o impasse em torno da admissão do governo da República Árabe Saaraus Democrática (Rasd) como 51º membro da organização.

Após sete horas de discussão, os membros da OUA conseguiram aprovar por unanimidade uma resolução pedindo negociações diretas entre a Frente Polisario e o governo do Marrocos, bem como a realização de um plebiscito na ex-colônia espanhola no norte da África. A aceitação de negociações diretas foi uma importante concessão do rei Hassan 2º do Marrocos que sempre recusou qualquer contato com a direção da Frente Polisario.

O acordo no entanto só foi obtido depois que o representante do governo da República Árabe Saaraus Democrática, Mohammed Abdelaziz, concordou em não participar da reunião da OUA, em Addis Ababa, no começo de junho. A Rasd foi admitida como membro pleno da OUA em 1982, provocando uma crise na organização devido a divergências entre países pró e contra o mo-

vimento de libertação que resiste à ocupação marroquina do antigo Saara Espanhol. Houve duas tentativas de realizar a 19ª reunião de cúpula dos chefes de estado africanos, mas ambas terminaram em fracasso, devido à intransigência do rei Hassan em não reconhecer a entrada da Frente Polisario na OUA.

O plebiscito a ser realizado até o fim do ano será supervisionado pela ONU e pela OUA, que organizarão uma força de paz encarregada de vigiar um cessar-fogo na região. O plebiscito tem como objetivo permitir que a população local manifeste o seu desejo ou não de formar uma nação independente. O plebiscito e as negociações diretas foram aprovados depois de negociações realizadas pela Argélia tanto com a Frente Polisario como com o governo do Marrocos. O presidente da Rasd só aceitou se retirar da reunião em Nairóbi depois de receber garantias da Argélia de que o impasse sobre o antigo Saara Espanhol seria rompido. Outro país que teve um papel chave nas gestões mediadoras foi o Senegal, cujo presidente praticamente reconheceu a nível oficial, a existência da Rasd durante um encontro com Abdelaziz, antes do início da reunião de Addis Ababa. Em março passado, o Marrocos e a Frente Polisario mantiveram o primeiro encontro direto informal. A nova reunião, agora oficial, ainda não tem data marcada.

depauperada economia marroquina, pondo conseqüentemente em perigo a própria sobrevivência da monarquia aluíta.

O jornal diário espanhol *El País* noticiava ainda há pouco tempo que o desemprego no Marrocos atinge "a cifra de 70% da força de trabalho" e que as vagas de trabalho criadas anualmente "não chegam nem sequer para fazer face à quarta-parte dos 200 mil marroquinos que todos os anos chegam ao mercado de trabalho".

Por outro lado, os salários, já qualificados como "de fome" em 1981, e que estiveram na origem da greve de junho desse ano, sangrentamente reprimida com um saldo de centenas de mortos, milhares de prisões e um número indiscriminado de desaparecidos, não deixam de se deteriorar desde então em virtude de uma taxa de inflação que ronda os 25%. Tal situação levaria o correspondente daquele jornal em Rabat, a capital marroquina, a afirmar que "os conflitos sociais só são evitados pelo controle policial que se estende a todo o país e à situação do trabalhador, manifestamente indefeso, o que impede de ensaiar qualquer protesto, quer pelo medo da repressão quer pelo medo de perder o emprego".

Chadli-Hassan 2º : um encontro inesperado

A opinião pública marroquina ainda não estava refeita da morte do general que mais se notabilizara nos últimos anos, a imprensa estrangeira ainda publicava mais elementos que confirmavam o seu assassinato e o golpe militar em preparação, quando as emissoras marroquinas anunciaram o encontro que se realizava num ponto qualquer da fronteira entre a Argélia e o Marrocos, entre Hassan 2º e o presidente argelino Chadli Bendjedid.

O encontro que reuniu os



Hassan 2º (acima): pressionado a dar uma resolução pacífica ao conflito

dois chefes de estado durante cinco horas só viria a ser confirmado pelo lado argelino no dia seguinte e marcaria o reatamento das relações entre os dois vizinhos, rompidas unilateralmente pelo Marrocos, em consequência da invasão da então colônia espanhola.

As conversações entre Chadli e Hassan suscitaram de imediato uma onda de interpretações, geralmente sensacionalistas ou apenas geradoras de confusão, por parte de um setor da imprensa internacional, sobre um hipotético "acordo feito às costas dos combatentes saarauís". Porém, o Ministério dos Negócios Estrangeiros argelino definiria, no dia seguinte ao *tête à tête* Chadli-Hassan, com clareza, a posição do seu país: "A Argélia não tem nenhuma questão com o Marrocos, já que o problema do Saara Ocidental é um problema de descolonização que opõe os nossos irmãos do Saara Ocidental aos do Marrocos". É dentro desse espírito — esclareceria o comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiro argelino — "unir esses dois povos irmãos e encontrar uma solução conforme o direito inalienável do povo do Saara Ocidental à sua autodeterminação e independência", que a posição da Argélia terá de ser en-

carada e que o encontro entre os dois chefes de estado (e o que se seguir) terá de ser analisado. Enquanto isso, altas autoridades argelinas confidenciavam informalmente a alguns jornalistas que a política do seu país se mantinha, nessa questão, coerente com os princípios que sempre a nortearam "e que, se havia a quem felicitar, era aos marroquinos pela sua evolução".

Bóia de salvação?

Não é de todo lógico (ou "intelectualmente aceitável", como diz Ahmed Bujari na entrevista seguinte) que a Argélia — fiel aos princípios da descolonização e orgulhosa do seu passado histórico — pudesse ter "hipotecado" o Saara Ocidental como penhor para o reatamento das relações com o vizinho Marrocos. Pelo contrário, esse reatamento não se afigurava possível sem que da parte de Hassan 2º tivessem sido dadas garantias muito claras de resolução pacífica do conflito.

É, por outro lado, quase seguro que tanto nos encontros secretos preparatórios da reunião entre os dois chefes de estado, como durante as cinco horas de conversações entre Chadli e Hassan, se terá avançado muito mais

na delimitação de um possível quadro de solução do que as simples declarações oficiais de parte a parte deixam entrever.

A Argélia assume-se, pois, internacionalmente como mediadora entre as partes beligerantes, papel para o qual conta com uma larga experiência adquirida ao longo de sua história, e que em alguns casos lhe valeram o reconhecimento internacional unânime. Basta lembrar que a diplomacia argelina teve uma ação destacada nas negociações que, em 1969, levaram ao reconhecimento oficial da Mauritânia por parte do Marrocos e que também ela teve um papel preponderante nas conversações que antecederam a celebração do acordo de paz entre a Frente Polisario e a Mauritânia. Embora num quadrante geográfico completamente diferente, ainda continua viva na memória de todo o mundo a longa e melindrosa mediação da Argélia entre Teerã e Washington e que conduziu à libertação dos reféns norte-americanos da embaixada dos Estados Unidos no Ira.

Para Hassan, a saída oferecida com o reatamento das relações de amizade e cooperação com a vizinha Argélia — que se anunciam extensivas a praticamente todos os campos de atividade³ — poderá constituir de fato a “bóia de salvação” necessária à sua sobrevivência política e à da própria monarquia alufa. Fim este que — pode-se dizer — internacionalmente ninguém parece desejar, tal a amplitude de convulsões sociais e políticas que, inevitavelmente, se lhe seguiriam. Porque, de fato, no Marrocos de hoje, só duas entidades parecem ter autoridade suficiente para conduzir os destinos do país, tanto interna como externamen-

³ Após o encontro de 26 de fevereiro, as reuniões entre autoridades argelinas e marroquinas têm-se sucedido a um ritmo intenso, em Rabat e Argel.

te: Hassan e as forças armadas.

O monarca, com a lucidez, inteligência e maleabilidade que o caracterizam, já poderá ter aferido o fiel da balança e optado pela sobrevivência do regime à duvidosa manutenção e soberania sobre “as províncias do sul”. O que aconteceu ao seu parceiro na aventura expansionista na antiga colônia espanhola — o ex-presidente da Mauritânia, Moktar Uld Daddah, deposto por um golpe militar que antecedeu a ce-

lebração da paz com a Polisario — deverá estar ainda fresco na sua memória e não deixará de preocupá-lo.

Outro argumento que deverá pesar na escolha de Hassan é o fato de os seus principais financiadores no esforço da guerra — os príncipes da Arábia Saudita — darem mostras de pretenderem ver substancialmente diminuída a “fatura”, para o quê terá contribuído a queda vertical dos preços do petróleo. ●

Entre a guerra e a mediação

Ahmed Bujari, membro do critério político da Frente Polisario e atual coordenador das relações exteriores do movimento saarauí na Europa, em entrevista concedida aos nossos companheiros de Lisboa, analisa o atual momento da guerra pela independência do Saara Ocidental.

Como a Frente Polisario interpreta e analisa o processo de aproximação entre a Argélia e o Marrocos, iniciado oficialmente no dia 26 de fevereiro passado com o encontro entre o presidente argelino, Chadli Bendjedid, e Hassan 2º ?

— A Frente Polisario e a República Árabe Saarauí Democrática (Rasd) nunca duvidaram nem nunca duvidarão da solidariedade da revolução argelina com a causa saarauí. De nossa parte, sempre apoiamos iniciativas que conduzissem à negociação direta entre o Marrocos e o nosso governo, de forma a ser encontrada uma solução pacífica para o conflito, que termine com essa guerra sangrenta.

Howe, no entanto, alguns setores da imprensa internacional que especularam sobre “um possível acordo às costas dos saaraúis”...



Bujari: “confiamos na Argélia”

— Não compreendemos o fato de que se crie confusão e dúvidas sobre a sinceridade da Argélia quando tenta aproximar o Marrocos da Frente Polisario, para que se sentem frente a frente à mesa das negociações. Nós confiamos na revolução argelina porque confiamos nos seus princípios. E não creio que intelectualmente seja possível aceitar que uma revolução que sacrificou milhão e meio de mártires se deixe enganar pelos caprichos de um rei agressor e colonialista. Creio que é não conhecer a Argélia, é se deixarem — de moto próprio — arrastar pela confusão.

É natural que as conversações entre a Polisario e o Marrocos devam ser precedidas por uma certa mediação. Por que não a mediação da Argélia?

O "muro" e a guerra

E, no entanto, a guerra continua. Os violentos ataques desferidos pelo exército saarauí contra as unidades de ocupação marroquinas em torno de Smara, há bem pouco tempo, vêm lembrar isso mesmo. A construção do "muro" cercando aquilo que o Marrocos chama de "Triângulo Útil" do Saara não trouxe aos combatentes saarauís dificuldades suplementares no campo de batalha?

— O muro obrigou-nos a uma adaptação das diferentes táticas militares a empregar. Os ataques dos nossos combatentes têm-se sucedido continuamente para lá do muro. Apesar dos marroquinos procurarem proteção usando esse muro de areia, socorrendo-se ainda da sofisticadíssima tecnologia (norte-americana) de radar, para conhecer os nossos movimentos. Porém, apesar da própria intervenção norte-americana mediante armamento e conselheiros militares, a verdade é que as tropas marroquinas não encontram um só minuto de descanso. A guerra tem prosseguido sempre e continuará até ser alcançada a independência do nosso território.

Para Marrocos, o muro não terá resolvido militarmente a questão, mas não constituirá um argumento a invocar em qualquer negociação que venha a ocorrer?

— De um ponto de vista político, se poderá dizer que a concepção do muro constitui um fracasso. De 1980 a 1983, o Marrocos teve tempo de compreender que a solução do problema da guerra não está no muro nem sequer na intervenção norte-americana. Ao longo desses anos, o



"Pretendemos fazer com que a realidade de nossa pátria seja aceita"

Exército de Libertação do Povo Saarauí (ELPS) tem multiplicado as ações de desgaste. A guerra custa ao Marrocos mais de 4 milhões de dólares diários, cerca de 52% do orçamento geral do Estado. Hoje, o Marrocos está muito pior do que em 1980, quando acalentou o sonho do milagre de solução no "muro" e na intervenção norte-americana.

Um interlocutor "à altura"

Apesar de contar com uma poderosa organização, com milhares de homens e mulheres treinados para qualquer operação, a Frente Polisario nunca levou a cabo ações de violência urbana no interior do Marrocos nem quaisquer outros golpes de desestabilização. A posição de vocês é muito clara e assumida...

— A nossa ação militar sempre se limitou ao terreno de guerra, tanto no Saara Ocidental como no sul do Marrocos. Nunca foi nosso objetivo empreender ações contra alvos civis e muito menos destruir o Marrocos. Antes, pretendemos fazer com que eles aceitem a realidade de nossa pátria. Nunca quisemos desestabilizar o Marrocos, destruir o Estado ou a Nação marroquina. Mas, sim, convencê-los a aceitar a realidade política que é a inde-

pendência, a integridade e a soberania territorial da Rasd. Para que o Marrocos ponha fim às suas pretensões expansionistas contra um país e um povo vizinho.

A luta armada de libertação nacional não constitui mais do que um meio para se alcançar esse fim, esse objetivo político ansiado pelo nosso povo.

A Frente Polisario mantém relações com a oposição marroquina a fim de abrir possíveis saídas para a resolução do conflito?

— Nós não negociamos essa possível solução com a oposição mas sim com o governo marroquino. E o termo "oposição" é muito amplo. Aquilo que se designa por oposição — nós preferimos falar de comandos dos partidos políticos da chamada oposição — é de fato "uma permissão" do regime em função do apoio à guerra no Saara. Não são interlocutores à altura de poderem firmar a paz.

Acha que estaria próximo o fim da guerra?

— Evidentemente que não podemos dizer quando irá terminar, mas podemos afirmar, com toda segurança, que o Marrocos já perdeu. (Baptista da Silva/Carlos Pinto Santos) ●

A guerra recomeça

Acabou a trégua instável que sobreviveu apenas dez meses nessa ex-colônia francesa. O regime pró-ocidental de Hissène Habré perde apoio tanto interno como externo

Carlos Castilho

A guerra está novamente tomando conta do Chade, no momento em que Hissène Habré se prepara para completar um ano de poder. É o mais recente desdobramento de uma guerra que já dura 17 anos e que teve consequências em toda a África, tanto no sul como no norte. Habré, apontado na Europa e nos Estados Unidos como o "pacificador" do Chade, tem muito pouca coisa para comemorar neste ano de poder. E muitos diplomatas africanos acham que ele não terá condições de resistir sem uma maciça ajuda militar e econômica de seus aliados ocidentais, que estariam dispostos a transformar o país num "Vietnã africano".

As forças rebeldes lideradas pelo ex-presidente Goukouni Oueddei, apoiadas pela Líbia, já controlam uma larga faixa de terra no norte do Chade. Oueddei instalou até mesmo um governo na cidade de Bardai, próximo à fronteira com a Líbia, e no final de junho, suas tropas ocuparam a cidade de Faya Largeau, a mais importante do norte do país. Com esta última localidade em poder de Goukouni Oueddei, ele poderá avançar rapidamente em direção ao sul, já que não há possibilidade de resistência fixa, numa área plana e desértica. A única alternativa seria o uso da aviação, um recurso que até agora deu poucos resultados.

Hissène Habré conquistou o



A ex-colônia francesa volta a viver o drama da guerra

Foto: Sygma



Goukouni Oueddei (acima) e Hissène Habré (abaixo)

Foto: "Afrique-Asie"



poder em 6 de junho do ano passado, depois de derrotar as forças do então presidente Goukouni Oueddei numa batalha pelo controle da capital N'Djamena, que não durou mais de uma hora. Habré, no entanto, só passou a controlar efetivamente o país depois de tomar a cidade de Moundou, a mais importante do sul do Chade e o reduto principal das forças do coronel Abdel Kadir Kamougué. Kamougué fugiu em setembro para os Camarões, depois que seu exército de três mil homens foi derrotado pelas Forças Armadas do Norte (FAN), comandadas por Hissène Habré.

Ao ser derrubado, Oueddei chefiava o Governo de União Nacional de Transição (Gunt), apoiado pela Líbia e reconhecido pela Organização da Unidade Africana (OUA), após uma sangrenta guerra civil que durou dois anos e deixou um saldo de dez mil mortos, nos combates

entre cerca de 11 grupos militares diferentes. O Gunt foi derrotado porque Oueddei resolveu abrir mão da presença de dois mil soldados líbios que o ajudaram a derrotar as tropas de Habré e aceitar em troca a proteção de uma Força de Paz da OUA. A escolha foi fatal para Oueddei, já que seu inimigo Hissène Habré, contando com ajuda militar dos Estados Unidos, Egito e Sudão passou à ofensiva, contando com a passividade total das forças da OUA e da França, que sempre teve uma presença marcante na sua ex-colônia.

Origens da guerra

O novo agravamento da crise no Chade é mais um desdobramento de uma velha situação deixada pelos colonizadores franceses. O país está dividido entre nortistas e sulistas. Os primeiros têm origem árabe, são muçulmanos e pastores nômades; compõem aquilo que os franceses chamaram de "Chade inútil". Os nortistas sempre foram explorados pelos sulistas, originários da etnia africana *sara*, em sua maioria convertidos ao cristianismo por missionários europeus. O sul era o chamado "Chade útil", porque reunia a parte mais fértil e rica do país, onde as plantações de algodão permitiram o desenvolvimento de uma pequena burguesia, que assumiu o controle da burocracia estatal logo após a independência, em 1960.

Desde a proclamação da independência, os sulistas queriam se separar do resto do país formando uma nação com o nome de Logone, com capital Moundou. A brutalidade da colonização imposta pela França impediu o surgimento de organizações nacionalistas de âmbito nacional, bem como impossibilitou o aparecimento de lideranças políticas independentes. Como resultado disso, a partir de 1960, quase uma dezena de grupos passou a

disputar o poder político, criando uma situação muito confusa que sempre foi manipulada pela França, cujas tropas continuam no Chade, mesmo após a independência.

Tanto Oueddei como Habré são do norte, mas seguiram caminhos opostos na hora de escolher aliados. Hissène Habré no começo, era antifrancês, mas depois mudou de posição e passou a contar com o apoio aberto dos ex-colonizadores. Sempre foi um dirigente personalista e oportunista que, num determinado momento da guerra civil, conseguiu reunir contra si a unanimidade dos vários grupos políticos do país. Habré nunca foi popular nem dentro e nem fora do Chade, mas no ano passado acabou sendo reconhecido pela OUA porque os demais países africanos queriam um fim rápido para a crise no país.

Goukouni Oueddei, dirigente regional que tem muito contacto com as bases políticas do norte, mas não é um bom articulador político, tomou o caminho oposto. Manteve sempre uma postura anticolonialista e acabou se aproximando do coronel Muammar Khadafi, quando o seu grupo, as Forças Armadas Populares (FAP), passou a sofrer perseguições sistemáticas das FAN de Hissène Habré. Oueddei apóia as pretensões territoriais da Líbia, que reivindica uma faixa do território do Chade, conhecida como Faixa de Aozou, totalizando 114 mil km² e que foi cedida pela Itália à França, no fim da 2ª guerra mundial. A Líbia afirma que esse território foi cedido ilegalmente a Paris por Benito Mussolini.

A "República" do sul

No sul, o coronel Kamougué chefiava o grupo militar chamado Forças Armadas Chadianas (FAT), reunindo ao redor de três mil homens. Kamougué procurou manipular as divergências en-

tre os nortistas, usando ora as FAN ora as FAP como aliados. A estratégia do dirigente sulista era esperar que Habré e Oueddei se destruíssem entre si para depois ele assumir sozinho o poder. Em setembro do ano passado, Kamougué apoiava Oueddei e por isso acabou sendo esmagado por Habré. Hoje, o dirigente das FAT, uma espécie de exército particular, está no exílio, no Gabão e há rumores de que ele poderia voltar a apoiar Oueddei.

Além de não ter conseguido recuperar a arrasada economia do Chade, apesar da ajuda francesa, Hissène Habré é visto com desconfiança pela Nigéria, de onde o país importa 80% do petróleo que consome. Em abril deste ano, as tropas do Chade e da Nigéria travaram violentos combates pela posse de ilhotas surgidas no lago Chade, cujas águas baixaram acentuadamente em consequência da seca prolongada na região. O episódio foi contornado, mas deixou como saldo uma profunda desconfiança da parte dos nigerianos, e dúvidas generalizadas nos Camarões, República Centro-Africana e Níger.

Na reunião da OUA realizada em Addis Ababa (Etiópia), no começo de junho, Hissène Habré foi convidado e Oueddei não, numa aparente demonstração de que o atual chefe de governo do Chade tem o apoio do resto do continente africano. Mas nos bastidores diplomáticos, começaram a surgir com frequência cada vez maior, opiniões de que ele deixou de ser a solução ideal para o drama do Chade. Alguns diplomatas chegaram a dizer que Habré só continua, porque muitos governos pró-ocidentais da África permanecem obcecados pela intransigente oposição a tudo o que esteja vinculado direta ou indiretamente ao governo da Líbia. Uma oposição que tem mais a ver com problemas internos do que com a diplomacia do coronel Khadafi. ●

A "maratona" eleitoral em tempo de crise

Os nigerianos votarão quatro vezes no mês de agosto para renovar todos os cargos eletivos do país, num momento em que a euforia do petróleo chegou ao fim, e a crise econômica reduziu drasticamente o nível de vida dos oitenta milhões de habitantes da nação mais populosa do continente



Com o país a exigir profundas mudanças estruturais, Shehu Shagari (ao lado) enfrenta dificuldades para se reeleger

Após 23 anos de independência, três eleições e quatro golpes militares, a Nigéria se prepara para uma nova votação cuja principal característica é a sobrevivência da velha divisão do país em três facções étnico-políticas, uma herança da época colonial. As duas décadas de vida autônoma não conseguiram erradicar os efeitos da colonização inglesa que reuniu artificialmente num mesmo país os muçulmanos *haussa* do norte, os *yoruba* do oeste e os *ibo* cristianizados do sudoeste do país.

Os três principais partidos e seus respectivos candidatos obedecem a essa divisão, na qual as preocupações político-ideológi-



cas foram suplantadas pelos interesses étnico-religiosos. E como já aconteceu em três ocasiões anteriores, os nigerianos votarão mais em nomes do que em programas, tendo como pano de fundo dessa eleição a preocupação dos grandes interesses econômicos de preservar o mais possível a unidade nacional. Uma preocupação

que tem pouco a ver com valores ideológicos e mais com a preservação de investimentos no país, que é considerado pelos europeus e norte-americanos como o mais desenvolvido da África Negra.

O atual presidente Shehu Shagari, candidato do Partido Nacional da Nigéria (NPN) concorre à reeleição com um leve favoritismo. Shagari representa os interesses da influente burguesia muçulmana do norte. Ele tem 58 anos e seu principal oponente é Obafemi Awolowo, de 74 anos de idade, que representa a burguesia *yoruba*, organizada no Partido da Unidade da Nigéria (UPN). O terceiro grande candidato é o veterano dirigente nacionalista *ibo*, Nnamdi Azikiwe, de 77 anos de idade, fundador do Partido Popular da Nigéria (NPP). Awolowo, também conhecido popularmente como "Awo", e Azikiwe, cujo apelido é "Zik" decidiram em maio de 82 criar uma frente chamada Aliança Popular Progressista (PPA), englobando mais dois outros partidos menores com o objetivo de enfrentar unidos a candidatura de Shagari.

A PPA não conseguiu no entanto eliminar o personalismo e o carisma de seus principais dirigentes. A aliança mostrou com o passar do tempo que ela não passa de um acordo operacional, destinado a ratear postos eletivos depois da votação, sem ter conseguido qualquer tipo de programa unificado. Foi sobretudo uma tentativa dos dirigentes da UPN e do NPP de tentar ganhar a nível nacional, os votos dos partidos menores como o Partido da Redenção Popular (PRP) e o Partido Popular da Grande Nigéria (GNPP), cuja importância é basicamente regional. Uma prova disto é que a PPA nem chegou a ser registrada oficialmente.

Manobras eleitorais

A campanha eleitoral inicia-
no. 56 — julho — 1983

da há quase dois anos foi basicamente um esforço dos três principais candidatos para conseguir eleitores fora de suas respectivas áreas de influência étnico-religiosa. Assim, o presidente Shagari, que representa os interesses agrícolas do norte, teve como principal preocupação ganhar votos na rica região sudoeste, dominada pelos *ibo* e onde estão concentradas as principais reservas de petróleo da Nigéria. Para neutralizar seus adversários, o candidato do NPN promoveu uma reconciliação sensacionalista com o general Ojukwu, o líder da fracassada rebelião separatista dos *ibo* em 67/70 e que ficou conhecida como a guerra de Biafra. Ojukwu voltou a Lagos após treze anos de exílio, foi anistiado pelo governo e logo em seguida começou a fazer campanha por Shagari.

O regresso do ex-rebelde de Biafra não chegou a causar grandes transtornos eleitorais para Nnamdi Azikiwe, considerado o precursor do nacionalismo nigeriano e o arquiteto da criação da PPA. "Zik", através dessa aliança, deseja expandir a influência do NPP em direção ao oeste, onde o "chefe" Awolowo é o líder majoritário, e para o norte, onde o PRP, também formado por muçulmanos *haussa*, disputa o poder político com o NPN de Shagari. É finalmente, Awolowo (UPN) quer tirar dividendos eleitorais da aliança com o seu arquirival Nnamdi Azikiwe aproveitando-se do fato de que este, por causa da idade, provavelmente não ganhará as eleições, ou se vencer, possivelmente não terá condições de completar o mandato de quatro anos.

"Zik" e "Awo", mesmo nominalmente aliados, decidiram manter as suas candidaturas, certos de que nenhum dos três principais aspirantes à presidência obterá maioria absoluta no primeiro escrutínio. Assim, na segunda votação, o menos votado cederia o lugar para o outro,



Azikiwe e Awolowo (ao lado, na ordem), os dois outros candidatos. Acima, flagrante da "guerra de Biafra"

numa complicada negociação que envolveria também os resultados das eleições para governador nos 19 estados e para as duas casas do Congresso Nacional. Só que o governo, num lance de raro oportunismo político, mudou o calendário eleitoral. Em vez da eleição presidencial ser realizada no último domingo de agosto, como é a tradição, ela passará a ser a primeira, seguindo-se as votações para governador (13 de agosto), para o Senado (20/8), Câmara de Deputados (27/8) e Assembléias Estaduais (3/9).

A jogada do governo complicou os planos da PPA, mas tanto Awolowo como Azikiwe decidiram manter a combinação. Awolowo está em segundo lugar nas pesquisas, logo abaixo de Shagari. Ele seria portanto o principal beneficiado num segundo escrutínio. Azikiwe, que está em ter-

ceiro lugar nas sondagens, aparentemente já se conformou com a possível perda da chance de encerrar sua longa carreira política como presidente pela segunda vez, e prefere montar uma sólida base parlamentar e provincial para que seu partido, o NPP mantenha uma influência preponderante no governo.

Três estilos políticos

Nessa batalha de três "vedetes" políticas, cada um se apresentou com características bem marcadas. O fazendeiro Shehu Shagari usou todo o poder e a influência do governo para se apresentar como um homem acima das divergências étnicas e econômicas. Por ser o mais jovem dos três, com um passado político relativamente opaco, ele não está tão marcado pelas velhas rivalidades étnicas como seus dois

opositores. Shagari se apresentou também como o grande fiador de aliança entre interesses econômicos nacionais e internacionais (ele foi diretor da *Peugeot* e da *ITT* em Lagos) e como um crítico intransigente do *apartheid* sul-africano. Ele jogou toda a culpa da crise econômica nas oscilações do mercado internacional de petróleo e lançou como grande bandeira nacional uma "revolução ética" destinada a combater a notória corrupção no serviço público nigeriano.

Já Obafemi Awolowo usou a inflamada oratória e poder de mobilização para atacar o ponto frágil do governo: a alta do custo de vida e o pobre desempenho de Shagari no cumprimento dos ambiciosos planos anunciados durante a campanha eleitoral de 1979. Awolowo acusou o partido oficial NPN de ser o "partido do dinheiro" e não se cansou em revelar que o governo não chegou nem perto da promessa de construir duas mil unidades habitacionais em todo o país, tornar a Nigéria auto-suficiente em alimentos e reduzir drasticamente o desemprego. A campanha do líder do UPN se concentrou na denúncia da responsabilidade do governo na deterioração da economia nigeriana, cujas reservas monetárias caíram de cinco bilhões de dólares em 79, para apenas 500 milhões de dólares em 83.

Nnamdi Azikiwe centrou a sua propaganda política em torno da imagem de "pai da pátria" construída pelo líder do NPP ao longo de sua carreira nacionalista iniciada em 1950. Ele também denunciou o empobrecimento do país, acusou o governo de fechar os olhos para a crise e prometeu relançar a Nigéria na "estrada do crescimento econômico" através do pleno emprego, escolas e hospitais grátis e fim dos privilégios no serviço público. Mas tanto "Zik" como o "chefe" Awolowo evitaram levar as críticas para o terreno ideológico,

da mesma forma que não questionaram a dependência econômica do país em relação ao petróleo e nem propuseram alternativas para a deterioração quase irreversível da agricultura.

Embora a crise econômica tenha sido amplamente utilizada na campanha eleitoral, ela não chegou a ganhar mais importância do que os personalismos e partidarismos durante os comícios políticos. Só os sindicatos e o PRP (o único dos cinco maiores partidos nigerianos, com inclinações socialistas) é que exigiram mudanças estruturais profundas para sair das dificuldades econômicas atuais.

A crise econômica

Depois de um período de euforia que começou em 73 com a primeira crise do petróleo, a Nigéria enfrenta hoje uma situação econômica desanimadora e extremamente complexa. Nesses dez anos, o PNB cresceu 24%, mas ficou abaixo do índice de crescimento demográfico, o que significa dizer que a renda per capita diminuiu apesar do país ter faturado muito com o petróleo. Em 73, a indústria contribuiu com 4,4% do PNB, índice este que aumentou para 8,6% em 81. Mas no mesmo período, a mineração caiu 8% e a agricultura 10%. Em consequência, a Nigéria que era exportador de comida em 1970 passou a ter que importar alimentos.

No início da euforia, o governo esperava que os lucros do petróleo serviriam para diversificar a economia tornando-a menos dependente do petróleo. Dez anos depois, a realidade é completamente outra. A Nigéria depende em 90% das suas exportações de combustíveis. A produção de petróleo baixou de 2.250 mil barris diários para apenas 1.300 mil e até o final do ano deve cair para apenas um milhão de barris diários. O governo, que esperava ganhar 25 bilhões de

dólares por ano com a venda de petróleo, ganhou apenas 15 bilhões em 82, e não deve receber mais do que 11 bilhões até o final do ano.

A queda do valor das exportações provocou o agravamento do déficit comercial e consequentemente dificuldades no pagamento da dívida externa que passou de um bilhão e meio de dólares em 75 para onze bilhões de dólares em 82. Isto obrigou o governo a bater às portas do Fundo Monetário Internacional em busca de uma renegociação da dívida e um empréstimo adicional de quatro e meio bilhões de dólares para pagamento de débitos vencidos. Apesar disso, a Nigéria não está numa situação de falência igual à do México e Brasil.

E como sempre acontece com países em dificuldades, foi adotado um programa de austeridade, seguindo o receituário clássico do FMI. As importações foram drasticamente reduzidas e congelados numerosos projetos oficiais através dos quais o presidente Shagari pretendia reduzir o desemprego de 20% da mão-de-obra útil. Hoje, a renda de um operário médio caiu para menos de 65 dólares mensais, dos quais a metade é gasta com comida, cujo preço subiu 160% nos últimos 12 meses.

Durante toda a campanha eleitoral, os três candidatos se preocuparam em evitar que as velhas rivalidades regionais resurgissem de forma mais violenta e incontrolável. Houve uma espécie de pacto mútuo para não mexer com demasiada profundidade nas feridas nacionais, ainda não cicatrizadas após a guerra de Biafra, onde morreram mais de dois milhões de pessoas. Mas qualquer que seja o resultado das eleições presidenciais, o eleito terá que governar um país em crise. Uma crise estruturalmente muito mais grave do que a existente antes do início da rebelião separatista dos *ibo* em 1967. (Carlos Castilho) ●

Uma nova mudança de guarda

Um outro golpe de estado no Alto Volta mantém a tradição de instabilidade política no país

Gabriel Omotozo/Carlos Castilho

Após o terceiro golpe militar em três anos, o Alto Volta caminha para um novo e imprevisível período de instabilidade política, que deve ter reflexos profundos nos seis países vizinhos. No dia 17 de maio, o major-médico Jean Baptiste Ouedraogo mandou prender e depois demitiu o capitão Thomas Sankara, primeiro-ministro do Alto Volta. O golpe marcou uma nova escalada nos conflitos entre mili-

tares conservadores e reformistas, que participaram juntos da derrubada do coronel Saye Zerbo em novembro de 1982.

O major Ouedraogo, um obscuro militar escolhido para chefiar o governo depois da queda de Zerbo, é apoiado por militares anticomunistas e pelos setores econômicos ligados aos interesses franceses. Ouedraogo prometeu realizar eleições gerais em 1984, fixando em dois anos o

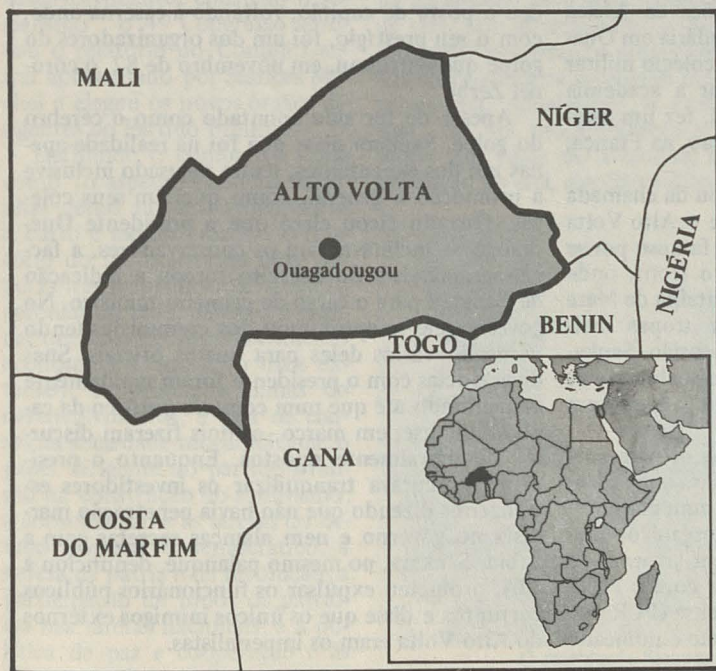
período em que pretendia consolidar o seu poder e reorganizar a vida política do país. Os militares reformistas liderados por Sankara interpretaram no entanto o período de transição como uma fase destinada a promover reformas sociais profundas.

O conflito se agravou a partir de janeiro quando Sankara passou a ser primeiro-ministro e começou a conduzir uma política interna e externa divergente da utilizada pelo major Ouedraogo. Este se aliou aos governos conservadores da Costa do Marfim e Níger, enquanto o capitão Sankara se aproximou dos governos progressistas de Gana e da Líbia. A diferença de orientação trouxe o problema para dentro do Conselho de Salvação Nacional, o organismo político mais importante do país e que foi criado logo após o golpe de 1982. O Conselho é composto de 120 militares, metade deles suboficiais.

Ao depor o capitão Thomas Sankara, o governo desafiou os membros da facção militar contrária ao major Ouedraogo. Logo após o golpe, não houve resistência militar significativa, mas aumentaram os indícios de que um novo confronto pode ocorrer a qualquer momento. Sankara, que se tornou nacionalmente conhecido como herói durante o conflito fronteiriço de 1974 com o Mali, teve seu prestígio aumentado rapidamente depois de sua prisão no dia 22 de maio passado. Vários oficiais já tramam abertamente o seu retorno ao poder, classificando-o como o "salvador do Alto Volta".

Pressões dos vizinhos

Além das divergências político-ideológicas entre o presidente e o agora ex-premiê, um dos pontos que teve influência direta no golpe foi a aproximação de Sankara com o governo de Muammar Khadafi. Sankara esteve na Líbia em fevereiro, numa



visita inicialmente prevista para durar 48 horas mas que acabou se prolongando por uma semana, durante a qual foram assinados vários acordos comerciais, ao mesmo tempo em que a Líbia se comprometeu a emprestar dez milhões de dólares para reequilibrar o déficit orçamentário do Alto Volta, e a doar 30 mil toneladas de cimento.

Em abril, Sankara convidou Muammar Khadafi a visitar Ouagadougou (capital do Alto Volta), durante uma viagem do dirigente líbio por países da África Ocidental. O presidente do Alto Volta só soube da visita vinte e quatro horas antes da chegada de Khadafi. A aproximação do primeiro-ministro com o dirigente líbio provocou imediatas reações de países como Costa do

Marfim e Níger que ameaçaram em abril fechar as fronteiras com o Alto Volta, um país que não tem acesso ao mar. Além disso, o major Ouedraogo enfrentou posições francamente hostis na Costa do Marfim, cujo presidente, Félix Houphouët-Boigny, se recusou a receber em Abidjan o seu colega do Alto Volta, por causa das ligações do capitão Sankara com a Líbia.

As pressões dos países vizinhos e também de potências ocidentais como a França se tornaram abertas no começo de maio, quando o assessor especial do presidente François Mitterrand foi a Ouagadougou, numa visita que sintomaticamente coincidiu com a prisão do capitão Sankara. Segundo assessores e amigos do ex-primeiro-ministro, ele não

teve a necessária malícia e nem habilidade para contornar as resistências internas e com isso acabou dando o pretexto para que fosse afastado do governo. Apesar disso, o prestígio de Thomas Sankara continuou grande principalmente entre os sindicatos e estudantes, que organizaram manifestações de rua contra o golpe do presidente Ouedraogo.

O chefe do governo prometeu antecipar as eleições para dentro de seis meses, acenando também com uma anistia, na tentativa de neutralizar os adeptos do capitão Sankara. Mas entre os suboficiais do Alto Volta comenta-se abertamente que o deposto primeiro-ministro será o novo presidente da República. Falta apenas marcar a data do golpe ou das eleições.

SANKARA, O CAPITÃO

□ O capitão Thomas Sankara tem 34 anos de idade e sua família pertence à etnia mossi, a mais antiga do Alto Volta e a responsável por uma das mais avançadas civilizações da África Central. Frequentou a escola secundária em Ouagadougou, onde cursou também o colégio militar preparatório. Depois de frequentar a academia militar de Madagascar entre 70/72, fez um estágio na escola de pára-quedistas de Pau, na França, e depois em Rabat, no Marrocos.

De volta a seu país, ele participou da chamada "guerra dos pobres" entre o Mali e o Alto Volta em 1974. Na ocasião, ele se tornou famoso por se apresentar como voluntário para o front, onde sua unidade ficou conhecida pela batalha de Mare de Soum, ao enfrentar e vencer tropas mais numerosas e melhor armadas. Na ocasião, Sankara, então um tenente, comandou pessoalmente os combates exigindo que seus homens o seguissem a qualquer preço.

Fimda a guerra, ele foi comandar os pára-quedistas voltenses na localidade de Pô, onde além de chefe militar ele era guitarrista num conjunto musical de soldados. Na época ele organizou mutirões de soldados e camponeses em lavouras de milho. Passou também a simpatizar com o Partido Comunista Revolucionário Voltense (PCRV).

Em 1980, foi promovido a capitão e nomeado

secretário de Estado para a Informação no governo do coronel Saye Zerbo. Em vez do apartamento oficial reservado aos altos funcionários do governo, Sankara preferiu morar num bairro pobre da periferia da capital do Alto Volta. Em maio de 1982 ele se demitiu acusando o governo de corrupção e exploração do povo. Como punição perdeu o posto de capitão, voltando à caserna onde, com o seu prestígio, foi um dos organizadores do golpe que derrubou, em novembro de 82, o coronel Zerbo.

Apesar de ter sido apontado como o cérebro do golpe, Sankara disse que foi na realidade apenas um dos executantes, tendo recusado inclusive a promoção a general, como queriam seus colegas. Quando ficou claro que o presidente Ouedraogo se inclinava para os conservadores, a facção progressista do exército forçou a indicação de Sankara para o cargo de primeiro-ministro. No governo, ele se aproximou dos comunistas tendo nomeado vários deles para postos oficiais. Suas divergências com o presidente foram rapidamente aumentando até que num comício político da capital voltense, em março, os dois fizeram discursos diametralmente opostos. Enquanto o presidente procurava tranquilizar os investidores estrangeiros dizendo que não havia penetração marxista no governo e nem alianças secretas com a Líbia, Sankara, no mesmo palanque, denunciou a CIA, prometeu expulsar os funcionários públicos corruptos e disse que os únicos inimigos externos do Alto Volta eram os imperialistas.

4.º Congresso da Frelimo

Exterminar a fome, construir o socialismo

O combate à fome foi uma das questões dominantes do 4º Congresso, que se realizou em fins de abril passado, em Maputo. Questões relativas ao poder e à luta internacionalista foram ainda motivo de longa discussão

Baptista da Silva/Carlos Pinto Santos

Com a participação de cerca de 700 delegados representando 110.323 membros do Partido e quase 150 convidados de 65 organizações estrangeiras de 54 países, decorreu de 26 a 30 de abril passado, em Maputo, o 4º Congresso da Frelimo.

Subordinado ao lema "Defender a pátria, vencer o subdesenvolvimento, construir o socialismo", o 4º Congresso aprovou o relatório do Comité Central apresentado por Samora Machel e elegeu os novos órgãos dirigentes do Partido Frelimo.

Definindo o combate à fome como "o aspecto essencial das linhas gerais do desenvolvimento a curto e médio prazos", o relatório do CC consta de nove importantes capítulos: a situação colonial no país; balanço e grandes questões do desenvolvimento económico e social (o mais extenso); as principais linhas do desenvolvimento; a luta de classes na sociedade moçambicana; o papel dirigente do partido Frelimo na construção do socialismo; a consolidação e as tarefas do Estado popular e democrático; a defesa da pátria e da revolução; a participação de todos os patriotas nas tarefas nacionais; e a política de paz e cooperação e as tarefas no plano internacional.

Transmitido diretamente pela rádio e pela televisão, excetuando a sessão de eleição dos órgãos dirigentes, o Congresso fez o balanço de sete anos de independência, comparando números da época colonial com os atualmente alcançados. Assim, a conclusão global aponta para o fato de a independência de Moçambique ter garantido "uma nova maneira de viver sem discriminação e sem opressão" provocando profundas transformações na sociedade moçambicana. Atualmente já existem 250 mil moçambicanos vivendo em casas de alvenaria, a produção do chá, algodão e cítri-

cos sofreu um crescimento significativo e a área do setor agrário estatal passou de 100 para 140 mil hectares. Significativos são os números na educação: em 1975 havia 672 mil crianças frequentando escolas primárias, sendo hoje esse número da ordem de 1.330 mil.

De 1975 para cá, 430 mil moçambicanos fizeram a 4ª série e, nas escolas secundárias, de 23 mil estudantes passou a haver 94 mil. As escolas passaram de 33 para 121 e formaram-se 10.200 professores primários.

Culminando um processo iniciado há cerca de um ano de distribuição de sementes e utensílios agrícolas aos setores familiar e cooperativo, o relatório do CC considerou ser a prioridade atribuída a esses setores — paralelamente a uma correta política de preços — o passo fundamental para a eliminação da fome no país. "A questão agrária coloca-se hoje como uma das questões fundamentais de desenvolvimento económico e social e de consolidação da revolução moçambicana", diz o relatório, que salienta mais adiante serem os pequenos projetos de curto e médio prazos, aqueles que melhor correspondem às necessidades imediatas do país. Mas para uma solução eficaz da crise económica moçambicana



O presidente Samora Machel desfralda a nova bandeira do Partido Frelimo, adotada no 4º Congresso

Foto: Anders Nilson

é necessária uma "ligação permanente e equilibrada entre os pequenos e os grandes projetos, o que permitirá a solução desses problemas e conduzirá à erradicação definitiva do subdesenvolvimento".

O poder em Moçambique é dos trabalhadores

"O poder que se criou no nosso país, com a Independência Nacional, é o poder dos trabalhadores. A classe operária, força dirigente da Revolução, e o campesinato, força principal da Revolução, aliaram-se na luta contra a

exploração do homem pelo homem e pela edificação do socialismo", diz o relatório, que aborda em primeiro lugar o caráter socialista da revolução, seguindo-se as tentativas do imperialismo para "promover na sociedade moçambicana forças que pudessem constituir alternativas políticas à Frente de Libertação de Moçambique". O documento caracteriza ainda Pretória como o centro da desestabilização na área: "os bandidos armados, destacamento avançado do exército sul-africano, são o principal instrumento operativo da ação inimiga na fase atual".

Mas o poder moçambicano seria ainda tema de debates ao longo dos trabalhos do 49 Congresso da Frelimo. Uma intervenção do veterano combatente Paulo Nchumali, durante a qual afirmou estarem as mais altas esferas do Partido e do Estado "infiltradas de inimigos", suscitaria alguns reparos por parte de Samora Machel, numa intervenção improvisada, no penúltimo dia do Congresso. "O nosso Estado não está muito infiltrado, está é corrompido. Não é uma questão de o aparelho de Estado estar diretamente ligado ao inimigo, é sobretudo uma questão de conforto". Para melhor exemplificar essa sua observação, o presidente Machel relatou a sua primeira experiência no Palácio da Presidência, provocando um clima ameno entre os congressistas, devido ao seu tom bem humorado. "Eu vim da guerrilha habituado a comer farinha. Logo no primeiro dia, os criados vieram perguntar-me se desejava tomar o café da manhã na cama. Depois dessa experiência chamei todos os empregados e cortei esse esquema". Depois de dar instruções para que o café da manhã passasse a consistir num prato de arroz com amendoim, Samora Machel verificou que os empregados lhe respondiam, desapontados, "não existirem no palácio panelas próprias para fazer essas comidas. "Quando começamos a luta armada, uma minoria entre nós aceitou sacrifícios para defender a maioria" e, salientando as difíceis metas que se colocam e que têm que ser cumpridas, Samora Machel assinalou: "As deserções podem começar aqui e agora. Deixemos que se vão, quer sejam ministros, diretores nacionais ou secretários de Estado. Quero que sejam vocês a dizer "No meu ministério não posso implementar essas diretrizes". É bom sabermos com quem podemos contar. É melhor sermos poucos e bons do que muitos e maus".

OS ÓRGÃOS ELEITOS

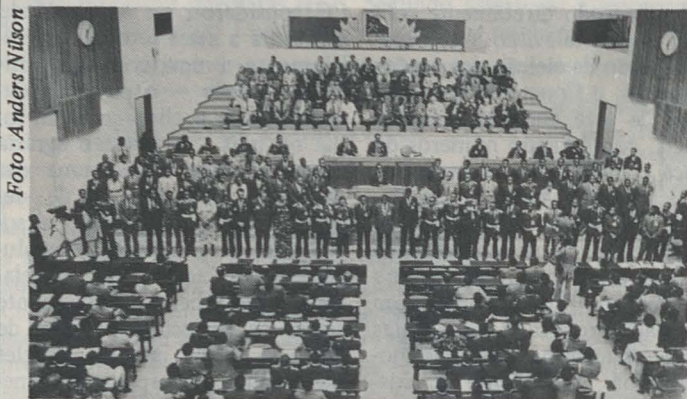


Foto: Anders Nilson

O novo Comitê Central da Frelimo

Composição do Birô Político

Samora Machel, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, Joaquim Chipande, Armando Guebuza, Jorge Rebelo, Mariano Matsinhe, Sebastião Mabote, Jacinto Veloso, Mário Machungo e João Óscar Monteiro.

Composição do Secretariado do Comitê Central

Samora Machel, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano, Jorge Rebelo, Armando Panguene e José Luís Cabaço.

O Comitê Central

No início da última sessão foi eleito o novo Comitê Central do Partido Frelimo que de 67 membros passou a ser composto por 130.



Na sessão de encerramento do Congresso, centenas de crianças cantaram e ofereceram flores homenageando os congressistas

Depois de revelar que alguns ministros poderão ter que deixar os ministérios passando a dirigir fábricas, por poderem ser estas últimas mais importantes e necessitarem de maior qualificação de quadros, o presidente Machel disse: "Isso não vos deve levar a protestar. Alguns vão pensar — Mas agora vou perder o direito a um Volvo branco e passo a andar de Peugeot ou Lada? O poder corrompe, não é?"

Paz e cooperação

No capítulo relativo às tarefas internacionais, especial relevo merece a vitória do povo do Zimbábue, classificada no relatório como "a mais significativa vitória" para Moçambique. Aliás, Robert Mugabe, primeiro-minis-

tro do Zimbábue, foi um dos oradores estrangeiros durante o Congresso, tendo afirmado que "os guerrilheiros da Frelimo serviram como modelo à Zanu (União Nacional Africana do Zimbábue) e outros movimentos nacionalistas na sua luta contra o inimigo colonial", tendo ainda agradecido o apoio da Frelimo à luta de libertação nacional do Zimbábue e reafirmado a sólida amizade existente entre ambos os povos.

No seu terceiro dia de sessão, o Congresso aprovou os novos hino e emblema do partido. A bandeira é vermelha, com um martelo e uma enxada cruzados e uma estrela no canto superior esquerdo. O emblema é de forma retangular, fundo vermelho e representa uma bandeira desfraldada. O refrão do hino é: "somos

soldados do povo/marchando em frente/contra a burguesia".

O Congresso terminou na noite do dia 30 de abril com a entrada no recinto de milhares de crianças cantando, dançando e oferecendo flores aos congressistas. Anteriormente, Samora Machel lera um breve discurso no qual recordou a importância dos veteranos da luta armada que "deixaram nos tapetes desta sala os passos do nosso passado histórico. Neles, todos os moçambicanos encontram a sua raiz". Com particular emoção, o presidente da República Popular de Moçambique recordou Eduardo Mondlane, "exemplo de rebeldia contra a opressão e a exploração", tendo acrescentado que, prosseguir o trabalho de Mondlane é "erguer a bandeira vermelha da revolução socialista". ●



O 3º Mundo está ligado na Codecri!



África Arde — Carlos Comitini
ref. 02-T — 360 pág. — Cr\$ 2.000,00

UN DESENVOLVIMENTO POLÍTIKO E KÔNOMIKO E KULTURAL KOME OS REKIMENKOS O KOLÔNIAKIO O KAMPUSANO E OS SIKREKIVIMENKOS

SEBASTIÃO NERY

na Sibéria, El Salvador, Nicarágua e Outros Mundos

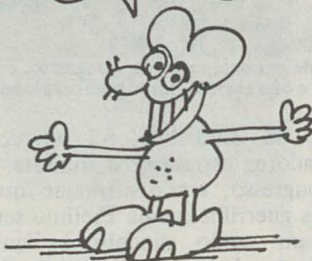
Na Sibéria, El Salvador, Nicarágua e Outros Mundos — Sebastião Nery
ref. 148 — Cr\$ 1.200,00



Rodésia, a Última Colônia — Carlos Castilho
ref. 06-T — 124 pág. — Cr\$ 900,00



Amílcar Cabral/A Arma da Teoria — Carlos Comitini (coord.)
ref. 04-T — 96 pág. — Cr\$ 700,00



O Caminhar da Igreja com os Oprimidos — Leonardo Boff
ref. 05-T — 254 pág. — Cr\$ 1.750,00

COMPRE OS CINCO LIVROS E TENHA UM DESCONTO ESPECIAL DE Cr\$ 1.000,00!!!

NÃO MANDE DINHEIRO AGORA ENVIE HOJE MESMO

CERTIFICADO DE RESERVA

EDITORA CODECRI LTDA.

Rua Saint Roman, 142 — Copacabana
22.071 — Rio de Janeiro — RJ
Serviço de Reembolso Postal



SIM, quero receber o quanto antes o(s) exemplar(ês) assi nalado(s).

Pedindo todos os cinco livros, terei um desconto de Cr\$ 1.000,00 no preço total.

02-T	04-T
05-T	06-T
148	

NOME _____

ENDEREÇO _____

CEP _____ CIDADE _____ Est. _____

ASSINATURA _____

Reagan e os índios

As boas intenções do "mocinho"

A política "indigenista" da atual administração norte-americana, guardando-se as peculiaridades de cada situação, não difere muito daquela praticada pelos "pioneiros" na colonização do oeste norte-americano

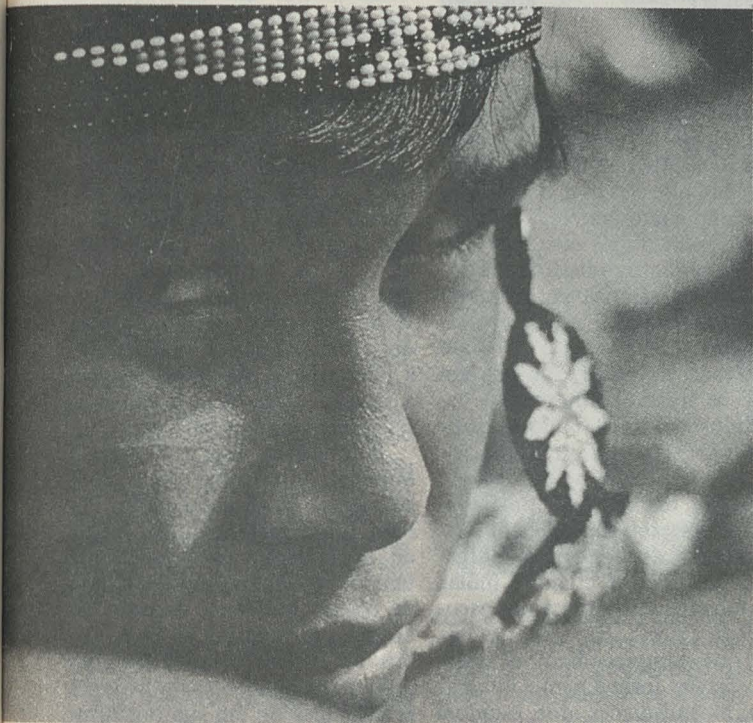


Foto: Steve Raymer

Os comentários ou notícias referentes à mais reduzida das minorias norte-americanas — aquela formada pelos índigenas ou "americanos nativos" — sempre mantiveram um caráter esporádico. Isso reflete o desconhecimento e a desatenção dos problemas que os únicos habitantes originários do suposto *melting pot* ou "crisol de

raças" formado pela população dos Estados Unidos têm enfrentado, desde a colonização da América do Norte.

As idéias sobre a vida e os objetivos desse grupo populacional e sobre a sua participação na sociedade são frequentemente preconceituosas ou então tentam justificar as carências que os índios norte-americanos tive-

ram de enfrentar nos Estados Unidos.

Esse grupo populacional, que sofreu as consequências da expansão do território e da economia capitalista dos Estados Unidos desde a sua independência até o primeiro pós-guerra, teve que enfrentar depois o questionamento de sua forma de vida, de propriedade e de sua própria cultura, tanto por parte daqueles que procuram isolá-los ou eliminá-los quanto por parte de quem pretende a sua assimilação aos padrões sócio-culturais da maioria branca norte-americana.

No entanto, sua organização política é diferente da de outros grupos étnicos, pois coincide com os princípios liberais que deram origem à nação americana, respeita os acordos e leis e funciona democraticamente. À luz desses princípios, portanto, é uma minoria que luta e reivindica os seus direitos cerceados.

Uma de suas particularidades consiste em que a sociedade indígena manteve, ao longo dos séculos, uma forma de propriedade comunal que, por carecer do espírito individualista (tão arraigado no *american way-of-life*), incomoda o *establishment* norte-americano.

Uma "política indigenista" oficial deveria, pois, considerar a natureza particular dessa comunidade e não incluí-la simplesmente num programa geral da administração federal. Essa abordagem só aprofundará os problemas sócio-econômicos que resultam de um tratamento inadequado a essa minoria, o que vem ocorrendo durante esses 200 anos.

O presente artigo se baseia, entre outros, em dados publicados pelo boletim do Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), do México, "Estados Unidos: perspectiva latino-americana", vol. 8, nº 4, de abril de 1983.

Um pouco de história: das "nações" às reservas

Ao se iniciar a colonização na América do Norte, o território dos Estados Unidos abrigava uma população indígena de 12 milhões de habitantes (só em termos de comparação, na época da independência, a população da União era de quatro milhões de pessoas). Aproximadamente 400 etnias com culturas e línguas bem diferenciadas mantinham contatos comerciais entre si e se achavam reunidas em confederações que congregavam várias tribos ou "nações" índias, embora sem as características de organização, centralização, hierarquização e desenvolvimento das culturas indígenas do México e do Peru.

Esses antecedentes permitiram que as nações indígenas norte-americanas vissem a negociação com culturas distintas — como era a dos colonizadores ingleses — de maneira absolutamente normal, como coisa comum. Os ingleses, por sua vez, logo reconheceram a soberania das nações sobre os territórios explorados e iniciaram a tradição de assinarem tratados com os nativos, política essa que se mantém até os dias de hoje (ainda que nem sempre esses tratados sejam depois respeitados...)

O artigo 1º da Constituição norte-americana (seção 8) estabelece: "O Congresso terá a faculdade (...) de regular o comércio com as nações estrangeiras, entre os estados e com as tribos indígenas". Essa autonomia seria confirmada em 1831 pela Corte Suprema, que considerou a reserva *cherokee* como uma "nação interna independente", e em 1832, como "comunidade política distintiva independente". Essa definição foi estendida às demais reservas. As nações indígenas, por sua vez, tentariam fazer valer essa autonomia apesar do transcurso do tempo e das sucessivas agressões de que fo-



As novas gerações indígenas lutam contra o paternalismo governamental...

ram objeto.

Durante a "corrida para o oeste" (o *far-west*), os tratados foram violados e substituídos por outros. O objetivo era recluir as populações nativas em áreas limitadas que são conhecidas desde então como "reservas".

Na primeira metade do século 19, os assuntos relativos aos índios norte-americanos passaram a ser controlados pelo Departamento do Interior. De 1870 até a década de 1920 é a fase em que os maiores abusos são cometidos contra a minoria indígena: negam-lhe o direito ao voto, impedem-lhe o uso do "passe" para sair das reservas, proibem-lhe de exercer sua religião, desconhecem as lideranças indígenas, proibem as crianças índias de falarem seu idioma nas escolas brancas etc. Em 1907, as terras que compreendiam as reservas foram formalmente integradas às jurisdições dos estados, pondo fim aos últimos resquícios de autonomia.

Assimilação

Depois da 1ª Guerra Mundial inicia-se uma nova fase na política governamental indigenista, com o reconhecimento da difícil situação da população nativa e os consequentes esforços para a sua assimilação. Assim, em 1924,

concede-se a cidadania e o direito de voto, admitindo-se que seu direito à propriedade comunal seria respeitado. Mas, com a crise de 30 — a "depressão" do capitalismo — reduziram-se os impulsos e os alcances da política assimilacionista, até que com o programa do *New Deal*¹ promulgou-se a Lei da Reorganização Índia que tentava fortalecer o autogoverno das tribos, embora impondo certas formas de organização e liderança, e procurava renovar a relação entre os governos norte-americanos e os nativos.

Novamente, com a 2ª Guerra Mundial, interrompeu-se o pouco que se havia conseguido. Porém, foi-se gestando uma forma de organização índia com pretensões nacionais, embora a falta de coesão indígena, derivada de diferenças objetivas entre as tribos ou nações (tanto do tipo geográfico quanto nas atividades econômicas ou em sua organização política e social, inclusive diferenças do tipo religioso e físico-étnico), tenha contribuído para o enfraquecimento de suas pretensões de unidade.

O ativismo político que caracterizou os anos 60 também teve

¹ *New Deal* — "Novo Acordo", expressão usada para descrever as atitudes e atividades políticas da administração do presidente Franklin D. Roosevelt.

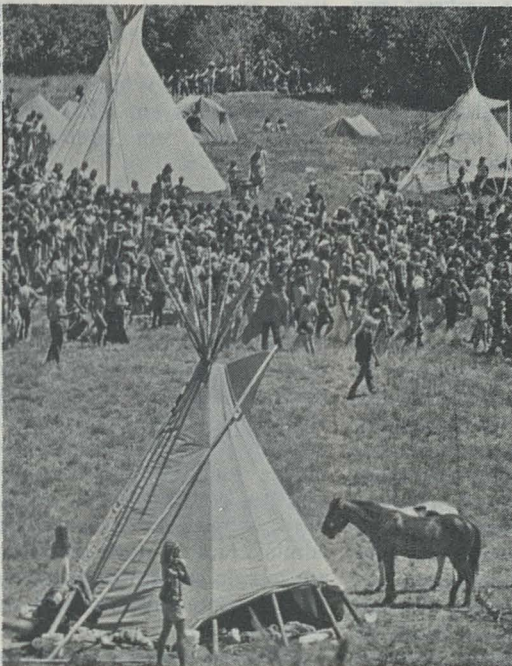


sua expressão nas comunidades dos índios norte-americanos. Jovens nativos educados e de procedência urbana (aproximadamente a metade da população nativa já vivia nas cidades) fundaram formalmente o *National Indian Youth Council* (Conselho Nacional da Juventude Indígena). Tratava-se de um grupo de jovens que se opunha ao paternalismo governamental e ao tipo de liderança negociadora nas tribos, desenvolvendo um ativismo político que chamaram de "poder vermelho". Num primeiro momento as manifestações políticas desse grupo favoreceram grandemente a difusão de seus problemas entre o público norte-americano; mas, no final dos anos 60, também tinham provocado divisões no seio da comunidade indígena.

Reunificação e fortalecimento

Por sua vez, os indígenas das reservas que tentavam se opor à influência dos "educados", formaram a *National Tribal Chairmen's Association* (Associação Nacional dos Chefes-Tribais), a qual contribuiu para a pacificação do ambiente político, proporcionando a reunificação indígena e o fortalecimento de sua posição no governo federal e diante da sociedade. Em 1968, a Lei dos Direitos Cívicos dos Índios e, em 1975, a Lei de Autodeter-

Foto: Gamma



minação dos Índios aceitam que os programas governamentais anteriores foram prejudiciais e concedem aos nativos o direito de "controlar suas relações entre eles próprios e com os governos, organizações e pessoas não-indígenas". Foram devolvidos, assim, pelo Congresso, 192 mil hectares de terra pertencentes a reservas de 18 tribos.

Nos últimos 20 anos, houve maior atividade judicial relativa aos índios do que em qualquer outro período anterior. Por sua vez, os grupos radicais ficaram mais marginalizados e o grosso

...e encontraram, no regresso às suas tradições, uma espécie de herança perdida durante o período da "corrida para o oeste"

dos jovens índios educados e de procedência urbana encontrou no regresso às reservas ou no respeito às mesmas, uma espécie de herança perdida que os fez dirigir para aí o seu ativismo. Ao mesmo tempo, a atitude reivindicativa dos líderes índios aproximou mais as duas posições.

A política "indigenista" de Reagan

Os analistas que procuraram examinar a política indigenista do atual governo concluem que a administração norte-americana

não elaborou realmente uma política particular com relação à população indígena. Tentam-se aplicar automaticamente os princípios gerais da política econômica às reservas, o que faz com que eles resultem mais inapropriados que para o restante da população norte-americana. O corte orçamentário (pedra-de-toque da política econômica da atual administração dos Estados Unidos, cortes esses fundamentalmente em gastos sociais) e o *New Federalism*² podem provocar sérios problemas sociais, o que os torna quase impraticáveis. A metade dos fundos das comunidades indígenas provém de programas federais, que sofrem cortes ou são eliminados, e não existe uma base de arrecadação de impostos para que a reserva indígena recupere e administre seus próprios recursos, como estabelecem os novos programas dos *block grants* do Novo Federalismo. Cabe lembrar que os governos estaduais da União — possíveis fontes de ajuda econômica — não podem arcar com essas responsabilidades, já que eles próprios enfrentam problemas de cortes no orçamento, além de nunca terem sido responsáveis por políticas voltadas para as comunidades nativas.

No orçamento que Reagan propôs para o ano fiscal de 1982, se considerava o corte ou a eliminação dos programas de ajuda aos índios, principalmente os que não estivessem controlados pelo Escritório de Assuntos Indígenas do Departamento do Interior. A proposta era abolir as entidades de assessoria e ajuda aos índios e foram suspensos os compromissos do governo de assumir determinados gastos, derivados da Lei de Autonomia dos

²New Federalism — “Novo Federalismo”, expressão usada para a política da atual administração norte-americana encabeçada pelo presidente Ronald Reagan, que propõe uma brusca transferência dos programas sociais para os governos estaduais.

Índios de 1975. É interessante notar que os programas dirigidos aos indígenas no orçamento do ano fiscal de 1981 aplicados por Reagan constituíram menos de 3% do orçamento aprovado anteriormente pelo ex-presidente Carter.

De 1980 a 1981, a receita per capita da população indígena sofreu uma queda (de 2.200 a 1.700 dólares anuais no caso dos índios *navajo*, por exemplo), enquanto o desemprego cresceu e se manteve num nível várias vezes maior do que a taxa geral. Para 1983, o conjunto de programas federais aplicados em 1982 foram reduzidos em 22%, fundamentalmente em educação e saúde.

Auto-suficiência?

As comunidades indígenas não estavam preparadas para esse retrocesso e apresentam dificuldades para enfrentar o agravamento dos seus problemas econômicos. Por isso, tanto os líderes índios como as pessoas interessadas no estudo dessa comunidade minoritária criticaram a política governamental. Apesar disso, as recentes declarações da administração norte-americana em relação ao problema não significam uma mudança em sua posição.

Durante uma entrevista, em janeiro deste ano, o secretário do Interior James Watt referiu-se à vida nas reservas de maneira depreciativa e afirmou que esse tipo de organização constituía, “mais do que o caso da URSS, o melhor exemplo das falhas do socialismo” e que “os líderes índios estão interessados em conservar isolado esse grupo de pessoas, onde não há trabalho nem agricultura potencial nem água, já que se os índios fossem liberados, sairiam, teriam trabalho e não ficariam com a mão estendida para o governo”.

A 24 de janeiro passado, o presidente Reagan divulgou a sua

política indigenista, a qual na realidade era a continuação das atividades já iniciadas. O objetivo, segundo o seu ponto de vista, seria fazer as reservas “economicamente auto-suficientes”. Concretamente, trata-se de “reduzir a dependência das comunidades aos fundos da União”, o que não é senão um eufemismo para disfarçar a falta de atenção das autoridades federais para com as minorias indígenas. Reagan propôs como forma de desenvolvimento que as reservas admitissem empresas privadas para a exploração de seus recursos.³

Um dia depois, foi realizado o Congresso Nacional dos Índios Americanos, no qual as lideranças indígenas afirmaram que o discurso de Reagan era uma promessa vazia e que significava apenas maiores cortes nos programas dirigidos aos índios. Durante o Congresso, o secretário do Interior se apresentou para desculpar-se das declarações anteriores, afirmando que a política anunciada por Reagan mostrava as boas intenções do governo. No entanto, a formalização dessa política apenas confirma que ela é simplesmente uma tentativa de se subordinar os problemas indígenas à política geral do governo. ●

³Cabe observar que, atualmente, calcula-se que dos 36 milhões de hectares, propriedade das tribos indígenas (distribuídos por 26 estados da União), 21 milhões contêm valiosas matérias-primas: carvão, enxofre, urânio, cobre e petróleo. A exploração desses recursos pelas próprias comunidades tem contribuído para a elevação do nível econômico de algumas tribos, apesar de que muitas vezes elas só têm a concessão de sua exploração. Em todo caso, os intercâmbios já realizados com a Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo) ou a compra de tecnologia avançada, diretamente por parte das comunidades que possuem esses recursos, mostra que elas próprias são capazes de conduzir seus negócios, mesmo que — como muitas vezes se comenta não sem malícia — ainda tenham muito que aprender sobre administração de empresas.

As "miragens" do modelo baseado na exportação

Os resultados obtidos pelo Brasil, México e Coréia do Sul demonstram que a política de exportar a qualquer custo nem produz milagres nem é uma solução para o Terceiro Mundo

André Gunder Frank*

Foto: Georges Gafner



Hong Kong, Singapura, Formosa e Coréia do Sul (a "Gangue dos Quatro") e, às vezes, o México e o Brasil vêm sendo apontados com frequência cada vez maior, como Países Recém-Industrializados (PRIs) cujos "milagres" desenvolvimentistas são tidos como um novo "modelo" de "desenvolvimento induzido pelas exportações" e da estratégia de desenvolvimento

* O presente artigo de André Gunder Frank apareceu no número 33 do boletim bimestral "IFDA Dossier" e o autor autorizou sua publicação em todas as edições de "cadernos do terceiro mundo". O IFDA (Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento), tem sua sede em Genebra e dele participam destacados estudiosos do Norte e do Sul.

que deveria ser adotada pelo Terceiro Mundo. Trata-se de um argumento ouvido frequentemente em círculos governamentais e internacionais que, por isso mesmo, não precisa ser repetido aqui. Por outro lado, convém examinar algumas das limitações, para não dizer falácias, dessa tese em geral e indicar alguns dos motivos pelos quais as particularidades, especialmente da "Gangue dos Quatro", não podem ser generalizadas e aplicadas ao Terceiro Mundo como um todo. Para isso, devemos examinar essa tese do ponto de vista de um sistema mundial.

Em primeiro lugar, quando a tese fala em "milagre" e "modelo", está sendo incoerente, pois uma coisa contradiz a outra. Se a

experiência da Coréia do Sul, de Formosa, de Hong Kong e de Singapura (e, até certo ponto, da região fronteiriça entre México e Estados Unidos e da região de São Paulo, no Brasil) é realmente milagrosa, ou seja, extraordinária e quase inexplicável em termos normais; então não pode propriamente servir de modelo para o resto do Terceiro Mundo, pois seria muito difícil a este último reproduzir as mesmas circunstâncias dessa experiência. Esta limitação tem, pelo menos, dois aspectos: um geral e outro particular.

A inviabilidade do modelo

A limitação geral é que o desenvolvimento induzido pelas exportações de um pequeno grupo de países pequenos e a absorção de suas exportações pelo resto do mundo é uma coisa; e a generalização desse desenvolvimento induzido pelas exportações para esse mesmo resto do mundo (cujos produtos seriam importados por quem?) é outra muito diferente. Consideremos as perspectivas e problemas de exportações ao estilo de Hong Kong e Formosa numa escala chinesa ou indiana, para não falar numa escala de Terceiro Mundo. A mera impossibilidade de tal "modelo" é intuitiva e evidente. A análise do ponto de vista do sistema mundial revelará os motivos "científicos": experiências particulares de crescimento, tais como a desses PRIs, como a da Europa e do Japão no pós-guerra e, de fato, como a própria revolução industrial, não podem — como não puderam — ser generalizadas para o resto do mundo, precisamente por terem ocorrido onde e quando ocorreram, excluindo assim o resto do mundo e impedindo que este fizesse o mesmo. Erich Hobsbawm não precisou de nenhuma "aná-

lise do sistema mundial” para demonstrar que, em 1800, o mundo não comportava mais do que a revolução industrial que ocorreu na Grã-Bretanha. Aparentemente, o que ele tinha em vista eram as limitações da procura que restringiam o desenvolvimento britânico, para não falar do desenvolvimento do resto do mundo. Limitações de procura semelhantes ocorrem com relação aos PRIs, e hoje sabemos que existem também limitações de oferta (em um mês, um quarto da população mundial consome três quartos dos recursos do mundo). Mas, como já foi salientado pela análise do imperialismo, da dependência e do sistema mundial, a própria configuração do desenvolvimento dos países “líderes” tem sido baseada — e, com efeito, tem gerado — na *incapacidade* de ser imitada por grande parte do resto do mundo. O motivo subjacente, segundo a análise do sistema mundial, é que esse desenvolvimento ou essa ascensão é incorretamente visto como tendo ocorrido em determinados países, quando, na verdade, é um dos processos do próprio sistema mundial.

O desenvolvimento induzido pelas exportações dos PRIs é também parte integrante do processo de acúmulo de capital numa escala mundial: a fim de reduzir os custos da produção e permitir um desenvolvimento tecnologicamente mais avançado em outros países, parte da produção que requer grandes contingentes de mão-de-obra (e parte daquela que requer grandes investimentos de capital) é realocada nos países recém-industrializados. Esse processo, porém, está longe de ser isento de problemas, uma vez que gera pressões protecionistas nos países produtores “tradicionais”, agrava os desequilíbrios financeiros e de comércio exterior, e é ameaçado pelo possível colapso do sistema comercial e financeiro mundial, para cuja instabilidade

o próprio processo contribui. E os problemas seriam ainda maiores se houvesse um maior número de países recém-industrializados.

Mas existem muitas outras limitações particulares à generalização do desenvolvimento induzido pelas exportações segundo o modelo da “Gangue dos Quatro”, que são típicas desses países e de outros que possam tentar seguir-lhes os passos.

Todos os quatro países asiáticos recém-industrializados são fundamentalmente caracterizados por terem sido criados e terem sobrevivido por motivos *políticos* muito particulares. Além disso, e por isso mesmo, dois deles são cidades-estados. A Coreia do Sul e Formosa foram evidentemente criados como entidades “independentes” em decorrência da Guerra Fria contra a China e a União Soviética, e têm sido politicamente apoiados e economicamente subsidiados como peões estratégicos a serem utilizados contra elas.

Hong Kong surgiu na história para ocupar uma posição igualmente peculiar, e Singapura tornou-se Estado em virtude da preponderância da população chinesa de ultramar na península Malaia (que também tinha às suas costas a suposta ameaça da China).

Essas circunstâncias de caráter de política mundial (para não falar das vantagens das cidades-estados que se beneficiam de seus respectivos territórios vizinhos sem qualquer responsabilidade econômica ou política em relação a eles) podem ser politicamente miraculosas — e até certo ponto explicam seus milagres econômicos — mas dificilmente poderiam constituir um modelo a ser duplicado *ad infinitum* em outras regiões do Terceiro Mundo.

Gerador de dependência

Além da impossibilidade de



A indústria de exportação...

adotar como modelo a “gangue” dos quatro Países Recém-Industrializados, a conveniência de seus “milagres” como modelos de desenvolvimento é, pelo menos, questionável. Os supostos méritos do desenvolvimento induzido pelas exportações são que esse desenvolvimento normalmente gera divisas que por sua vez contribuem para melhorar o balanço de pagamentos, proporciona emprego de modo a eliminar ou reduzir o desemprego, promover a importação de tecnologia e a qualificação da mão-de-obra de modo a fomentar o desenvolvimento tecnológico, e promove o desenvolvimento integral do país de modo geral. Mas o fato é que o desenvolvimento induzido pelas exportações não suporta o teste da experiência em nenhum desses quatro aspectos, e por muito bons motivos.

Longe de melhorar o balanço de pagamentos, o desenvolvimento induzido pelas exportações deteriora-o ao ponto de gerar graves crises de pagamentos externos, como já o verificaram — para seu alarme e para alarme da comunidade bancária — os três maiores exportadores entre os países recém-industrializados: Coreia do Sul, Brasil e México. A fim de exportar, os PRIs precisam importar matérias-primas, componentes, tecnologia e téc-



gera graves problemas internos, como políticas repressivas e aumento de desemprego

nicos muito bem pagos, cujo valor é frequentemente exagerado mediante preços de transferência entre as transnacionais. Elas, por sua vez, reduzem o preço das exportações, reduzindo ou eliminando assim o ganho em divisas estrangeiras e o valor adicionado que gera impostos no país onde elas estão operando.

A principal atração dos países recém-industrializados são os baixos salários que neles prevalecem e, em segundo lugar, os subsídios estatais (que muitas vezes envolvem componentes importados também para a infra-estrutura local). Assim sendo, o ganho em divisas das exportações menos o que o país paga em importações, que já era inicialmente baixo, ficou ainda mais reduzido mediante preços de transferência e outros truques. O resultado é que os países que estabelecem esse tipo de política precisam tomar empréstimos cada vez mais vultosos para satisfazer suas necessidades de importação, já que a produção destinada à exportação interfere com a produção para consumo interno. Assim, aumentam as necessidades de importação, especialmente na área de produtos agrícolas (alimentos). Como consequência de todo esse processo, os PRIs têm de refinanciar ou rolar suas dívidas, a juros e outras condições cada vez mais onerosos.

O desenvolvimento induzido pelas exportações certamente gera emprego. Mas, esse emprego é instável, devido aos altos e baixos do mercado mundial. Por outro lado, esse modelo econômico também gera desemprego, uma vez que interfere com a indústria e com a agricultura voltadas para o mercado interno e expulsa para as cidades um número maior de trabalhadores do que os empregos que cria. Em Hong Kong e em Singapura, este processo é invisível dentro dos limites do "país", mas, no México e no Brasil, bem como na Malásia, nas Filipinas e, agora, na própria Taiwan (Formosa), o desemprego gerado por essa estrutura é cada vez mais evidente.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, este também é incerto. A produção para exportação dos países recém-industrializados consiste em componentes ou processos que utilizam mão-de-obra intensiva, com uma linha de montagem dependente de um processo industrial mundial, no qual outros países se especializam nos processos com tecnologia mais avançada e na promoção do desenvolvimento da própria tecnologia. Em consequência, o país recém-industrializado e seu contingente de mão-de-obra experimentam um desenvolvimento tecnológico e qualificação apenas questionáveis. Mesmo nos



O "modelo" brasileiro, por exemplo, fez crescer o êxodo para as cidades, deteriorando as condições de vida das populações



casos em que os PRIs produzem mercadorias em seu estado final (tais como camisas, rádios ou até mesmo automóveis) eles estão simplesmente aumentando sua integração dependente numa divisão mundial de trabalho e num tipo de desenvolvimento tecnológico no qual lhes cabe somente as contribuições menos remunerativas e tecnologicamente obsoletas, com os respectivos lucros baixos.

Longe de contribuir ou até mesmo de estabelecer as bases para um desenvolvimento tecnológico relativamente autônomo e auto-suficiente com base nos recursos e capacidades nacionais — tal como foi o caso pioneiro da Coreia do Norte — o desenvolvimento dependente, induzido pelas exportações, segundo o modelo da Coreia do Sul, torna cada vez mais impossível um desenvolvimento nacional integrado e independente. Ao mesmo tempo, mantém a economia a um baixo estágio de desenvolvimento tecnológico em termos mundiais.

Economia e direitos civis

Não se deve esquecer que o "desenvolvimento através de exportações" não é novidade na história do desenvolvimento mundial: foi o que ocorreu com o desenvolvimento na própria Inglaterra e com o desenvolvimen-

to induzido pelas exportações nos EUA, Canadá e Austrália, em épocas e circunstâncias excepcionalmente favoráveis dentro do processo mundial de acúmulo de capital. Também grande parte do Terceiro Mundo foi atraída ou empurrada para um desenvolvimento à base de exportações de matérias-primas em condições desfavoráveis ditadas pelas exigências do acúmulo de capital numa escala mundial¹ — mas em outras partes do mundo —, sem que os países exportadores se tornassem desenvolvidos ou se beneficiassem desse processo.

O recente e dependente desenvolvimento induzido pelas exportações de manufaturas e produtos agroindustriais para o mercado mundial em nada difere do velho desenvolvimento induzido pela exportação de matérias-primas, que foi uma das causas originais do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo.

Finalmente, devemos levar em conta os custos políticos do desenvolvimento induzido pelas exportações, que já encontraram ecos até mesmo nos corredores do Congresso dos Estados Unidos. Depoimentos ali apresentados confirmam que, "no âmbito dos problemas da área dos direitos humanos da Coreia (do Sul),

¹Foi, por exemplo, a experiência da época colonial

está a estratégia de crescimento econômico daquele país, uma estratégia que requer a repressão e a manipulação da mão-de-obra (...) e o rígido controle da liberdade de expressão política. (...) A ausência de plenos direitos humanos não é arbitrária nem mera coincidência; é o resultado da opção de adotar um modelo econômico voltado para as exportações, sem levar em conta as necessidades internas". (Atas do Congresso, 5 de abril de 1978: H 2517).

O próprio Senado norte-americano preparou um documento no qual, "como já demonstramos, parece haver em muitos países uma relação direta entre dificuldades econômicas e repressão política. (...) A desvantagem dessas medidas (de criar um clima favorável ao investimento estrangeiro e ao setor privado em geral) é que (...) elas podem levar também a maior desemprego, à redução do bem-estar social, e a um padrão de vida mais baixo para o povo. (...) As exigências dos credores, no sentido de implantar programas drásticos de austeridade econômica (...) só podem ser impostas às custas das liberdades civis nos países que os adotam", conforme o relatório do Comitê de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, "Dívidas Externas, Bancos e Política Externa Norte-Americana", de agosto de 1977. ●

A descolonização da arte

Partindo da sua experiência nas artes plásticas, o pintor muralista Lorgio Vaca examina o processo cultural do seu país, dispondo-se a realizar o sonho de Bolívar na unidade latino-americana

Walter Esteves



Arte mural: uma expressão popular latino-americana que se renova

Foto: E. Hipólito

Na alternância dos momentos democráticos e ditatoriais, as lutas operárias e camponesas e o processo criador dos intelectuais e artistas revolucionários bolivianos fertilizaram o caminho libertador. Nas atividades diversificadas desses setores há um fio condutor que explica a persistência do sofrido país andino em construir-se e formar-se, em desenvolver sua presença ativa como Nação.

O muralista Lorgio Vaca é uma expressão muito clara desses intelectuais e artistas revolucionários bolivianos. Surgido como expressão das atividades juvenis da revolução de abril de 1952, e apesar das frustrações e

interrupções sofridas por aquela epopéia de massas, seu trabalho artístico mostra hoje essa vocação de realização nacional.

cadernos do terceiro mundo conversou com o muralista boliviano em Santa Cruz de la Sierra, sua cidade natal e epicentro de sua atividade artística e humana.

Reivindicar o melhor das culturas autóctones de nossa América, significa que se devem desprezar os progressos da moderna cultura científico-industrial?

— Não creio que se devam desprezar os progressos da moderna cultura científico-industrial, mas acho que devemos desconfiar dela. Uma desconfiança

profunda deve presidir toda tentativa de apropriação dessa cultura, que é uma resposta às perguntas, às necessidades de nossos opressores. Será preciso uma cuidadosa análise assim como uma recomposição para determinar, em cada caso, se ela pode responder a nossas próprias perguntas e necessidades.

Qual será o provável destino de toda a tradição criadora dos ceramistas indígenas?

— Os ceramistas camponeses indígenas têm sido uma das grandes vítimas da cultura de consumo, filha da produção industrial de massa. Os vastos e ávidos mercados internacionais para onde se procura canalizar a produção artesanal indígena, necessitam de quantidades enormes de objetos de desenho e qualidade padronizados. Por isso, os artesãos terminam convertendo-se em máquinas, adulterando e diminuindo a qualidade de seus trabalhos.

Por outro lado, em seus lugares de origem também não podem competir com as bujanganças industrializadas que vêm de outros países, graças a políticas governamentais traidoras, que desorientam o mercado interno tradicional, o único que pode exigir de seus artesãos produtos legítimos, de nível criativo. O espírito criador que guia o trabalho feito com as mãos produz um objeto único, que pode ser útil a várias gerações. Uma bengala lavrada em prata, uma rica sela trabalhada ou uma grande vasilha de barro cozido, enterrada no pátio para armazenar a água da chuva na casa paterna, me fazem pensar nisso.

Algo parecido ocorre nas Artes Plásticas. O artista de galerias tem que produzir rapidamente e muito. Parar e mudar de acordo com a demanda. Aquele que faz arte mural reúne seus esforços e

dos seus colaboradores em
a só obra pública dirigida a
uitos: presentes e futuros.

Na Bolívia, ainda restam algu-
as aldeias indígenas afastadas
nde se faz uma arte delicada e
um artesanato de forma tradicion-
al, especialmente em tecido e,
em menor grau, em cerâmica.

Quando o "progresso" che-
ga até eles, isto é, abrirem-se ca-
ninhos para uma rápida extra-
ção de matérias-primas baratas e
os mercados internos de produ-
tos industrializados encarecidos,
com contratos de trabalho assa-
lariado para os homens — que
assim abandonam seus cultivos
de subsistência e a escola para
modificar os padrões comunitá-
rios de trabalho, alimento e ves-
tuário —, começarão a desapare-
cer a agricultura e o artesanato, e
a fome levará as famílias a refor-
çarem os cinturões de miséria
das cidades.

*O México, da mesma maneira
que os países originados do im-
pério Inca, beneficia-se de uma
riquíssima cultura pré-colombia-
na dos Maias e dos Astecas. Ape-
sar das poderosas influências que
o país sofre hoje do modo de vi-
da norte-americano, conseguiu-se
preservar e, de alguma forma,
hierarquizar essa tradição genuí-
na. A que atribui esse fenôme-
no? Essa política poderia ser ge-
neralizada para a Bolívia e para
outros países andinos?*

— A experiência mexicana é
útil para toda a América Latina.
A revolução mexicana tem sido
um farol para os nossos povos e
sua revolução tem nos influen-
ciado positivamente. O muralis-
mo mexicano foi uma experiên-
cia pioneira cujo exemplo foi se-
guido em vários países da Améri-
ca Latina, especialmente na Bolí-
via, onde, a partir da década de
50, torna a se incentivar a reali-
zação de importantes obras de
arte em locais públicos, com
uma mensagem difusora dos
valores da libertação nacional.
Paralelamente, experimentam-se

importantes estímulos às artes
populares. O desenvolvimento e
maturação desse processo, nas
artes e na cultura em geral, viu-se
entravado ao cabo de poucos
anos por causa de vacilos da po-
lítica oficial e por desmandos e
perseguições por parte das dita-
duras militares.

O México soube, em compen-
sação, conservar e hierarquizar
essa tradição genuína, graças a
uma clara política estatal e, so-
bretudo, à ação de artistas, pen-
sadores e artesãos que souberam
discutir e esclarecer os objetivos
da cultura nacional, e o lugar
que nela ocupam a raiz indígena
e a arte popular. Dessa maneira,
penso, conseguiram em muitos
aspectos proteger e incentivar a
maravilhosa capacidade criativa
do povo mexicano.

*Existe hoje na Bolívia uma
corrente de artistas plásticos mu-
ralistas?*

— Eu diria que existe, embora
neste momento formemos ape-
nas um delgado fio que une o
passado com esse futuro esplên-
doso, que vejo se aproximar e
para cuja preparação nós temos
contribuído.

*Lorgio Vaca é um expoente
notável de toda uma gama de ar-
tistas, escritores e cineastas que
surgiu e se desenvolveu sob a in-
fluência e o estímulo do profun-
do processo de transformação
social que convulsionou a Bolí-
via no início da década de 50.
Hoje, 30 anos depois, qual seria
o balanço artístico que se pode-
ria fazer?*

— Tanto a experiência mexi-
cana como a boliviana passam
por profundas e sangrentas co-
moções que sacodem os alicerces
desses países ocasionando mu-
danças, reformas agrárias, nacio-
nalizações de petróleo, uma
nova consciência nacional. Po-
rém, enquanto o México, depois
de 20 anos de luta, consegue su-
perar suas convulsões internas e
chegar a uma era de várias déca-

das de observância constituio-
nal, que facilita o desenvolvi-
mento das artes, a Bolívia, em
compensação, depois de 30 anos
da vitória popular de abril de
1952, apenas começa a se recu-
perar de sucessivos assaltos arma-
dos contra o povo e o poder
político, com objetivos antina-
cionais. Nossas ditaduras, de tipo
das do Cone Sul, cumpriram
também uma missão de esterili-
zação cultural e impuseram um
silêncio aterrorizado, que tem
afetado todos os níveis de ex-
pressão cultural: desde universi-
dades fechadas e amordaçadas,
livros e revistas apreendidos, o
rádio e televisão censurados, até
as simples reuniões familiares,
tudo se tornou perigoso.

*Quais foram as razões ou pre-
ferências estéticas que o fizeram
optar pela arte plástica monu-
mental, isto é, o mural à vista do
povo?*

— Quando criança, levaram-
me da minha interiorana Santa
Cruz de la Sierra para La Paz, a
capital; ia pela primeira vez ao
cinema, no cine Paris. E ali ha-
via dois grandes painéis murais
de Cecillio Guzmán de Rojas, de
ambos os lados da tela. Repre-
sentavam grupos de músicos e
bailarinos indígenas vistos de
longe, na imensidão da paisa-
gem andina ou dançando uni-
dos no fundo das quebradas,
seus ponchos e saias coloridas ao
vento. Eu devia ter uns oito anos
e esses grandes painéis me fica-
ram gravados. Era um filme de
"o Gordo e o Magro", que não
me agradou. Não podia suportar
que as pessoas rissem dos maus
tratos que o Gordo infligia ao
Magro, e eu chorava de raiva.
Quando as luzes se acenderam
novamente, estavam ali outra vez
os quadros, com suas altas e for-
tes montanhas e, lá embaixo, pe-
queninos, os homens que toca-
vam e dançavam. Anos depois,
pude ver no Brasil alguns dos
murais de Portinari e conhecer,
através de reproduções, os traba-

lhos dos muralistas mexicanos, os quais, juntamente com seus escritos e suas posições militantes, influenciaram muito na minha formação.

Uma arte para elites

Que um artista plástico opte pela pintura de cavalete ou por expressar-se através do muralismo, em sua opinião e baseado em sua experiência, julga que isto significa uma definição social que tem a ver com uma tomada de posição militante, ou não?

— Na maioria de nossas cidades sul-americanas, o artista plástico é concebido pelas elites-privilegiadas como uma “coisa de galerias” onde não cabe (nem poderia caber fisicamente) uma arte que diminua o interesse das senhoras que procuram adornos para seus *living-rooms*. O artista que sente que sua arte é uma tentativa de comunicar algo profundo, cujo possível dramatismo ofenderia o “bom gosto” ou a “necessidade de paz” dos lares honrados e acomodados, deve, em minha opinião, deixar de se orientar para as galerias. Mais ainda, tem-se a concepção de sua arte como uma linguagem: neste caso, tem-se que buscar outro caminho. Tem-se que buscar a aproximação direta com o público através de organizações populares: sindicatos, associações profissionais, clubes, cooperativas, municipalidades e, em algumas ocasiões, o Estado e algumas empresas privadas. Este enfoque no sentido de um mercado popular mais vasto só pode ocorrer se o artista comprometeu-se previamente consigo mesmo e com seu povo.

E este compromisso se dá quando o artista, que compartilha junto com o povo, da opressão dos esquemas imitativos, injustos e retrógados, não pode fazer menos do que incentivar os ideais de mudança pelos quais o povo luta.

Em países como os nossos,

esse problema tem mais de um rosto e também, talvez, soluções diferentes. Parece-me que em outras regiões do Terceiro Mundo é algo parecido: uma coisa é a Capital e outra o território interior das províncias. Na Capital, concentram-se os recursos que alimentam instituições imitativas, vazias e inúteis, ou melhor, úteis à submissão imperial. Por exemplo, se fazem museus destinados a mostrar aos turistas a imagem que, supomos, eles gostariam de ter de nós. E essa ima-

veriam servir-nos um dia para redimir a verdadeira história e o verdadeiro ser de nossos países.

Como deveriam ser os museus para cumprirem uma verdadeira função educativa?

— Creio que devemos conservar as coisas valiosas em seus lugares, ali onde cumprem a função para a qual foram criadas. Os grandes museus do mundo guardam relíquias roubadas dos povos vencidos. É um espetáculo

Foto: ONU



A dança folclórica, antes “coisa de índio”, contribui para a formação de novas gerações criadoras, sem se desviar dos caminhos da tradição

gem de si mesmos assim prostituída, é a que é apresentada aos naturais do país. E contrariamente, fora dos itinerários de turismo estabelecidos, não existem museus de nenhuma espécie, nem ninguém se preocupa em definir uma imagem do país. E as obras de arte de épocas gloriosas apodrecem simples e irremediavelmente, junto com toda espécie de documentos que de-

lastimável contemplar, por exemplo, em Londres, pedaços do Partenon reunidos em uma estreita sala enquanto o céu de Atenas abriga somente umas colunas quebradas. Sítios arqueológicos sagrados ou igrejas coloniais perdidas em nossas montanhas ou selvas são permanentemente saqueados para abarrotar com essas obras de arte museus e casas elegantes em países ricos.

Em sua opinião, o desenvolvimento industrial, o atual avanço da ciência e sua aplicação na vida moderna contrapõem-se ao desenvolvimento da arte plástica?

— Nem o desenvolvimento da ciência nem o desenvolvimento industrial podem, na minha opinião, contrapor-se ao desenvolvimento das artes plásticas. Bem ao contrário, as artes plásticas são chamadas a se beneficiar disso com novos conceitos e novos enfoques técnicos. Porém não devemos nós, nos países pobres do Terceiro Mundo, enganarmos com isso de progresso científico ou tecnológico das metrópoles como patrimônio da humanidade.

Esse avanço dos países desenvolvidos não é automaticamente o avanço científico e tecnológico dos países do Terceiro Mundo. Muitos desses avanços não têm servido até agora para submeter o resto do mundo? Há muitos séculos nossa América e outros continentes gemem à mercê dessas armadilhas. Somente quando nosso povo desenvolve sua própria ciência e tecnologia poderemos beneficiar-nos dela e, claro, nossas artes plásticas também.

Naqueles tempos sombrios, quando produzir arte ou comunicação era um ato de resistência, os bolivianos de dentro e de fora do país forjaram no entanto uma importante e madura expressão artística, sobretudo no cinema, na música popular, nas artes plásticas e na literatura.

O processo de transformação social, que surge nos anos 50 e que começa a se gestar nas trincheiras da guerra do Chaco, é um marco importante no processo de descolonização que começa a se fazer sentir imediatamente depois da conquista espanhola. A descolonização do território foi feita por Bolívar, em 1825. Mas Bolívar não teve tempo de realizar o projeto de unidade latino-americana que ele percebeu no clamor popular e

que teria garantido uma extensa frente na futura batalha pela descolonização de nossa economia, de nosso pensamento e nossa cultura. E, assim, ficou pendente uma grande guerra que travamos isoladamente e em condições desvantajosas.

A descolonização da palavra

Nessa histórica luta que é, em última instância, uma luta pelo respeito ao homem, contra os desmandos e os privilégios, tem havido nestes últimos decênios importantes ações vitoriosas. Como a batalha popular que, por meios pacíficos, conseguiu extirpar da Bolívia a ditadura e devolver o país aos canais democráticos. Essa vitória que parece concentrada em algumas semanas de acontecimentos acelerados é, na verdade, resultado de um longo processo no qual muitos fatores influíram. E entre esses fatores não estava ausente, ao contrário esteve bem presente, o alto grau de consciência que vastos setores populares adquiriram de seu poder e de seus direitos, setores estes antes marginalizados, enganados e desorientados.

Essa tomada de consciência foi possível, entre outros motivos, por um grande desenvolvimento da comunicação popular em suas formas mais elementares: a palavra oral, as reuniões, as organizações, a palavra escrita em folhas soltas, folhetos e impressos pequenos, as rádios mineiras e camponesas. Esse desenvolvimento das comunicações foi possível porque, nos primeiros anos depois de 52, houve uma discussão aberta desses problemas e as organizações operárias e camponesas preocuparam-se em estabelecer meios e canais comunicativos, especialmente estações de rádio. Além disso, durante algum tempo os canais oficiais também foram veículos a que tiveram acesso setores da cidade e alguns da população marginalizada.

Dessa maneira se assentaram as bases para o posterior desenvolvimento de uma comunicação cultural efetiva. Um dos setores artísticos-culturais que primeiro se beneficiou disso foi o da música e da dança, antes confinado como “coisa de índios”, e que alastrou-se vigorosamente nas cidades através da rádio e do disco, do carnaval e algumas festas religiosas. Algo parecido, embora em menor escala, aconteceu com as artes plásticas, tradicionalmente cultivadas pela população camponesa nos tecidos e na cerâmica. Reapareceu a arte mural, desta vez em sindicatos, em escolas e em edifícios públicos. O cinema apareceu primeiro como uma planta exótica, porém, logo fortalecido pela problemática camponesa, falou em *aimará*, *quêchua* e castelhano, mostrando a realidade social do país com novos olhos. Semelhante inquietação ficou evidente em outros campos da cultura.

Depois a época das ditaduras chegou e desmantelou este trabalho. Destruíu murais, proibiu filmes e fechou para sempre o Instituto Cinematográfico Boliviano. Fechou várias vezes as universidades, várias escolas de Belas Artes, as rádios mineiras, intimidou e humilhou a grande imprensa e dispersou jornalistas e escritores, assim como outros intelectuais, em exílio forçado ou voluntário.

Porém essas duras provas servem para amadurecer as mensagens e também a linguagem. Sigilosamente, tanto de dentro como de fora do país, os bolivianos começaram seu paciente trabalho de análise e recomposição. Os que ficaram no país, reconfortados pelo contato com seu povo, e os de fora, ajudados pela solidariedade latino-americana e mundial. Assim, os músicos populares bolivianos percorreram o mundo mostrando a música e os instrumentos de sua terra, e onde chegaram foram bem recebidos.

Os filmes bolivianos, que estavam proibidos na Bolívia, foram admirados por milhões de espectadores da Europa, da América Latina e de outras partes do mundo. E aqui, na Bolívia, o povo seguiu incentivando o trabalho silencioso e determinado de seus artistas, escritores e intelectuais.

Balanco artístico

Desejariamos que nos fizesse um balanço da evolução cultural desses anos...

— Para fazer um balanço, teria que destacar três aspectos principais que caracterizam a maturidade de algumas das mensagens artísticas produzidas pelo país.

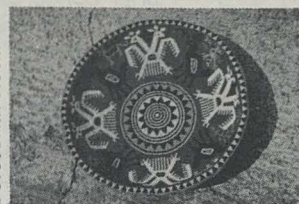
Primeiro: principalmente no cinema, na arte mural e na música popular conseguiu-se estruturar uma mensagem de alcance popular, mediante uma solução formal diferente da arte importada, baseada na tradição indígena, como na música; nos processos de apreensão e compreensão dos meios populares e regionais, como no cinema ou em ambos desses conceitos, como na arte mural. Venceu-se a barreira de contenção das elites para chegar às classes médias e populares que responderam a essas mensagens com vitalidade.

Segundo: nesses três campos, conseguiu-se esvaziar a mensagem de conteúdos alienantes para permiti-la expressar experiências vitais da realidade imediata ou valores históricos humanistas relacionados com o processo nacional de libertação.

E terceiro: chegou-se a renovar os próprios meios artísticos. Como, por exemplo, no mural monumental ao ar livre, ao integrar elementos arquitetônicos, escultóricos, pictóricos e paisagísticos. E conseguiu-se desenvolver conceitos, materiais e técnicas que, a partir de uma tradição ceramista indígena e popular, enriquecida com contribui-



Foto: Raúl Rocha



Os ceramistas camponeses indígenas têm sido as maiores vítimas da cultura de consumo, filha da produção industrial de massa

ções modernas e científicas, produziu uma nova mensagem, permanente e ao ar livre, de propriedade pública e integrada à vida diária do cidadão comum.

Esses ganhos, que são ainda frutos tímidos e iniciais, e constituem casos concretos não muito numerosos, precisam de uma urgente consolidação e difusão. Por isso, creio que um dos trabalhos primordiais dos artistas e intelectuais bolivianos de hoje é orientar, com o apoio do povo, a formação de novas gerações que possam criar sobre as bases firmes desta tradição, amadurecida na luta e no sadio orgulho de suas próprias raízes.

Qual deve ser a função social da arte na América Latina neste momento histórico?

— Mostramos que somos uma só terra que vibra com os mes-

mos triunfos e se aflige com as mesmas derrotas. E que, ao mesmo tempo, nossa realidade é inesgotável e diferente. Mas que sem a união de esforços não poderemos vencer nem a batalha econômica, nem a batalha das idéias, nem sequer a batalha dos sonhos, sejam eles plásticos, poéticos ou cinematográficos.

Pensando nisso é que meu próximo projeto é um monumento e uma praça em Santa Cruz em homenagem a Bolívar, personagem que encarna em sua vida e sua luta a consciência da unidade dos povos latino-americanos. Será uma homenagem também a todos os lutadores anônimos que compartilharam do sonho de Bolívar e ofereceram seu sangue nos longínquos confins da grande Pátria, que ainda estamos devendo a nossos descendentes. ●

Unesco: maior proteção aos manuscritos latino-americanos

Os manuscritos latino-americanos e do Caribe do século 20, ameaçados de destruição por falta de cuidados apropriados, poderiam começar a ser recuperados por 20 governos da região e da Europa.

A partir de agora, muitas bibliotecas nacionais de vários países poderão começar a contar com as cópias microfilmadas de muitos dos manuscritos literários de seus autores mais destacados deste século.

Esse foi o compromisso assumido pelos representantes de mais de 20 nações ao final de um simpósio internacional realizado na sede da Unesco, no final de maio, em Paris. Patrocinado pelo presidente François Mitterrand, o encontro reuniu mais de cem representantes da América Latina, Caribe, África e Europa. O ponto mais importante dos acordos foi o de recomendar aos governos uma política de conservação, reprodução e métodos de seleção dos manuscritos, que já vai começar a ser aplicada pela associação "Amigos de Miguel Angel Asturias e dos arquivos da literatura latino-americana, do Caribe e África do século 20", organizadora do encontro.

Cinema: prêmios para Argentina, Brasil, Bolívia e México

Filmes da Argentina, Brasil, Bolívia e México foram os grandes premiados no Festival Internacional de Cinema de Cartagena, Colômbia. *Plata Dulce*, do argentino Fernando Ayala, ganhou os prêmios de melhor filme e melhor roteiro; o de melhor diretor foi para a brasileira-japonesa Tizuka Yamasaki, pelo filme "Paraíba Mulher Macho", e o prêmio de melhor fotografia foi dado a *Luna de Sangre*, do mexicano Alberto Arellano. O prêmio de melhor ator foi para o menino boliviano Gerardo Suárez, pelo seu desempenho no filme *Mi Socio*, do diretor Paolo Agazzi. O júri concedeu também um prêmio especial para a produção brasileira "Eles não usam black-tie", dirigida por León Hirszman.

Peru: em defesa do seu patrimônio cultural

A Câmara dos Deputados do Peru aprovou, recentemente, um projeto de lei sobre defesa dos bens culturais da nação que, entre outras medidas, obrigará os diplomatas que abandonem o país a apresentarem uma declaração juramentada de não levar consigo nenhum objeto pertencente ao patrimônio cultural da nação. O projeto estabelece também que os bens culturais não podem sair do território nacional sem autorização prévia, mediante resolução superior. Valiosas obras de arte, particularmente pinturas e esculturas, algumas da época pré-colonial, sumiram ao longo do século por falta de uma política oficial de preservação. Igrejas espanholas e construções incaicas eram saqueadas sem que muitas vezes as autoridades sequer percebessem o roubo, por falta de inventários das obras ali existentes. Durante a jornada legislativa também se aprovou um projeto de lei que cria o Instituto Nacional de Estudos Tupac Amaru, destinado à memória de José Gabriel Condorcánqui (Tupac Amaru) e de sua esposa Micaela Bastidas, precursores da luta independentista.

Cuba: colaboração na literatura

O projeto de um convênio de colaboração entre os institutos de literatura do Vietnã e Cuba deu o seu primeiro passo em fins de junho, com a assinatura do acordo por parte de representantes de ambos os países. Sujeito à ratificação das respectivas academias de ciências, o convênio prevê o intercâmbio de publicações e experiências assim como de delegados para levar adiante uma política de cooperação cultural. Ambos os países poderão ajudar-se mutuamente na formação de especialistas e redigir conjuntamente trabalhos em vários campos da produção artística.

Quênia: reaberta universidade

Depois de ficar sete meses fechada, a universidade de Nairóbi retomou suas atividades acadêmicas, interrompidas desde uma tentativa de golpe, em agosto do ano passado. No entanto, não foi permitida a entrada de 61 estudantes acusados de participar de atos subversivos. Vários dos estudantes afetados estavam cursando o último ano da carreira e faltava pouco mais de um mês para terminar o curso. Os estudantes acusados passaram os últimos sete meses presos à espera de julgamento, só saindo após a concessão do "perdão" por parte do presidente Daniel Arap Moi.

A imprensa alternativa na África do Sul

Existem cerca de mil jornalistas presos ou banidos pelo regime de Pretória, que não podem exercer a sua profissão. Pelo menos vinte jornais estão proibidos de circular porque desafiaram a política racista. Muitos desses jornalistas banidos, reunidos agora num grupo chamado Africa Press, divulgam notícias censuradas em Joanesburgo. Foram eles que prepararam este informe



A divulgação de notícias e informações está sofrendo uma mudança radical na África do Sul, na medida em que os jornais diários estão se tornando cada vez menos influentes e dignos de crédito. No seu lugar, começam a proliferar jornais comunitários em todos os cantos do país e que passam a se constituir numa voz alternativa das populações negras.

Os jornais comunitários da África do Sul podem ser descritos como publicações redigidas por pessoas comuns, sobre seus problemas e necessidades. Mais do que uma fonte de informação, esses jornais se tornaram instrumentos de organização ao se concentrarem sobre temas como aluguéis, emprego, educação e saúde.

De alguma forma, esses jor-

nais alternativos estão preenchendo o vácuo deixado pela proibição oficial de jornais negros com objetivos comerciais como o *The World*, *Weekend World*, *Post* e *Sunday Post*. Ao mesmo tempo, como a imprensa dominada pelos brancos está submetida a pressões cada vez maiores para adotar uma posição conservadora em questões editoriais, os jornais do *establishment* passaram a ter pouco ou nenhum crédito perante seus leitores negros.

A desconfiança com as informações dos veículos tradicionais começou a ganhar corpo depois da vitória esmagadora de Robert Mugabe nas eleições no Zimbábue, em 1980. A maior parte dos jornais dirigidos por brancos na África do Sul previu que Mugabe e seu partido, a Zanu, sofreriam uma derrota completa. Esse fato mostrou que os jornais em questão não tinham informações corretas sobre a realidade interna no Zimbábue e que todo o noticiário, na verdade, estava orientado em função de interesses políticos.

Em compensação, dentro da África do Sul, quando a imprensa tradicional noticia rebeliões como a do bairro negro de Soweto, atentados guerrilheiros, mortes de presos políticos e denúncias de tortura, na verdade estão fazendo isso com objetivos exclusivamente comerciais. Os acontecimentos que afetam mais diretamente a vida das populações negras como falta de casas, empregos e alimentos, são ignorados pela maior parte da imprensa de origem européia da África do Sul.

A imprensa alternativa

Um dos jornais pioneiros da imprensa alternativa sul-africana é o *Work in Progress*, uma publicação mensal editada por estudantes e professores universitários



Foto: Gamma

Os novos jornais alternativos auxiliam na luta contra o *apartheid*

rios. O *WIP* concentra o seu trabalho informativo em acontecimentos políticos e sindicais, registrando também julgamentos, greves e outros acontecimentos importantes que afetam diretamente a vida das populações negras.

Grassroots começou a ser publicado em 1980, na província do Cabo, e logo depois foi seguido por outro jornal comunitário

na área de Durban, o *Ukusa*. Mais recentemente surgiram o *The Eye*, *Speak* e *Umthonyama*. Os sindicatos negros também começaram a organizar os seus próprios jornais uma vez que a imprensa tradicional dedica um espaço muito reduzido à divulgação das atividades dos trabalhadores africanos.

O modelo criado por *Grassroots* levou as organizações co-

munitárias a escreverem sobre seus problemas e ao mesmo tempo buscarem um intercâmbio com outras associações do mesmo tipo. É a comunidade que decide o que vai ser publicado e como será distribuído o jornal. O método mais usado é o da distribuição "porta-a-porta". Esse método, além de permitir a coleta de contribuições, permite que os distribuidores do jornal criem um sistema de busca de notícias em contato direto com os leitores e ajuda também o surgimento de novas formas organizativas da população.

Ao contrário de muitos jornais tradicionais, acusados de serem monótonos e desinteressantes, os jornais comunitários são extremamente vibrantes e objetivos. O *Grassroots*, por exemplo, começou com uma circulação de cinco mil exemplares e, em menos de dois anos, atingiu uma tiragem paga de quase vinte mil exemplares. O número de leitores do jornal já é calculado hoje em mais de meio milhão.

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 2.500,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 5.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do *Semanário Barricada Internacional*.

Mulher, comunicação e desenvolvimento

Jornalistas e especialistas debatem a situação da mulher nos mass-media

Com a participação de mais de 30 especialistas e personalidades femininas vinculadas aos meios de comunicação de massas, se realizou em Roma, entre 13 e 16 de junho passado, a Primeira Conferência Ítalo-Latino-Americana sobre "A Mulher, a comunicação e o desenvolvimento na América Latina".

A conferência foi patrocinada pelo Departamento para a Cooperação e o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores da Itália e contou com a colaboração do Instituto Ítalo-Latino-Americano (IILA), do Instituto Italiano para a América Latina e Oriente Médio (Ipalmo), da agência *Interpress Service-Terceiro Mundo* (IPS) e da Unesco.

O comitê promotor do encontro — presidido pela italiana Marcella Glisenti e coordenado pela senadora socialista Margarita Boniver, as europarlamentares Tullia Carretoni (do PC Italiano) e Paola Gaiotti (democrata-cristã), a antropóloga Ida Magli e a jornalista Julia Constela, coordenadora do Escritório Internacional da Mulher (OIM) — articulou o debate em três grupos de trabalho: 1) A mulher como sujeito ativo da comunidade; 2) A mulher como destinatária da comunicação; e 3) A mulher na gestão dos meios de comunicação.

"O objetivo principal dessa conferência — indicou Marcella Glisenti na abertura dos trabalhos — pode se resumir na tentativa de focalizar e determinar as

prioridades que existem no campo dos meios de comunicação de massas tanto para as mulheres da América Latina como para nós, italianas".



Benedita da Silva (Brasil) cumprimenta o presidente Pertini

A delegação latino-americana participante do evento esteve integrada, entre outras, por Mercedes Pulido Briceño, ministra para a Participação da Mulher, da Venezuela; Socorro Díaz, senadora e diretora do jornal *El Día*, do México; as sociólogas mexicanas Lorela Castorela e Graciela Alvarez; a vice-ministra da Economia do Peru, María Jesús Hume; as brasileiras Adélia Borges, diretora da revista "Mulherio", Ruth Escobar, deputada em São Paulo pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e Benedita da Silva, vereadora do

município do Rio de Janeiro pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e representante das mulheres negras e "faveladas"; e a equatoriana Rosario Uteras, da Secretaria de Informação e Imprensa da Presidência. A delegação foi recebida em audiência especial de uma hora pelo presidente italiano Sandro Pertini.

Analisando o tema da imagem feminina passada pelos meios de comunicação, o encontro enfatizou o papel desempenhado pelas revistas femininas, que respondem ao critério de "conciliar o velho e o novo papel desempe-

nhado pela mulher", ao contrário das fotonovelas que continuam promovendo a "tradicional cinderela em busca de seu príncipe encantado".

Margareth Gallagher, especialista em meios de comunicação de massas, denunciou que a revista *Business International* publica recomendações aos países industrializados sobre o tipo de publicidade que devem fazer "para vender melhor seus produtos às mulheres do Terceiro Mundo".

Sobre a situação da mulher negra brasileira, Benedita da Sil-



Uma das propostas do encontro de Roma foi a capacitação da mulher que trabalha nos meios de comunicação

va destacou que “sua marginalização é tripla, pois à sua condição de negra em um país racista como o Brasil se acrescentam a sua condição de mulher e de favelada”.

No contexto do debate sobre o Diálogo Norte-Sul, que encerrou as sessões desta primeira Conferência, a vice-ministra peruana María Jesús Hume traçou um quadro da situação econômica e social do continente e fez um apelo para que “com o esforço conjunto e vocação para a paz se feche a ferida viva que representa o doloroso quadro centro-americano”.

O trabalho das diferentes comissões concluiu com a elaboração de propostas concretas no campo da comunicação para acabar com “a marginalização da mulher, a qual deve ser integrada plenamente ao desenvolvimento e entrar de cheio no que as estatísticas refletem como população economicamente ativa”. Nesse sentido, se assinalou que “nem o trabalho das camponesas, nem o das donas-de-casa, é levado em conta no momento de se elaborar as estatísticas”, ainda que “as mulheres representem mais de 50% da população e, com seu trabalho, tornem possí-

vel a sobrevivência da família”.

Destacando a importância de conferências e encontros desse tipo, a jornalista e senadora mexicana Socorro Díaz sublinhou que “para a incorporação da mulher a um modelo de desenvolvimento humanista e equitativo, sempre será útil toda iniciativa que tenda a promover a análise da situação concreta da mulher e, junto com o diagnóstico, lançar as propostas mais viáveis”.

As resoluções e propostas foram encaminhadas aos organismos que tornaram possível o encontro, no sentido de obter apoio financeiro para a realização de projetos, que incluem:

- a criação de uma rede de comunicação entre diversas organizações, movimentos e pessoas que trabalham e estão interessadas na superação dos problemas que limitam e discriminam a mulher;

- que se defina uma linguagem progressista em favor da luta pela integração da mulher no desenvolvimento, em condições de igualdade, que abranja todas as técnicas formais e informais da comunicação;

- que se promovam estudos e pesquisas sobre as formas de discriminação e limitações que sofrem as mulheres de todas as classes sociais;

- que se modifique em todos os textos escolares as imagens e discursos que estereotipam os papéis sexuais;

- instituição de cursos de capacitação para as mulheres latino-americanas que trabalham na área dos meios de comunicação de massas;

- acordos entre universidades italianas e universidades latino-americanas para permitir o intercâmbio de cursos entre distintos países para as operadoras de máquinas da área de comunicação;

- apoio financeiro para todas aquelas cooperativas femininas que tenham serviço de imprensa ou possam transmitir programas de rádio ou televisão. ●

comunicação

Jornalismo: perigosa profissão na América Latina

Cinquenta e cinco jornalistas foram assassinados na América do Sul e outros 95 desapareceram entre 1976 e 1981, tornando-se essa profissão uma das mais perigosas do mundo, informou a Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), recentemente. Segundo o organismo, o número possivelmente aumentará quando se obtenham as cifras correspondentes aos últimos dois anos.

Baseado em relatórios da Anistia Internacional, o estudo da Felap assinala que em 25 países da América Latina foram presos 104 correspondentes estrangeiros em 1977, enquanto 24 morreram de forma violenta no exercício de sua profissão. Outros 57 jornalistas foram submetidos a torturas nesse mesmo ano, acrescenta a investigação.

Fontes do Instituto Internacional da Imprensa, citadas pela Felap, sustentam que nos 15 meses compreendidos entre 1976 e 1978, novamente 24 jornalistas foram assassinados em vários países do mundo, que não são mencionados.

A Felap — que reúne a maioria das organizações jornalísticas da América Latina e Caribe —, informou que está preparando um projeto de "Código de Proteção aos Jornalistas", que será apresentado brevemente à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Comunicação: em discussão o uso de novas tecnologias

A introdução de computadores e novos sistemas de comunicação, particularmente em nações do Terceiro Mundo, deve ser feita mediante o planejamento social e econômico, mais do que sob a pressão de forças de mercado que atualmente dominam as tecnologias. Essa é a tese defendida por Sean MacBride — ex-presidente da Comissão para o Estudo de Problemas da Comunicação, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) — durante uma reunião de pesquisadores internacionais em comunicação, realizada recentemente em Ottawa, Canadá.

A convergência de tecnologias de computação e comunicação imporá "uma transformação fundamental à sociedade", mas "as nações em desenvolvimento, especialmente, devem tratar de adaptar a nova tecnologia às suas respectivas necessidades e situações", indicou MacBride em seu discurso.

A acelerada disposição de instituir novas técnicas de comunicação deve ser controlada e vinculada a uma análise objetiva da "caótica desordem que parece dominar o 'progresso' de nossa civilização atual", enfatizou MacBride.

Participaram da reunião de Ottawa cientistas e encarregados da elaboração de políticas do Canadá, Estados Unidos e vários países africanos e asiáticos. O encontro, patrocinado pelo Instituto para o Desenvolvimento e a Cooperação Internacionais dessa universidade, tinha como objetivo deliberar sobre tecnologia de comunicações e desenvolvimento internacional.

Inter Press Service: informando mais sobre o Terceiro Mundo

A agência *Inter Press Service* (IPS) assinou em Nova Iorque, em princípios de junho, um acordo com o Grupo dos 77 (G-77) para difundir informações desse grupo representante do Terceiro Mundo a quatro centros das Nações Unidas: Viena, Paris, Roma e Genebra. Segundo o acordo, a IPS transmitirá, através de seus sistemas de comunicações, o boletim do G-77, emitido mensalmente. Um porta-voz do G-77 afirmou que o grupo manifestou satisfação pelo acordo. "Isso ajuda a coordenação do cumprimento do programa de ação sobre cooperação econômica entre os países em desenvolvimento, aprovado em Caracas", acrescentou o porta-voz.


Quênia: governo compra editora

O governo do Quênia assumiu, recentemente, o controle da editora *Stallscope*, empresa proprietária do jornal *Nairobi Times* e da editora *Press Trust Printing House*. O jornal, que começou a circular há uns seis meses, se tornará o órgão oficial do partido governante, União Nacional Africana do Quênia (Kanu), e passará a se chamar *Kenya Times*. Além dele, logo que o governo assumir completamente o controle da empresa, será editado um periódico em *swahili* (língua nacional), que se denominará *Kenya Leo* ("Quênia Hoje"), segundo informações oficiais.

O fundador de *Stallscope* e editor-chefe do *Nairobi Times*, Hilaru Ng'Weno, informou que as negociações começaram há pouco mais de um mês, e mencionou "limitações financeiras" como uma das principais razões que lhe impediram de manter a viabilidade do jornal.

BENEFICÊNCIA
AMERICANA
AMBULATÓRIO DO
TERCEIRO MUNDO



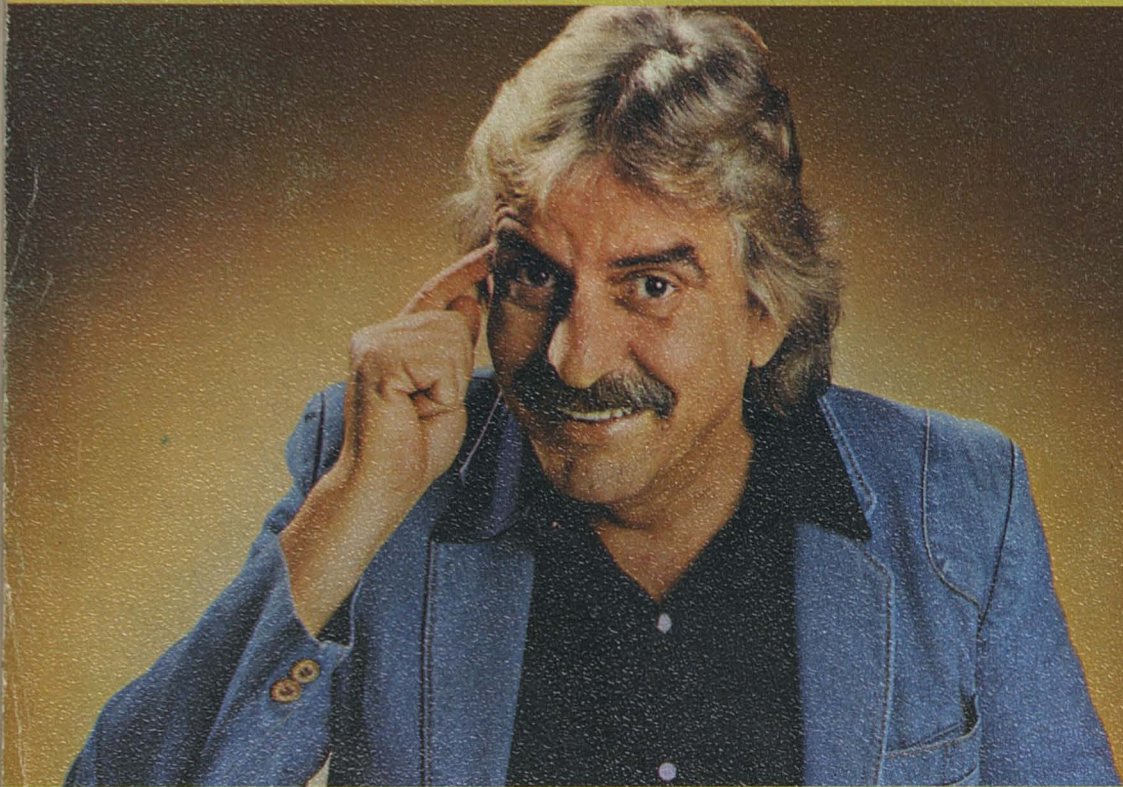


*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

**AS COISAS ESTÃO
MUDANDO.**



**CADERNETA
BANERJ**

**GARANTIA DO GOVERNO FEDERAL,
DO GOVERNO ESTADUAL E DO BANERJ.**

